



**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

Ricardo José de Lima

**A ESTRATÉGIA DA SAUDADE: ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO NASSOVIANA
NO BRASIL HOLANDÊS (1637-1644)**

ORIENTADOR ACADÊMICO

Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2012.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

A ESTRATÉGIA DA SAUDADE: ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO NASSOVIANA
NO BRASIL HOLANDÊS (1637-1644)

Ricardo José de Lima

ORIENTADOR: Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, para obtenção de Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2012.

Lima, Ricardo José de

A estratégia da saúde: aspectos da administração nassoviana no Brasil holandês (1637-1644) / Ricardo José de Lima. – 2012. 115 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Paulo Emílio Matos Martins

Inclui bibliografia.

1. Administração pública. 2. Planejamento administrativo. 3. Holandeses - Brasil. 4. Nassau, Mauricio de, 1604-1679. I. Martins, Paulo Emílio Matos, 1945-. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 351



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

RICARDO JOSÉ DE LIMA E SILVA

**A ESTRATÉGIA DA SAUDADE: ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO
NASSOVIANA NO BRASIL HOLANDÊS (1637-1644)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 28/09/2012

Aprovada em:

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Paulo Emilio Matos Martins
Orientador(a)

Deborah Moraes Zouain

Oswaldo Munteal Filho

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Guiomar Lima, pela perseverança e sacrifício em nos dar a melhor educação possível.

Mesmo não tendo o primeiro grau completo, foi uma devoradora de livros; adorava Agatha Christie, tinha a coleção completa.

Nunca me esqueço de suas palavras; “aqui em casa pode faltar tudo, menos os melhores colégios para vocês”. Éramos três filhos e ela enfrentou esse desafio sozinha.

Obrigado mamãe, sem o seu esforço eu não teria chegado aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a Deus, pela oportunidade concedida de concluir uma pós-graduação, quando a maioria dos brasileiros não consegue nem cursar uma faculdade. E também pela inspiração nos momentos difíceis e isolados da criação do texto e de suas conexões temáticas. E ainda, por ter me permitido os bons fluidos de pessoas tão queridas que acreditaram e me apoiaram desde o início desse longo caminho e de outras que se engajaram durante o percurso. Obrigado Deus, por ter concebido tão divina estratégia.

Ao meu orientador, Prof. Paulo Emílio, grande mestre e obstinado guerreiro da luta por uma academia em que prevaleçam princípios éticos de valorização da docência e de respeito ao aluno acima da *práxis* de insulamento intelectual e de gestões feudais. Sua singular percepção do mundo é um exemplo a ser seguido. Suas sábias orientações foram muito enriquecedoras.

Ao Prof. Rômulo Nascimento, estudioso do Brasil holandês pelo engajamento nessa lide e pela confiança depositada na minha pessoa. Você é um exemplo de acadêmico cuja imagem deve ser espelhada. Seus profundos conhecimentos de história valorizaram muito o meu trabalho. Sou seu devedor por tão valiosa co-orientação.

Ao Prof. Marcos Galindo, pela condição de poder desfrutar de sua preciosa amizade e pelo incentivo deste trabalho desde os primeiros momentos. Suas contribuições para o estudo de tão importante período da história brasileira têm contagiado vários pesquisadores fazendo com que se ampliem os estudos sobre esse tema. Suas orientações sobre as fontes historiográficas do Brasil holandês tiveram para mim uma valia inestimável.

A Prof^a Nadi Presser, pelo efusivo entusiasmo externado por este trabalho e pelas importantes discussões epistemológicas sobre estratégia, as quais contribuíram para iluminar ainda mais os caminhos trilhados por esta pesquisa.

Aos professores Deborah Zoauin e Oswaldo Munteal pela aceitação de participar da minha banca examinadora. A participação de vocês valoriza o meu esforço de produção acadêmica.

A Gerluce Maria de Sales, mulher de grande fibra, esposa, companheira, solidária, cuidadora, incentivadora e, acima de tudo, um grande ser humano de luz intensa e irradiadora que nos aquece a alma. É um privilégio poder compartilhar a existência com você e lhe sou eternamente grato por toda compreensão e apoio dedicados. Você é uma daquelas raríssimas pessoas cujo adjetivo qualitativo, “inefável”, se aplica perfeitamente.

A bibliotecária Aruza Holanda e ao historiador Hugo Coelho, ambos do Instituto Ricardo Brenand (IRB). A primeira pela ajuda e disponibilização de importante acervo bibliográfico e iconográfico sobre o período holandês no Brasil, pertencente ao IRB. Ao segundo pelo apoio a esta pesquisa e pela oportunidade de divulgá-la no I Colóquio Internacional Brasil Holanda, realizado em outubro do ano passado.

A Edcleide pela incomensurável ajuda de suas perspicazes observações, tanto de forma como de conteúdo, que foram extremamente valiosas e enriquecedoras. Parabéns pela sua inteligência, competência e observação fina.

A Letícia e Ricardinho, meus diletos filhos, que tanta compreensão tiveram na minha ausência compulsória impingida pela produção acadêmica desta dissertação. Ainda a Ricardinho pela ajuda de digitação de parte do texto, detentor de uma habilidade impressionante de digitar sem olhar para o teclado, mesmo só tendo doze anos.

Aos professores da EBAPE, pelos inestimáveis ensinamentos transmitidos.

Aos colegas do mestrado, pela prazerosa e saudosa convivência.

Aos parentes do Rio de Janeiro, pela torcida e apoio, em especial minha prima Margaret Lima.

A todos os amigos que também torceram e me apoiaram, inclusive aos que tive a honra de compartilhar recentemente de suas amizades.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo tratar da estratégia administrativa do conde Maurício de Nassau quando governou o Brasil holandês entre 1637 e 1644. O primeiro capítulo contextualiza como se formou o expansionismo imperialista holandês e como a conquista do Brasil passou a ser prioritária para os interesses econômicos da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e como ponto estratégico no domínio naval do Atlântico. O segundo capítulo destaca os aspectos humanistas e pragmáticos do conde Nassau e como sua ação administrativa pode ser considerada um fenômeno administrativo. O terceiro capítulo analisa os referenciais teóricos das novas possibilidades de estudos administrativos considerando a dimensão histórica como parte integrante e indissolúvel da realidade organizacional como alternativa ao paradigma positivista. Nele também são analisados os referenciais teóricos sobre estratégia. O quarto e último capítulo faz o cotejamento entre o referencial teórico analisado e os determinantes e características da estratégia nassoviana, mostrando que ela foi singular e inovadora para época em que aconteceu. A pesquisa buscou primordialmente mostrar que a ação administrativa de Nassau foi baseada numa estratégia empreendedora de cunho carismático cujo caminho trilhado foi o de gerar sentimento de saudade no imaginário popular dos seus governados e descendentes.

PALAVRAS CHAVES: Administração, Estratégia, Holandeses no Brasil, Maurício de Nassau

ABSTRACT

This work aims to address the management strategy of Count Maurice of Nassau when Dutch ruled Brazil between 1637 and 1644. The first chapter contextualizes how it formed the imperialist expansionism and how the Dutch conquest of Brazil has become a priority for the economic interests of the West India Company (WIC) and as a strategic naval dominance in the Atlantic. The second chapter focuses on the humanistic and pragmatic aspects of Count Nassau and its administrative action as may be considered an administrative phenomenon. The third chapter examines the theoretical possibilities of the new administrative studies considering the historical dimension as an integral and inseparable from organizational reality as an alternative to the positivist paradigm. In it are also analyzed on the theoretical strategy. The fourth and final chapter makes the comparison between the theoretical analysis and the determinants and characteristics of Nassau strategy, showing that it was unique and innovative for the time it happened. The research sought primarily to show that the administrative action of Nassau was based on a strategy of stamp charismatic entrepreneur whose path taken was to generate feelings of nostalgia in the popular imagination of the governed and descendants.

KEY WORDS: Administration, Estrategy, Dutch in the Brazil, Maurício de Nassau

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O EXPANSIONISMO HOLANDÊS E A GUERRA DO AÇÚCAR	17
1.1 O CENTRO DO MUNDO SE DESLOCA PARA A HOLANDA	17
1.2 BRASIL: O CENTRO DO ATLÂNTICO	23
1.3 BRASIL HOLANDÊS: A CONQUISTA DO TERRITÓRIO (1630-1637)	28
1.4 BRASIL HOLANDÊS: A CONQUISTA DO POVO (1637-1644)	37
1.5 BRASIL HOLANDÊS: A PERDA DO POVO E DA TERRA (1644-1654)	52
2. NASSAU, O HUMANISTA PRAGMÁTICO	55
2.1 A FORMAÇÃO DE NASSAU NA HOLANDA	55
2.2 A AÇÃO NASSOVIANA NO BRASIL	59
2.3 AÇÃO NASSOVIANA: UM FENÔMENO ADMINISTRATIVO?	63
3. ADMINISTRAÇÃO E HISTÓRIA, UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL	70
3.1 <i>LÓCUS</i> E <i>PRAXIS</i> ORGANIZACIONAIS SOB NOVO OLHAR	70
3.2 REPENSANDO A ABORDAGEM ORGANIZACIONAL	75
3.3 A DIMENSÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO ORGANIZACIONAL	77
3.4 ESTRATÉGIA	80
4. O REI SOU EU	93
4.1 COOPERAÇÃO <i>VERSUS</i> CONFRONTO	93
4.2 PREENCHENDO O VAZIO DE AUTORIDADE	99
4.3 A NEGAÇÃO DO IMEDIATISMO	102
4.4 A OLHOS VISTOS	104
4.5 O MECENATO MERCANTILISTA NASSOVIANO	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XVII o Brasil viveu um dos mais importantes e intrigantes períodos de sua história. Entre 1630 a 1654 parte da colônia portuguesa nas Américas esteve sob o domínio holandês, operacionalizado e patrocinado pelo capital da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* - WIC), entidade comercial poderosa que representava os interesses militar e comercial do expansionismo econômico neerlandês. Durante o período da ocupação os holandeses se estabeleceram em grande parte do litoral nordestino que compreendia uma faixa territorial situada entre os Estados de Alagoas e do Maranhão e tendo Recife como centro militar, político e administrativo da conquista.

Período importante porque, pela primeira vez na História, uma organização empresarial assume as funções de Estado ao guerrear com outros países, notadamente os até então hegemônicos Espanha e Portugal, objetivando as conquistas de novos territórios, além-mares do Atlântico, em busca de lucros comerciais para seus investidores. E o Brasil representava essa possibilidade na medida em que tinha muitas riquezas, principalmente a cana, cujo produto derivado – o açúcar - era economicamente muito atrativo.

Durante quase um terço dessa ocupação, viveu em Recife um alemão mandatário dos interesses da WIC chamado Johann Moritz Zu Nassau-Siegen, ou Conde Maurício de Nassau, ostentando os cargos de general, almirante e governador-geral do Brasil holandês. Intrigante é o fato de, em tão pouco tempo nas terras dominadas, marcar época pelo aspecto de sua forma singular de administrar, até hoje discutida. Para alguns, um diferenciado administrador, tanto empresarial quanto público, que empregava técnicas de estratégia com muita maestria. Para outros um governante com poderes quase que absolutos, condição que facilitava a implementação de atos administrativos com objetivos escusos de explorar ao máximo o que a terra colonizada podia render de dividendos aos seus patrões, ao mesmo tempo em que realizava obras públicas e ações sociais para a população local no sentido de escamotear suas verdadeiras intenções e promover a estabilidade política necessária ao intento da WIC.

De um modo ou de outro, a administração de Nassau foi extremamente marcante, ao se considerar que foi realizada em um território ocupado e em permanente tensão beligerante, ao mesmo tempo em que, aos seus encargos de comandante-mor das forças militares, se mesclavam funções de alto executivo empresarial e de gestor público.

As suas características singulares na arte de administrar, calcada numa talvez prévia concepção e estruturação de sua ação administrativa (estratégia), que deveria implementar para o êxito da sua missão colonial, são os pontos fundamentais que esta pesquisa pretende abordar ao colocar a seguinte questão: a gestão de Maurício de Nassau, governando o Brasil holandês entre 1637 e 1644, pode ser considerada um fenômeno de eficiência administrativa? Em caso afirmativo, como isso se verificou? Se não, por quê? Dessa forma, o estudo consubstanciado neste projeto pretende abordar os aspectos norteadores do planejamento estratégico da ação administrativa de Nassau, das técnicas de gestão empregadas e dos seus feitos à frente do governo holandês no Brasil, durante os sete anos (1637-1644) em que residiu no Recife.

POR QUE NASSAU?

Muito se tem falado, escrito e pesquisado sobre a ocupação holandesa no Brasil, especialmente do seu período nassoviano, que, na maioria dos trabalhos, apesar de salientarem a ação administrativa de Nassau, têm dado uma evidência maior aos aspectos historiográficos da questão nos seus âmbitos políticos, sociais e até militares do domínio flamengo em terras brasileiras. Outras, seguindo essa mesma linha de pesquisa, enfatizam a contribuição humanística de Nassau para o desenvolvimento das artes e das ciências nas plagas recifenses. Há também abordagens que se ocupam de pontos específicos da gestão de Nassau no que diz respeito, por exemplo, à implementação do planejamento urbano do Recife ou do abastecimento da capital e do transporte de mercadorias.

Contudo, mesmo reconhecendo-se a importância desses estudos, talvez nenhuma pesquisa tenha focalizado a gestão nassoviana à luz dos fundamentos da teoria administrativa, nos seus aspectos epistemológicos e técnicos. Este é o recorte, o foco preciso que esta pesquisa pretende analisar. Evidentemente que os aspectos políticos, econômicos e sociais serão levados em consideração, pois seria impossível ignorá-los na medida em que eles permitem uma melhor compreensão da ação administrativa de Nassau no contexto da época em que se realizou.

Há de se considerar também que Nassau, possuidor de extremada formação intelectual e de profunda instrução militar, era um homem à frente de seu tempo, na opinião, por exemplo, de historiadores do porte do inglês Charles Boxer, do brasileiro Evaldo Cabral de Mello, entre outros. As aparentes qualidades de percepção aguçada, capacidade de abstração e poder de

síntese o caracterizaram como notável estrategista, não só na arte da guerra, mas também na de administrar. Soube formular com muita propriedade a concepção estratégica para o êxito de sua empreitada em terras brasileiras: as de ser ao mesmo tempo o dirigente máximo de uma Companhia mercantil e governador de uma colônia ultramarina holandesa.

Sua formação militar, que lhe deu os pré-requisitos para a capacidade efetiva de elaboração de estratégias e planos, aliada ao seu tirocínio e educação erudita permitiram que ele soubesse transplantar para o terreno civil os princípios do planejamento estratégico militar de forma muito peculiar. Ele percebeu que seria necessário manter um equilíbrio entre a racionalidade instrumental (recursos e poderes que estavam postos em suas mãos) e a racionalidade substantiva (aqueles a quem cabia administrar, ou seja, a comunidade local). A elaboração consistente de um agir comunicativo, tanto linguístico, quanto semiótico, lhe permitiu uma ação teleológica eficiente e coerente com os propósitos comerciais da WIC, que para serem exitosos necessitariam de fomentar “os ânimos do povo para a tranquilidade deste Estado” (MELLO, 2006, p. 405).

Mais do que a força, o administrador Nassau talvez tenha sabido utilizar inteligentemente o discurso teleológico ao buscar o “consenso” como possibilidade de alcance de um ponto compensatório que proporcionasse um novo patamar de equilíbrio entre o movimento de contra hegemonia (dominados) e o movimento de hegemonia (WIC), postos permanentemente como o dilema central da ocupação holandesa. É o dilema organizacional que, séculos depois, foi abordado por Etzioni (1973) quando tratou das crises entre “felicidade” e “eficiência” no ambiente organizacional.

Qual será, então, o dilema a que se refere Etzioni? É o eterno conflito entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental, que ao atingir um ponto crítico faz com que a lógica de dominação crie inteligente e subliminarmente um novo nível de produtividade, restabelecendo o equilíbrio num patamar mais elevado que satisfaça aos anseios (felicidade) dos dominados concomitantemente à manutenção da reprodução do capital (eficiência). Interessante perceber como, três séculos antes, Nassau parece ter antevisto essas questões.

Esse embate tem como arena fundamental as organizações da sociedade e acontece no bojo da prática burocrática, na acepção weberiana do termo. E Nassau provavelmente soube enfrentá-lo com inteligência e argúcia. O que fica muito claro ao se analisar as recomendações contidas na “Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca de seu Governo”, em 06

de maio de 1644, quando da transmissão do cargo de governador do Brasil holandês aos seus sucessores, ao salientar que:

É uma notória razão de Estado que os primeiros atos de um novo governo devem ser dirigidos para a satisfação do povo, pois desse modo quem governa obtém a tranquilidade entre o povo, a obediência, a honra e o respeito.[...] Queiram crer que, por isso, fui respeitado e **amado** por ambas as nações, que testemunharam com gratidão e de bom coração acerca do meu comportamento, sem que eu tenha exigido, obtido ou recebido qualquer coisa para meu proveito, por graças, favores e despachos por mim concedidos... (MELLO, 2004, p. 404 e p. 408, grifo nosso).

Não se pretende com este estudo fazer uma apologia à administração de Nassau, nem tampouco desqualificá-la, como por exemplo, tecer críticas ferrenhas a questão ética de seu governo. Pretende-se, com a isenção que uma pesquisa científica deverá sempre se pautar e com o distanciamento prudente que o pesquisador deverá ter de vieses emocionais, ao conduzir o estudo do seu problema, analisar com rigor científico o fenômeno administrativo da gestão estratégica de Nassau à frente do Brasil holandês.

Nesse contexto, esta pesquisa se utiliza de novas abordagens epistemológicas e metodológicas em estudos organizacionais que buscam possibilidades de interação entre administração e história, como alternativas às abordagens positivistas e universalistas em administração. Dentro desse entendimento, a teoria administrativa não pode prescindir da dimensão histórica da realidade organizacional para sua compreensão mais apurada, dado que o fato administrativo é, substancialmente, um fenômeno social, portanto singular e não universal, como preconiza o tradicionalismo do pensamento administrativo (MARTINS, 2011). Enfim, esta pesquisa se insere no rol dos pesquisadores que adotam a perspectiva histórica em estudos organizacionais como um posicionamento “reorientacionista” para um novo olhar sobre o universo organizacional não funcionalista e prescritivo.

O objetivo final desta pesquisa foi o de analisar a gestão de Maurício de Nassau, governando o Recife entre 1637 e 1644, sob o enfoque de sua estratégia administrativa, e os objetivos intermediários pretenderam (i) analisar o contexto histórico em que se insere o expansionismo holandês e o governo de Nassau, (ii) examinar os princípios norteadores da ação estratégica de Nassau, (iii) analisar os aspectos administrativos do governo de Nassau e (iv) identificar os fatores que determinaram a ocorrência do fenômeno administrativo do governo de Nassau.

Quanto ao referencial teórico foi realizada uma revisão de literatura envolvendo as novas epistemologias sobre a historiografia em estudos organizacionais, sobre os conceitos de estratégia e o seu processo de formulação e implementação e das fontes bibliográficas sobre a história holandesa no Brasil, escritas por contemporâneos daquela época e por autores posteriores procurando-se abarcar as fontes simpatizantes, contrárias e isentas ao período da ocupação holandesa.

Em relação à metodologia, baseando-se na taxionomia apresentada por Vergara (2007), a pesquisa pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, ela é descritiva e explicativa. Descritiva porque expôs as características da administração nassoviana bem como os aspectos em que ela se inseriu na época em que aconteceu. Explicativa porque objetivou esclarecer os fatores que contribuíram para o fenômeno administrativo da gestão de Nassau no período em que governou o Brasil holandês entre 1637 e 1644.

Quanto aos meios é bibliográfica e documental. Bibliográfica porque se fez essencial a composição prévia e sistematizada de um referencial analítico de fundamentações historiográficas e de teoria administrativa desenvolvido com base em material publicado em livros, teses, dissertações, artigos, periódicos e documentação histórica de acesso público.

A coleta de dados necessária para responder ao problema da pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, documental, iconográfico e de exploração do tema com estudiosos e especialistas do assunto. Esta correlação foi de fundamental importância na medida em que se permitiu a construção paulatina da resposta ao problema pesquisado.

Foram consultadas fontes secundárias e, a partir destas, documentação primária nela citada. Desse modo, o acesso ao conteúdo da documentação da época foi obtido a partir de seus registros em livros, teses, artigos, etc., os quais foram referenciados ao longo do texto, em notas de rodapés. A exploração de dados a partir de entrevistas foi realizado com pesquisadores e estudiosos do assunto, segundo suas percepções, teses e obras.

Em função da natureza do problema da pesquisa, a escolha do método raiz conduz para o Dialético, que no entendimento de Lílian Anna Wachwicz (2001) afirma que:

O ponto de partida para o método dialético na pesquisa é a análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é. Tais determinações têm que ser tomadas pelas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do

processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para sua transformação. Uma das características do método dialético é a contextualização do problema a ser pesquisado, podendo efetivar-se mediante respostas às questões: quem faz pesquisa, quando, onde e para que? Não se trata de subjetivismos, mas de historicidade, uma vez que a relação sujeito e objeto na Dialética vêm a cumprir-se pela ação de pensar. As sínteses são constituídas numa relação de tensão, porque a realidade contém contradições. Assim, a totalidade, a historicidade e a contradição são as categorias metodológicas mais importantes na Dialética. (WACHWICZ, 2001).

Por se tratar de um método não positivista, as técnicas de tratamento de dados se valerão de uma perspectiva historicizante. Segundo Vergara (2008, p. 130) “a historiografia é um método de pesquisa que visa ao resgate dos acontecimentos e das atividades humanas ao longo do tempo, possibilitando desvendar e compreender as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social”.

Ao analisar as características principais da abordagem historiográfica, a autora destaca três principais pontos favoráveis:

Permite a reflexão e a compreensão acerca da construção, da transformação e da incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo. Permite resgatar a trajetória de indivíduos, organizações e movimentos, reduzindo a distância entre o discurso e a prática. Não se limita à narrativa de acontecimentos, mas pressupõe sua análise e interpretação (VERGARA, 2008, p. 131).

1. O EXPANSIONISMO HOLANDÊS E A GUERRA DO AÇÚCAR

“De Olinda a Holanda, não há aí mais que a mudança de um i em a; e esta vila de Olinda se há de mudar em Holanda, e há de ser abrasada pelos holandeses antes de muitos dias, porque pois falta a justiça da terra, há de acudir a do céu.”

Frei Antônio Rosado¹

1.1 O CENTRO DO MUNDO SE DESLOCA PARA A HOLANDA

A história das Repúblicas Unidas dos Países Baixos, Holanda como hoje é conhecida, tem sua independência nacional construída concomitantemente ao seu processo de expansão colonial. Os embargos econômicos advindos do confronto bélico pela independência travado com a Espanha na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) geraram a necessidade de acesso às fontes de comércio e riquezas mundiais dominadas em sua maioria pelos portugueses e espanhóis. O impedimento de acesso aos portos ibéricos, imposto pela Espanha no final do século XVI no contexto da União Ibérica (1580-1640) em que Portugal estava sujeito à política de Madrid, fez com que os Países Baixos se lançassem em incursões marítimas em mares do Atlântico e do Pacífico e em experiências coloniais nas Américas, África e Ásia. É neste contexto que a Holanda se torna a maior potência naval do século XVII e se transforma na primeira economia moderna da história.

Até então as Províncias Unidas eram compostas por sete territórios pequenos (Holanda, Zelândia, Utrecht, Guedre, Overijssel, Frísia e Gröningen) nos quais se localizavam dezoito cidades com direito a voto nos Estados Gerais dos Países Baixos, o parlamento provincial. A província da Holanda, a mais próspera de todas, concentrava o maior número de cidades com direito a voto: seis. Esses territórios se consideravam independentes e exerciam a autonomia fiscal e jurídica e segundo Braudel (2009):

Cada uma dessas cidades tem seu governo, cobra impostos, ministra justiça, vigia atentamente sua vizinha, defende constantemente suas prerrogativas, sua autonomia, sua fiscalidade [...] A burguesia patricia que governa as

¹ Citado por Frei Manuel Calado do Salvador in “Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade” publicado pela primeira vez em 1648, em Lisboa, por Paulo Craesbeeck, “Impressor e Livreiro das Ordens Militares” e reimpresso pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) em 2004.

“cidades tem o privilégio da justiça, castiga à vontade, exila a título definitivo, da cidade ou da província, quem ela quer – praticamente sem recurso. Em contrapartida, defende seus cidadãos, protege-os, garante-os contra as justiças superiores [...] Todavia, essa compartimentação do Estado, essa descentralização inverossímil cria também uma certa liberdade dos indivíduos.” (BRAUDEL, 2009, p. 163)

Essas foram as condições primordiais que concorreram para que os Países Baixos do Norte se tornassem uma república com exercício de liberdade de credo, de propriedade e de pensamento científico e artístico. Um grande avanço em termos de sociedade europeia para a época, mormente o continente europeu se encontrar na transição do período feudal para o capitalismo e ainda com sistemas políticos regidos por monarquias absolutistas no restante dos seus países. Dessa forma, as Províncias Unidas do Norte passaram a se diferenciar da tônica política e econômica vigente no mundo ocidental e experimentaram no século XVII um grande surto de desenvolvimento econômico e tecnológico. Nesse sentido, seus interesses econômicos e de soberania política e territorial frente às ameaças externas eram defendidos conjuntamente, formando, assim, um bloco de poder unitário.

O processo de formação dos Países Baixos a partir da independência da Espanha no século XVI teve como eixo central as diferenças religiosas entre protestantes e católicos. Os primeiros ocupavam os países do norte e os segundos os do sul, liderados pelos espanhóis. As distintas opções religiosas influenciaram diferentemente a orientação política de seus respectivos governos, se tornando as províncias do sul cada vez mais autocráticas e absolutistas enquanto as do norte federadas e liberais.

Outra decorrência importante das diferenças religiosas é o fato de que nas províncias neerlandesas, segundo Nascimento (2004, p. 31) “a Reforma Protestante teve aí curso num ambiente de prosperidade comercial que colocaria futuramente a Holanda como o maior expoente do capitalismo europeu entre os fins do século XVI até a segunda metade do século XVII, quando é desbancada pela Inglaterra”. Salienta também que a ideia de lucro é resultado de uma tradição comercial e financeira, de certa forma prematura, desses países.

Com a tomada de Bruxelas² pelas tropas espanholas do Duque de Parma, em 1585, muitos calvinistas se desterraram para as províncias holandesas em busca da liberdade religiosa ali praticada. Para lá emigraram intelectuais, artistas, artesãos e ricos comerciantes. Nas cidades

² O território da Holanda se situa ao norte da Bélgica. Nos anos seiscentos as províncias flamengas eram divididas entre os países baixos do norte e os do sul, estas simpáticas à coroa espanhola.

holandesas, desenvolveu-se então uma burguesia vocacionada para os negócios, que em sua maioria era protestante e tinha hábitos simples e austeros. Contudo, a tolerância política e religiosa também atraiu à Holanda vários capitalistas estrangeiros, muitos judeus. Assim, os habitantes das Províncias Unidas dedicavam-se à indústria de manufaturas, ao comércio e à construção naval, construindo grandes navios que lhes proporcionaram ser os intermediários do comércio europeu. Em função disso, os holandeses, ainda na segunda metade do século dezesseis, já haviam acumulado uma experiência considerável em navegação quando realizaram intenso comércio nos mares Báltico e do Norte. Esse movimento favoreceu um rápido crescimento do comércio marítimo a partir do porto de Amsterdã, que passou a assumir a posição de destaque até então liderada pelo de Antuérpia.

Segundo Galindo (2009), nesse período experimentou-se

Um ciclo de grande prosperidade para os Países Baixos [...] cujos excedentes da economia passaram a remunerar as ciências e as artes, criando o ambiente propício ao surgimento de grandes expoentes no universo artístico e intelectual, notadamente no campo da pintura, filosofia, arquitetura e ciências” (GALINDO, 2009, p. 2).

Expoentes notáveis como René Descartes e o filósofo Baruch de Espinoza, dentre outros, fizeram parte da época de ouro das ciências e das artes favorecidas pelas liberdades de culto e de pensamento vigentes na Holanda de então, transformando-a, na opinião de Galindo (2009, p. 3), “no mais importante centro de desenvolvimento tecnológico, humanístico e artístico...” do mundo no século XVII. E arremata afirmando que “nesta época foram aclamados mundialmente o comércio, a ciência e a cultura neerlandeza”. O período seiscentista é conhecido como o “século de Ouro” da Holanda.

No primeiro quartel do século XVII fundaram-se na Holanda algumas Companhias de comércio³. Com as Companhias de comércio holandesas o monopólio marítimo dos países ibéricos foi quebrado, baseado num novo conceito de navegação, *mare liberum* (mar livre), defendido em 1606 pelo jurista holandês Hugo Grotius em oposição ao conceito espanhol de *mare clauseum* (mar fechado), que consistia no direito de qualquer nação poder navegar livremente até aos continentes Africano, Asiático e Americano. Estas Companhias fundaram

³ Antes da criação da WOC e da WIC, surgiram na Holanda outras companhias de comércio. Contudo estas duas se sobressaíram na história por representarem efetivamente o expansionismo holandês e por dominarem os mares no século XVII. Em outros países diversas companhias foram criadas nessa época.

feitorias, fazendo com que os portugueses desocupassem pontos estratégicos. Na Ásia fixaram-se no arquipélago indonésio, em Ceilão, em Malaca e no Japão; na África fixaram-se em S. Jorge da Mina; e na América do Sul ocuparam o nordeste brasileiro.

Os embargos sofridos pelos navios holandeses nos portos portugueses e espanhóis afetavam diretamente os Países Baixos, na medida em que impediam a importação de vários produtos essenciais à sua economia, principalmente o sal, imprescindível à indústria da pesca, um dos pilares do desenvolvimento econômico neerlandês. Em decorrência disto, o poderio naval holandês inaugurava em fins do século XVI a guerra de corso e a apropriação do sal do Caribe, cujas bases produtoras estavam sob o domínio da Espanha.

Outro produto bastante atrativo para os interesses expansionistas holandeses, o açúcar brasileiro - apesar do crescimento de sua produção estancar a partir de 1610, mantendo-se estável até 1625 e declinar a partir daí - mostrava-se com outra perspectiva, ou seja, não apenas o de domínio do refino na Europa, mas o de domínio da sua produção no nordeste brasileiro e o monopólio de seu comércio mundial. Os Países Baixos já tinham familiaridade com a produção do açúcar desde o início da colonização do Brasil, quando investidores neerlandeses financiavam a agroindústria canavieira no nordeste brasileiro, ao mesmo tempo em que comercializavam tal produto no continente europeu. Os Países Baixos não apenas distribuía o produto na Europa como também refinavam o açúcar bruto. Para se ter uma ideia do volume de açúcar direcionado para a Holanda, entre os anos 1609 a 1621, no período da trégua da Guerra dos Oitenta Anos, Mello (2010, p. 13) enfatiza que “no decurso desses anos, cerca de 50 mil caixas de açúcar, equivalente grosso modo a I milhão de arrobas, desembarcaram anualmente nos portos das Províncias Unidas, suprimindo nada menos que 29 refinarias”.

O surgimento da WIC se deveu em grande medida a Willen Unsselincx (1564-1647) que defendia a ideia de que a expansão imperial holandesa deveria ser baseada na fundação de colônias agrícolas no Novo Mundo, as quais se fossem adequadamente administradas poderiam se transformar em fontes de riquezas renováveis e mercados para os produtos e manufaturas holandesas, em contraponto à concepção colonial espanhola nas Américas baseada fortemente no extrativismo mineral. Fundamentava tal ideia no exemplo colonial português no Brasil estruturado na agroindústria do açúcar que, segundo ele, por si só sustentava o reino de Portugal. Ainda, não advogava necessariamente a conquista das colônias portuguesas e espanholas pelo uso da força, mas, no âmbito da Trégua dos Doze Anos,

negociar com Portugal e Espanha a permissão do comércio e do estabelecimento de holandeses nas Américas. Era também adepto do trabalho livre em vez do escravo, por entender que este último além de desumano era antieconômico. Com certeza ideias originais e avançadas para os anos seiscentistas, porém de difícil implementação. Exceto a não utilização de mão-de-obra escrava, a colonização do Brasil com camponeses holandeses foi uma das tentativas de ação administrativa que Nassau não teve êxito junto à direção da WIC.

Unsselinx entendia também que a concordância tácita ou explícita por parte dos portugueses e espanhóis em permitir o acesso de colonos neerlandeses nas suas colônias era praticamente impossível de se obter e, nesta circunstância, sabia que a Holanda poderia usar de meios não pacíficos para ter acesso a essas colônias e, desse modo, a trégua dos doze anos ficaria circunscrita ao continente europeu.⁴

A partir de 1619 as discussões em torno da criação da WIC começam a se acentuar notadamente no seio da oligarquia da Holanda Setentrional que, segundo Boxer (1961, p. 6), “não estava interessada em fundar colônias agrícolas em terras de além-mar”. Dessa forma, a WIC foi criada em moldes diferentes dos pensados por Unsselinx. Ao invés de “buscar a colonização pacífica e o intercâmbio comercial [...], tinha confessadamente como objetivo a colonização e o comércio mediante a conquista”, (BOXER, 1961, p. 9).

A WIC foi estabelecida em 03 de junho de 1621 e por determinação do parlamento dos Países Baixos detinha a concessão do monopólio da navegação (indo de encontro ao conceito de *Mare Liberum*), da conquista e do comércio nos mares do Atlântico e sua gestão estaria a cargo de dezenove diretores, os Herens XIX, que seria a grande “dor de cabeça” de Maurício de Nassau quando esteve à frente do Brasil holandês. Os diretores tinham autonomia total na gestão da Companhia e os acionistas não podiam interferir na política administrativa e financeira dos Herens XIX. Unsselinx entendia, por outro lado, que a gestão da empresa deveria ser de responsabilidade dos Estados Gerais. Porém, a primeira situação é a que prevaleceu.

Três anos após a sua fundação a Companhia já tinha um capital subscrito da ordem de 7 milhões de florins, dos quais 3 milhões advindos da câmara de Amsterdã, portanto majoritária na composição da carteira de ações e da diretoria, conforme se pode constatar no quadro

⁴ A chamada Trégua dos doze anos foi firmada em 1609 entre as "Províncias Unidas" (lideradas pela Holanda e Zelândia) e a Espanha, no curso da Guerra dos Oitenta Anos, iniciada em 1568.

abaixo. A WIC e WOC eram empresas estatais por sociedades anônimas que captavam recursos financeiros junto a investidores privados e distribuíam dividendos.

A WIC foi dividida em câmaras regionais (*kamers*), num total de cinco, com as seguintes participações acionárias e de quantidade de diretores (*herens*):

CÂMARAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	DIRETORES
Amsterdan	4/9	8
Zeelândia (Mildenburg)	2/9	2
Mass (Roterdan)	1/9	1
Zona Norte (Horn e Friesland Ocidental)	1/9	1
Friesland com o distrito de Groningen	1/9	1
ESTADOS GERAIS		1

Com a criação das duas Companhias de navegação mais importantes da Holanda, a das Índias Orientais (WOC), em 1602, e a das Índias Ocidentais (WIC), em 1621, estavam postas definitivamente as condições para o expansionismo econômico-militar holandês no século XVII, cujos primórdios remontam a partir de 1598 quando os neerlandeses passaram a dominar os mares e se transformaram no que o historiador Charles Boxer categorizou de “força de primeira ordem” no cenário mundial de navegação e comércio. “Fazer guerra contra as coroas ibéricas e, com isso, dividir o bolo do comércio internacional de açúcar, pau-brasil, sal e escravos”, de acordo com Nascimento (2004, p. 29), era o objetivo. E com a vitória frente aos espanhóis, antes mesmo do término da Guerra dos Oitenta Anos (a trégua dos doze anos, 1609-1621, pode ser considerada um reconhecimento tácito da derrota pela Espanha), o centro hegemônico do mundo seiscentista se desloca da Península Ibérica para a Holanda.

Culminava assim, a partir de 1621, a instituição de uma espécie de “tratado de Tordesilhas”⁵ à moda holandesa, no qual o mundo então passou a ser dividido não entre duas nações, mas entre duas Companhias de comércio hegemônicas pertencentes a um mesmo país. E o segundo passo dessa estratégia mundial de conquista era o Atlântico. O alvo principal: o Brasil.

⁵ O Tratado de Tordesilhas, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha[1] para dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas fora da Europa.

1.2 BRASIL: O CENTRO DO ATLÂNTICO

Para viabilizar o projeto expansionista Holandês não bastavam apenas recursos financeiros, navais e bélicos, mas também informações cartográficas das colônias ibéricas. Desde o século XVI os Países Baixos começaram a desenvolver um competente conhecimento cartográfico, principalmente a partir de 1580, quando em portos do norte da Holanda, como Enkhuizen e Edam, foram criados mapas de navegação para as águas europeias, a região do Caribe e as Índias Ocidentais, baseado também em informações de barqueiros portugueses. Em 1584 foi concebido o Atlas marítimo *Spiegel der Zeevaert* (Espelho da Navegação), marco na cartografia mundial, sendo publicado em latim e em várias línguas europeias. Ao final dos anos 1500, Amsterdam se tornou o centro mundial da cartografia marítima (BUVE, 2011).

Em função da longa familiaridade com a produção do açúcar brasileiro, os holandeses acumularam uma gama considerável de informações sobre a cartografia da costa brasileira e de seus portos. Dessa forma, descrições minuciosas do litoral brasileiro foram realizadas, por exemplo, pelos holandeses Jan Huigen van Linschoten e Diederick Ruiters, que em 1626 publicou o relatório “Tocha da Navegação” (*Toortse der Zeevaert*) com informações sobre o litoral do Brasil, da Guiné e de Angola. Na diretoria da WIC havia um certo Johan de Laet, geógrafo que compilava avidamente todas as informações náuticas de pilotos e marinheiros batavos ao redor do mundo.

Assim, o Brasil não era um desconhecido aos neerlandeses, inclusive no que se refere às suas defesas militares. Em um relatório intitulado “Relação das Praças-fortes do Brasil” (1612), o militar português, sargento-mor Diogo de Campos Moreno, que havia combatido nos Flandes (região norte da Bélgica), aportou no Brasil em 1602 para lutar contra os franceses na defesa do Maranhão. Neste relatório ele fez uma descrição minuciosa do frágil aparato militar (soldados e fortificações) de Olinda e Recife, de suas populações e de suas características geográficas e urbanas. Inclusive enfatizava que a sede da capitania de Pernambuco, Olinda, era indefensável e se uma armada inimiga desembarcasse na praia de Pau Amarelo (20 km ao norte) e sobre ela marchasse a subjugaria facilmente, como fica patente num fragmento do seu citado relatório, transcrito abaixo:

Esta vila de Olinda conforme ao sítio não tem modo algum de se fortificar, sempre ficará lugar aberto e exposto aos agravos da guerra, conforme a força com que for acometida, porque além de estar na costa do mar e ter diante de si a sua antiga barra [...] Tem também a quatro léguas, entre Itamaracá e dita

vila, o porto ou barra de Pau Amarelo, entre uns recifes e muito melhor que a do mesmo Recife, que hoje se usa, porque tem quatro braças e meia de baixa-mar de águas-vivas e podem em qualquer tempo entrar quaisquer naus e estar seguras e lançar em terra a gente que quiserem e dali aportarem donde lhes der gosto, em especial pela praia, marchando à dita vila.⁶

Com certeza, não foi coincidência que o ataque da Holanda a Pernambuco dezoito anos após se deu desta mesma maneira. Além do mais, os neerlandeses entendiam também que Pernambuco por ser uma capitania donatarial portuguesa e não da coroa espanhola, apesar dela estar desde 1580 anexada ao reino da Espanha⁷, esta não se empenharia em defendê-la com vigor, principalmente pelo fato de se encontrar numa posição militar crítica em relação ao confronto com os holandeses no continente europeu, estar envolvida na guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e também de já apresentar sinais de falência de seu poderio econômico. Nesse contexto, a defesa do Brasil não seria prioritária pela monarquia castelhana, configurando-se, então, como um dos elos frágeis do império colonial ibérico. A prioridade da Espanha nas Américas era a manutenção de suas colônias produtoras de ouro e prata no México, na região andina e no Rio da Prata.

A posição geográfica do nordeste brasileiro era entendida pelos holandeses como de importância estratégica vital, ao permitir que a produção do açúcar fosse escoada com mais facilidade para a Europa, ao viabilizar maior controle da navegação nos mares do Atlântico e de possibilitar acesso mais rápido às fontes de fornecimento de mão-de-obra escrava africanas. Dessa forma, na perspectiva neerlandesa o Brasil detinha uma posição geoestratégica privilegiadíssima ao se localizar a meio caminho do Caribe, da Europa e da África. Configurava-se assim como uma excelente “base de operações contra a navegação espanhola no Caribe e contra a navegação portuguesa com o Oriente” (MELLO, 2010, p. 29). Desta forma controlariam a importantíssima rota do cabo da Boa Esperança, por onde transitavam os produtos orientais com larga demanda na Europa (sedas, chás e especiarias). Destaca-se ainda, os principais núcleos urbanos do Brasil se encontravam ao longo da costa e, por isso, de fácil acesso ao poder bélico da armada naval holandesa.

No Brasil, em 1623, havia um total de trezentos e cinquenta engenhos de cana-de-açúcar (BOXER, 1961). Em 1630 a capitania de Pernambuco e suas vizinhas (Itamaracá, Paraíba e

⁶ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 47).

⁷ O reino português foi anexado ao da Espanha, a partir da crise sucessória desencadeada após o desaparecimento do rei D. Sebastião em combates no norte da África. A anexação durou sessenta anos.

Rio Grande do Norte) possuíam 160 engenhos com potencial de produção de 659 mil toneladas de açúcar ou 33 mil caixas. (MELLO, 2010). Neste período o nordeste brasileiro era o maior centro produtor de açúcar do mundo.

Em 1624 circulou em Amsterdã um relatório intitulado “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil”, de autoria de Jan Andries Moerberek, com informações sedutoras sobre a colônia americana produtora de açúcar. Em sua narração Moerberek aponta a Bahia e Pernambuco como praças vulneráveis a ataques inimigos por não estarem bem fortificadas e protegidas, apesar de serem os lugares mais importantes da colônia. Também enfatiza que além de se tirar grandes proveitos da produção do açúcar, outros produtos poderiam ser bastante rentáveis como o pau-brasil, tabaco, gengibre, xaropes, doces e até os dízimos auferidos pelo clero dariam um excelente retorno. Abaixo trecho final do relatório de Moerberek em que ele apresenta o grande lucro, medido em ouro, que a WIC poderia auferir com a conquista do Brasil:

Tudo isso junto importa em 77 toneladas de ouro⁸ que a WIC poderá tirar anualmente destas terras. Deduzindo-se desse total as despesas anuais para a guerra tanto no mar como em terra, a fim de manter em sujeição tais lugares e defendê-los contra o rei da Espanha, as quais importarão aproximadamente em 27 toneladas de ouro, resta ainda para a Companhia um lucro anual de cinquenta toneladas líquidas de ouro, obtido com emprego de capital menor que esta quantia. Para isso é necessário que se proceda com prudência, ordem e habilidade.⁹

Em 1615, outro importante depoimento acerca das riquezas das terras brasileiras foi registrado no documento “Diálogos das Grandezas do Brasil” escrito pelo cristão-novo Ambrósio Fernandes Brandão, português que aqui chegou em 1583 e foi possuidor de quatro engenhos (um em Pernambuco e três na Paraíba). No início do seu texto, Brandão já coloca toda sua perplexidade frente à opulência da capitania de Pernambuco:

Essa capitania é tal que se antecipa a sua riqueza e abundância à fama que dela dão os que a viram pelo olho. [...] Contém cinquenta léguas de costa [...] e dentro nelas há infinitos engenhos de fazer açúcares, muitas lavouras de mantimentos de toda a sorte, criações sem conta de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de volataria e outras domésticas, diversos gêneros de frutas, tudo em tanta cópia que causa maravilha a quem o contempla e com curiosidade o nota. Dentro da vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias

⁸ Nesta época uma tonelada de ouro valia o equivalente a 100.000 florins.

⁹ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 32).

de muito preço, de toda a sorte, em tanta quantidade que se assemelha a uma Lisboa pequena.¹⁰

Outra descrição apologética acerca da profícua terra brasileira foi feita por frei Manuel Calado do Salvador, português do Além Tejo que viveu no Brasil por cerca de trinta anos e que presenciou a invasão holandesa, privou da amizade do Conde Maurício de Nassau e participou da guerra de resistência ao invasor após o retorno do conde à Holanda. Na sua obra “O Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade” ele enaltece as maravilhas da capitania de Pernambuco antes da conquista neerlandesa:

Era aquela república antes da chegada dos holandeses a mais deliciosa, próspera, abundante e não sei se me adiantarei muito a dizer a mais rica de quantas ultramarinas o reino de Portugal tem debaixo de sua coroa e cetro. O ouro, a prata eram sem número e quase não se estimava; o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios e caravelas. [...] As delícias de mantimentos e licores eram todos os que se produziam no Reino como nas ilhas. O fausto e aparato das casas eram excessivos [...] As mulheres andavam tão louças e custosas [...] Os homens, não havia adereços custosos de espadas e adagas [...] Tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato terreal do paraíso. (CALADO, 2004, p. 38).

Apesar da tendência de queda nos preços internacionais do açúcar verificados a partir de 1600, aos olhos dos *Herens XIX* o Brasil se apresentava bastante auspicioso à conquista. Estavam convencidos de que a posse da matéria-prima, de seu processo produtivo e do monopólio de seu comércio poderia mais do que compensar as perdas com a redução dos preços no mercado europeu. Segundo Gouveia (1998, p.36), para a WIC havia mesmo a possibilidade de grandes lucros uma vez que a praça europeia seria abastecida por suas refinarias “com uma produção agora obtida a custos menores do que se utilizassem, como antes, o açúcar bruto de procedência brasileira adquirido nos entrepostos da Península Ibérica”. Contudo, a aparente vantagem da conquista em terras brasileiras do ciclo econômico do açúcar (cultivo, produção e comércio) não menosprezava a possibilidade de outros ganhos nessa colônia. Nascimento (2008) enfatiza que a ocupação também:

Obedecia a outros móveis. Prova disto é o que podemos encontrar na documentação holandesa referente a Pernambuco. Aqui não são menos importantes os interesses da WIC no comércio de madeira, de escravos e, não raro, a insistência de encontrar ouro e prata no Novo Mundo. (NASCIMENTO, 2008, p. 29).

¹⁰ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 42).

Dessa forma, os mares que banham os continentes americano e africano passaram a ser o novo teatro de guerra contra a Espanha, não somente com as constantes práticas de corso nos mares do Caribe, mas agora com a perspectiva de conquistas de colônias no Atlântico Sul. Nesse contexto, a Bahia e Pernambuco eram as presas para onde se dirigiam os tentáculos do expansionismo holandês. O Brasil poderia render anualmente aos países baixos de 7 a 8 milhões de florins a um custo da guerra da conquista de 2,5 milhões de florins.

A guerra contra a Espanha que se iniciou na Europa e se alastrou para a Ásia, chega então na América para, em seguida, atingir a África com as conquistas de São José da Mina e de Angola a partir de Recife, transformando-o em centro comercial do mundo atlântico neerlandês e em base avançada de domínio da costa oeste africana. (NASCIMENTO, 2008). Finalmente se descortinavam os últimos cenários dessa guerra mundial seiscentista.

A primeira tentativa de conquista do Brasil aconteceu em maio de 1624 quando a Bahia foi atacada por uma força naval de 26 navios, 3.300 homens e 450 canhões subjugando a capital, São Salvador, sem muitas dificuldades. Porém, um ano após, uma expedição de 70 navios espanhóis recuperaram a cidade e expulsaram os holandeses. Esse insucesso não esmoreceu os ânimos dos diretores da WIC, principalmente após o exitoso episódio acontecido em 1628 quando uma força naval holandesa capturou a frota da prata mexicana estacionada no porto cubano de Matanzas, ocasionando um prejuízo fenomenal de 8 milhões de florins à coroa espanhola. Isto representava o valor da produção de açúcar anual do Brasil. Estes recursos entrando nos cofres da WIC deram-lhe novo fôlego para tentar outra investida contra o nordeste brasileiro.

Dessa vez a mira estava apontada para a capitania de Pernambuco, que “era em todo mundo a região onde se produzia a maior quantidade de açúcar e, ao mesmo tempo, a parte mais próspera do império colonial português” (BOXER, 1961, p. 44). Com uma armada composta por 67 navios e 7 mil homens sob o comando do almirante Hendrick Cornelisz Lonq, o segundo ataque ao Brasil foi efetivado pelos holandeses. Em fevereiro de 1630 o aparato bélico neerlandês se dividiu entre o bombardeio ao porto do Recife e ao desembarque de tropas terrestres na praia de Pau Amarelo, que sob o comando do coronel Diederick van Wardenburch marcham em direção a Olinda, dominando-a, como era previsto, sem resistência considerável do inimigo luso-brasileiro.

Pode-se considerar que a conquista do Brasil holandês se efetivou em três fases, sendo a primeira de consolidação do domínio do território (1630-1637), a segunda caracterizada por

um certo clima de paz na colônia, quando esteve a frente de sua administração o conde Maurício de Nassau (1637-1644) e a terceira, a de perda do território quando o povo da terra se rebelou contra o invasor, expulsando-o (1644-1654).

1.3 BRASIL HOLANDÊS: A CONQUISTA DO TERRITÓRIO (1630-1637)

Evaldo Cabral de Mello divide esta primeira fase em dois momentos. O primeiro abrange os dois primeiros anos da conquista, quando os holandeses ficaram praticamente sitiados no delta dos rios Capibaribe e Beberibe e de certa forma isolados em Recife sem poder avançar com eficácia sobre a área contígua produtora de açúcar. O freio à investida holandesa se deveu à tática de guerrilha operacionalizada pelas forças da resistência local. Nesse período o exército neerlandês assumiu compulsoriamente uma postura mais defensiva. O segundo se caracterizou pela quebra do impasse militar dos batavos, quando passaram a adotar a mesma tática de guerrilha contra os luso-brasileiros, aliada a um maior conhecimento do território, saindo da posição defensiva para a ofensividade e minando os últimos focos de oposição em 1637.

Após a tomada de Olinda e Recife sem maiores dificuldades, os holandeses começaram a perceber que os prognósticos iniciais de subjugação fácil da colônia não acontecia como haviam pensado. Os líderes da resistência, a cargo de Matias de Albuquerque, após o impacto aterrador do ataque inicial à sede da capitania, se reorganizaram em um sistema misto de defesa utilizando conjuntamente o emprego de forças convencionais, baseadas na recém-fundada fortificação do Arraial do Bom Jesus, erigida aproximadamente a 8 km a oeste do Recife, e do emprego de Companhias de guerrilhas, apresentando aos invasores as implacáveis eficácias dessa tática de micro guerra, as quais os batavos não estavam acostumados. Ao mesmo tempo conclamavam a população luso-brasileira local e os índios para a guerra da resistência. Durante dois anos esta foi a tônica da guerra local entre holandeses e os nativos brasileiros, ocasionando grandes baixas entre os primeiros, pela força contundente das emboscadas realizadas pelos segundos. Frei Manuel Calado, espécie de cronista da guerra, registrou com muita propriedade o espantoso tormento por qual passavam os invasores no início da conquista:

Logo lhe acudiram de toda a capitania muitos e valorosos mancebos que, divididos em estâncias, entre o arraial [do Bom Jesus], a vila [Olinda] e o Recife, tinham tão encurralado o holandês que não era senhor nem de sair a buscar água para beber nem faxina para suas fortificações, porque em saindo de suas trincheiras, logo davam sobre eles e os matavam, e nem senhores eram de sair da vila para o Recife nem do Recife para a vila senão em grandes tropas, porque os nossos se deitavam a nado e se era ocasião de maré vazia, passavam o rio. E postos em emboscadas cada dia lhe faziam tanto dano que andavam assombrados. (CALADO, 2004, p. 45).

Pelo lado dos holandeses os relatos confirmavam tal aflição. Em seu “Diário de uma Estada no Brasil” o combatente flamengo Pudsey afirmava que:

Tampouco podíamos ir a Olinda para reabastecer sem quatro ou cinco centenas de homens [...] Esse trabalho no mato era algo estranho para nossos homens no começo, em razão das emboscadas que eles espertamente punham em nossa passagem pelos matos, e essa invenção assassina matou-nos muitos homens.¹¹

Outro contemporâneo da guerra, o militar Ambrosius Richshoffer em seu “Relatório de um Soldado” registrou com detalhes macabros a realidade da guerra que viviam naqueles tempos ao narrar a insídia que sofreu certo destacamento holandês nas cercanias do Recife, quando forte torrencial inutilizou suas armas de fogo, favorecendo o inimigo que em cilada caiu sobre ele com cruel fúria. Quando o socorro neerlandês acudiu se deparou com o seguinte cenário:

Quando chegamos ao sítio da peleja, encontramos trinta e oito mortos deitados, uns juntos aos outros, perto da praia. Muitos dentre eles tinham as cabeças cortadas; outros os membros cortados e metidos nas bocas; e ainda outros tinham debaixo das cabeças grandes porretes de madeira, constituindo o todo um espetáculo lastimável.¹²

E para agravar ainda mais a situação, a guerrilha impedia o acesso dos invasores às fontes produtoras locais de alimentos, embargando seu fornecimento, principalmente de farinha de mandioca que era o substitutivo do trigo, com o qual estavam acostumados a se alimentar na Europa e cujo fornecimento via Holanda não poderia atender às necessidades do contingente baseado em Recife. Até colher frutas nativas na mata era um ato bastante perigoso naqueles tempos. A crise do abastecimento alimentar se transformou num dos grandes problemas enfrentados pela WIC, perpassando todos os anos da colonização brasileira e que Nassau

¹¹ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 77).

¹² Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 79).

tentou equacioná-la ao instigar, sem sucesso, a obrigatoriedade de produção desse tubérculo nos engenhos do Brasil holandês.

Utilizando-se do seu poderio militar naval conseguiram em 1631 conquistar a capitania de Itamaracá, ilha estratégica localizada a 40 km ao norte de Recife, pois a partir dela e atravessando o estreito canal de Santa Cruz, que banha o lado oeste da ilha, se possibilitaria o acesso ao continente e a uma importante região produtora de açúcar que ali se localizava. Na ilha de Itamaracá os holandeses finalmente puderam ter acesso tranquilo às frutas tropicais, negadas em Recife pela ação da guerrilha e tão necessárias para combater o escorbuto que assolava os soldados invasores. A conquista de Itamaracá, além de sua importância estratégica, tinha também um simbolismo militar fundamental naqueles tempos difíceis da guerra, pois representava o rompimento oficial do sítio ao qual estavam submetidos em Recife desde a chegada em terras brasileiras. Isso significava elevação do moral das tropas invasoras e preocupação pelo lado da resistência.

Em Itamaracá os holandeses construíram o forte *Orange*, de onde começaram a lançar expedições em direção ao norte. Em 1631 foram organizadas duas expedições à Paraíba e em 1632 mais uma para o Rio Grande do Norte, as quais não foram exitosas nas conquistas de seus territórios, porém serviram para aumentar o conhecimento sobre a região e fazer pilhagem de alimentos para alimentar as tropas, como aconteceu nas terras potiguares, onde os soldados holandeses se apoderaram de 245 bois que trazidos ao Recife serviram para alimentar os militares ali baseados. Também fizeram incursões a oeste da ilha adentrando no interior da capitania e espalhando o medo entre os habitantes, principalmente quando as investidas eram em represália a indivíduos que supostamente ou de fato dificultavam a ação conquistadora holandesa, como foi o caso do ataque ao engenho do português João da Costa Brandão, considerado inimigo. O ataque foi arrasador, segundo o relato de Johan de Laet:

Incendiaram o engenho com cerca de 1.600 pães de açúcar¹³ que estavam nas formas, pois não havia meios de trazê-los. A casa da residência foi queimada até o chão, mas, depois da partida dos nossos, extinguiram o fogo nas outras casas, ficando entretanto muito danificadas.¹⁴

¹³ Chamava-se ao açúcar já produzido e que saíam de formas parecidas com o formato do morro do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. Daí o nome deste acidente geográfico.

¹⁴ Johan de Laet, “História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais” (tradução de José Higinio Duarte Pereira e Pedro Souto Maior), Rio de Janeiro, 1916, p.394. Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 85).

Em janeiro de 1632 passaram a incursionar ao sul de Pernambuco promovendo um ataque a Rio Formoso (60 km de Recife), que mesmo sem conquistá-la fizeram grandes estragos ao se apropriarem de 42 bois e incendiarem um engenho e toda sua produção de açúcar. Essa prática era adotada visando minar as possibilidades de resistência do inimigo com o objetivo de expulsá-lo desses locais, não lhes dando condições de lá se restabelecerem. Porém, dessa prática advinham duas consequências danosas aos holandeses. Por um lado angariavam mais antipatia dos nativos ao promoverem essa ação de terror, e por outro, passavam a abalar economicamente a estrutura produtiva açucareira, interesse maior da conquista holandesa.

A partir de 1632 começa a se romper o impasse militar com as forças da resistência e a balança da guerra começa a pesar favoravelmente para o lado dos holandeses por uma série de razões. Eles se convenceram de vez que a estratégia inicial de dominar o nordeste brasileiro ocupando suas praças-fortes litorâneas e, a partir delas, promover a guerra de cerco seria suficiente para subjugá-lo, não se mostrava mais adequada e havia onerando bastante os custos da guerra, para aflição dos diretores da WIC.

Como forma de reverter essa situação, os holandeses passaram a adotar a mesma ação de guerrilhas dos nativos. Evidentemente que esses dois anos iniciais de conflitos permitiram que os flamengos passassem a conhecer melhor o interior do território (principalmente de sua malha fluvial) e passassem a contar com certo número de adesões de moradores locais e de escravos, o que favoreceu o emprego dessas escaramuças, pois estes conheciam muito bem o terreno em que pisavam.

Outro ponto fundamental era a sua superioridade naval que se consubstanciava numa vantagem tática considerável, ao patrulhar a costa da colônia impedindo ou dificultando que forças contrárias aportassem em terra firme em socorro aos combatentes luso-brasileiros, ao mesmo tempo em que podiam transportar rapidamente grandes contingentes de soldados para qualquer ponto da costa nordestina, entre o Rio Grande do Norte e Alagoas, faixa territorial em que se concentrava os focos de resistência e combates.

Depois, pelo conhecimento que já detinham dos rios que cortavam a região próxima ao litoral, passaram a utilizar flotilhas de chalupas¹⁵ e de iates para transportar soldados e mercadorias, o que lhes davam certa desenvoltura e velocidade em avançar pelo interior do território.

¹⁵ Embarcações de porte pequeno a remo ou vela.

A adoção da estratégia de contraguerrilha se mostrava bastante eficiente, fazendo muitas baixas no lado luso-brasileiro e permitindo a tomada de importantes pontos da capitania, como o assalto e conquista de Igarassu em 1632 (45 km a noroeste de Recife) e a conquista dos Afogados (10 km a sudoeste de Recife), o que permitia o acesso sul à várzea do Capibaribe e Muribeca, importantes áreas de engenhos de açúcar.

O reforço militar enviado em 1632 pela WIC ampliou o poder bélico das forças sediadas em Recife, o que deixou Matias de Albuquerque, responsável pela defesa da colônia ibérica, deveras preocupado, quando alertou a coroa espanhola sobre as dificuldades em se defender a colônia frente à desigualdade de forças militares comparativamente a dos holandeses:

Avisou logo disto a El Rei; “e o de que se podia temer, vistos os poucos meios que tinha, para a oposição, porque a gente não chegava a 1.200 homens, afora os índios, que seriam trezentos, dos quais somente cem tinham armas de fogo. [...] e o inimigo 7 mil infantas, além da gente do mar, de quarenta a cinquenta navios que traziam quase sempre por aquela costa. E todo o tempo que os deixassem demorar seria para a ruína das Índias, no que se devia temer grandes perdas para a monarquia de Espanha”. Bem se comprovou este discurso do general com o que depois foi sucedendo.¹⁶

Contudo, um fator decisivo para a sorte pender de vez para o lado dos flamengos, foi a deserção do Arraial do Bom Jesus do mulato alagoano de Porto Calvo, Domingos Fernandes Calabar, se transformando no fiel da balança da guerra. Possuidor de pleno conhecimento do território da capitania e dotado de muita coragem e tenacidade, passou para o lado dos holandeses após ter guerreado contra eles, inclusive. De início os batavos o encararam com certa desconfiança, mas aos poucos ele foi demonstrando sua lealdade e caiu definitivamente em suas graças.

Interessante depoimento acerca da ajuda capital de Calabar foi o registrado por Pudsey:

Graças aos seus conselhos e meios, molestamos muitíssimo o país, sendo ele um sujeito intrépido e político, sabedor de todas as picadas e caminhos através de toda a terra, jactando-se de nada mais fazer senão dano aos portugueses. [...] Este capitão Domingos, em força e coragem, não podia ser igualado. [...] Nunca encontramos um homem tão adaptado aos nossos propósitos para dar aos soldados proveito, pois ele tomava um pequeno navio e aterrava-nos em território inimigo à noite, onde pilhávamos os

¹⁶ Relato feito por Duarte de Albuquerque Coelho in “Memórias Diárias”, p. 134. Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 122).

habitantes. E quanto mais dano ele podia ocasionar a seus patrícios, maior era a alegria.¹⁷

A essa altura os invasores já haviam avançado bastante no território da colônia, principalmente na faixa compreendida entre Itamaracá e Alagoas e partiram para a ofensiva final. Em 1633, conquistam o Rio Grande do Norte, com a tomada da fortaleza dos Três Reis Magos, e fazem alianças com os índios tapuias.

Com a chegada de reforços vindos da Holanda sob o comando do coronel Arciszewski é decidida nova incursão à Paraíba cuja capitulação acontece em 1634 com a conquista da cidade de Cabelo, detentora de importante porto marítimo-fluvial, e a tomada do forte de Santo Antônio em João Pessoa. A partir daí o interior da Paraíba é ocupado sem maiores dificuldades. Na rendição da Paraíba, importante termo de capitulação é redigido dando garantias à população de salvo conduto e preservação de suas posses, pois aos interesses holandeses a permanência desses habitantes na região era imprescindível para o funcionamento do sistema produtivo da agroindústria açucareira. Interessante é que esse termo passa a ser aplicável em todo o Brasil holandês e um dos argumentos dos insurretos pernambucanos ao pegarem em armas e fazerem o levante pela expulsão dos holandeses na última etapa do domínio flamengo em Pernambuco, foi a alegação do seu não cumprimento por parte da junta governativa que substituiu Nassau, quando do seu retorno à Holanda. Na verdade, a razão mais forte foi a cobrança das dívidas dos empréstimos feitos pela WIC aos senhores de engenho locais.

Nesta fase da guerra, a resistência luso-brasileira se restringia apenas ao Arraial do Bom Jesus e a freguesia do Cabo de Santo Agostinho (35 km ao sul de Recife), possuidora de estratégico porto marítimo. Ambas as localidades caíram em mãos holandesas em junho de 1635. Dessa forma, a resistência estava totalmente desalojada de suas praças fortes e não restava alternativa a não ser debandar para a Bahia passando por Alagoas e cruzando o rio São Francisco em direção a Salvador. Iniciou-se então uma grande marcha dos luso-brasileiros que não queriam viver sob o jugo holandês e o exército da resistência passou a proteger essa população em retirada.

¹⁷ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 115).

Impressionante relato desse êxodo foi registrado por Frei Manuel Calado ao narrar a cobertura que a tropa de soldados comandadas pelo tenente Alonso Jiménez Almiron dava a população em fuga da localidade de Camaragibe (20 km a oeste de Recife):

Considerai agora a multidão de gente de todas as idades que se ia retirando assim pela praia como por entre os matos e o como iam deixando pelos caminhos as alfaias de suas casas, por não as poderem carregar. Aqui os tristes ais dos meninos, os suspiros das mães, o desamparo das donzelas descalças e metidas pelas lamas a passarem os rios com pouca compostura de seus corpos, alheios da honestidade e recolhimento em que haviam sido criadas (o que mais sentiam do que perder as vidas). Aqui umas desmaiadas, outras com os pés abertos porque o descostume de andar não as deixava dar um passo adiante; as pragas que rogavam ao conde de Bagnuolo¹⁸ (o qual depois que entrou em Pernambuco, tudo foi de mal a pior); o ver os amancebados levar a cavalo as mancebas brancas, mulatas e negras, e deixarem ir suas mulheres a pé e sem saberem parte delas; a fome que todos iam padecendo; o dormirem pelos pés das árvores, sem amparo nem abrigo. Não é coisa que se pode escrever porque muitos dos que o viram com os olhos, como eu, tendo os corações férreos, não se podia refrear sem derramar grande cópia de lágrimas. (CALADO, 2004, p. 89).

Matias de Albuquerque retira-se para Alagoas em direção a localidade de Porto Calvo¹⁹, e após duas semanas de combate com os holandeses, que a haviam conquistado tempos antes, consegue tomá-la de volta com o apoio de forças luso-espanholas sob o comando de Bagnuolo, que tardiamente vieram em socorro da colônia. Contudo, passam a dominar este importante ponto estratégico para o caminho da Bahia e o transforma em base de ataques campanhistas em direção a Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Esses ataques passaram a aterrorizar a população, pois o objetivo principal era incendiar os engenhos e canaviais, tornando o exército da resistência bastante impopular junto à comunidade luso-brasileira, a qual já havia passado pela mesma lamúria nos primeiros anos da guerra, quando os holandeses utilizaram o mesmo expediente, visando enfraquecer economicamente as forças contrárias.

Com a chegada de Nassau em 1637, o seu primeiro ato foi marchar para Alagoas e expulsar de vez os resistentes de Porto Calvo que partiram em retirada para a Bahia. Ao final de sete anos de guerra o Brasil holandês encontrava-se empobrecido e sua economia açucareira combatida. E, por ironia do destino, o açúcar brasileiro que antes chegava em quantidade às

¹⁸ Comandante militar de origem napolitana que veio coordenar as tropas da resistência luso-brasileira na segunda metade da primeira fase da invasão holandesa em Pernambuco.

¹⁹ Em Porto Calvo, Matias de Albuquerque prende calabar e ele é sumariamente condenado à morte e seu corpo esquartejado.

refinarias holandesas passou a escassear, tornando, segundo Braudel (2009, P.213), “ridículo o resultado da ocupação holandesa do Nordeste açucareiro com a suspensão da chegada a Amsterdam dos caixotes de açúcar brasileiro, até então abundantes. E os preços sobem”. As esperanças de grandes lucros pela WIC não se confirmavam, pelo contrário, o prejuízo era grande em função dos custos de uma guerra inesperadamente longa.

Porém, apesar da guerra constante nesta primeira fase da ocupação, a administração holandesa passou a exercitar a prática de pequenos comércios com os luso-brasileiros e auferir pequenos lucros (*kleine profitjen*). Após as conquistas de pequenas localidades e vilarejos pela ação da contra guerrilha, a vida nesses povoados começava, de certa forma e paulatinamente, a se normalizar e a circulação de pessoas aumentava, conseqüentemente, favorecendo o surgimento de pequeno fluxo comercial que o governo holandês fazia questão de incentivar, objetivando fomentar um relativo entendimento com a população dominada. Nesse sentido, Nascimento afirma (2008, p.91-92) que “a capilarização do poder batavo procurava nos *kleine profitjen* uma forma de ligar a população local aos propósitos da Companhia. [...] Na tentativa de um entendimento invasor-invadido o pequeno comércio com os portugueses era fundamental”. Era uma forma também de começar a gerência da terra dominada, de distribuir administradores nessas áreas.

A administração geral do Brasil holandês se baseava na preponderância do poder civil sobre o poder militar. Para tanto foi instituído um Conselho Civil com ascendência sobre o governador, cuja primeira pessoa a ser designado para o cargo foi o coronel Diedrick van Wanderbuch, exercendo-o até 1634. Na verdade, apesar do título de governador, a este só cabia as atribuições da responsabilidade militar e a aplicação da justiça, que também era exercida pelo conselho superior. A responsabilidade civil cabia exclusivamente ao Conselho político, cujas atribuições se circunscreviam à manutenção da ordem na colônia, à fiscalização das determinações emanadas pela Companhia e a punição de suas transgressões, do abastecimento das tropas e da exportação de açúcar e pau-brasil para os Países Baixos (NASCIMENTO, 2008).

Esses pequenos comércios começaram a aparecer com mais vigor a partir de 1635 em função de alguns acontecimentos. O domínio do espaço territorial norte, a partir de Itamaracá, empurrou os resistentes para o sul da capitania e liberou os caminhos dessa região fazendo com que o trânsito ficasse menos tenso. As tomadas do Arraial do Bom Jesus e do Cabo de Santo Agostinho também contribuíram para a maior circulação de pessoas na região sudoeste

sem os sobressaltos dos ataques das forças volantes luso-brasileiras. A dinamização da navegação fluvial foi outro fator preponderante, porque à medida que os holandeses iam empurrando a resistência para a Bahia, suas pequenas embarcações iam se assenhorando dos rios da região transportando soldados e mercadorias, dinamizando o comércio e favorecendo os *kleine profitjen*.

Contudo, a consolidação desses pequenos comércios não resolveriam dois problemas da maior gravidade enfrentados pelos holandeses no Brasil: a escassez de alimentos e a baixa circulação de dinheiro. Em diversos comunicados feitos pelo governador van Wanderbuch à Holanda ele alertava para a situação, principalmente nos três primeiros anos da conquista, de penúria extremamente preocupante pela qual muitas vezes enfrentava na colônia os soldados neerlandeses, obrigando muitos deles a passar privações e a realizarem trabalhos extras:

Não têm outra coisa a comer senão uma alimentação salgada e insuportável, favas e outras coisas semelhantes; além disso, como se não bastasse a alimentação é muito ruim [...] Um soldado, mesmo o melhor que se possa imaginar, está sempre inclinado à mudança, crendo sempre que achará melhor alhures consoante tive a prova diversas vezes na Itália, Alemanha, Suécia, Hungria e outros lugares, onde, entretanto, tinham em abundância o que comer e beber.²⁰

Além do mais, por volta de 1635/36, uma crise imobiliária assolava o Recife, ocasionada pelo crescente aumento populacional na limitada área em que se localizava a cidade, fazendo disparar os preços dos imóveis e aluguéis, tornando a situação praticamente insustentável. E como se tudo isso não bastasse, tais circunstâncias favoreciam a consolidação da corrupção na colônia.

Experiência nada confortável para os primeiros sete anos da conquista. O coronel Arciszewisk, devido aos cinco anos de campanha nas terras brasileiras pode fazer um balanço muito preciso do quadro nada animador ao final da guerra da resistência:

O Brasil nunca foi tão pobre como é atualmente. Durante muitos anos, quando o inimigo era ainda senhor do campo, a nossa tropa não fez outra coisa senão queimar e destruir engenhos. Depois da vitória que Deus nos deu, começamos a proteger os engenhos e eis que o inimigo durante todo o ano de 1636 não fez outra coisa senão tocar fogo nos canaviais, levar os negros, queimar os engenhos que podiam ser queimados, destruir aqueles

²⁰ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 132).

que, por serem feitos de pedra, não podiam abrasar às pressas, a prender e saquear os moradores.²¹

Era essa a herança de desconforto que Maurício de Nassau teria que administrar quando assumiu o comando do Brasil holandês, em 1637.

1.4 BRASIL HOLANDÊS: A CONQUISTA DO POVO (1637-1644)

A escolha do conde Maurício de Nassau para administrar a colônia holandesa não foi unanimidade na direção da WIC. Ao que parece, o nome preferido era o do coronel Arciszewisk; porém por pressão do príncipe de Orange, de quem Nassau era primo, os *Herens XIX* cederam. (MELLO, 2010, p.162). Durante os anos em que esteve à frente do governo colonial holandês no Brasil se vislumbrou certo período de paz relativa, principalmente a partir de 1640, quando a armada batava derrotou uma poderosíssima frota naval espanhola, além da desanexação do reino português da coroa castelhana, que ensejou em 1641 um acordo de trégua. Paz relativa porque em que pese esses acontecimentos, a tensão beligerante era permanente. Afinal de contas os holandeses eram invasores. Porém, acomodar os interesses luso-brasileiros na terra dominada com os da WIC era o grande quebra-cabeças que Nassau teria que montar. Só o uso da força não bastaria, como estava provado na primeira fase da conquista. Teria que usar a argúcia e a política para tal intento. Equilibrando-as poderia ter a simpatia da população. Ser respeitado e querido era preciso. Era estratégico.

Diferentemente dos seus antecessores, Nassau assume o governo com poderes plenos. Na nova estrutura administrativa, o Conselho Político ou de Justiça agora passa a ser subalterno ao Governador, que preside o Alto e Secreto Conselho, cujas atribuições englobam os assuntos de Estado, do governo e da guerra, sendo assessorado por três altos integrantes da administração. Abaixo do Conselho Político, estavam vinculados os Conselhos ou Câmaras de Escabinos, distribuídas nas jurisdições da colônia, nas quais podiam participar holandeses e portugueses, que eram indicados pela população, mas a confirmação dos nomes, num total de cinco, dependia de Nassau e do Alto Conselho. Havia também em cada jurisdição uma Curadoria de Órfãos, compostas de dois portugueses e um holandês. Nas jurisdições também

²¹ Crestofle Arciszewisk a João Maurício de Nassau 24.vii. 1637 (tradução de José Higino Duarte Pereira), Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, xxxv (1988), p. 7-8. Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 157).

tinha o cargo de escolteto, espécie de chefe de polícia, que realizava inquéritos sobre abusos porventura cometidos. Delimitou a fronteira norte da colônia no Ceará, através de um acordo com os índios tapuias. Em 1641, esta fronteira é ampliada com a anexação do Maranhão e de Sergipe antes da assinatura da trégua acima referenciada. Criou também quatro distritos (Paraíba, Itamaracá, Sirinhaém e Rio São Francisco) para onde eram designados diretores a fim de garantir a execução das ordens governamentais e informar das necessidades locais. Portanto, na nova estrutura organizacional, Nassau tinha como prerrogativas as atribuições de governador e chefe geral das forças armadas.

Organizada a administração da colônia, parte para outra missão muito mais importante e complexa, ou seja, a reestruturação e reativação da produção do açúcar, altamente combalida pelos anos de guerra, já que dos 160 engenhos à época da invasão holandesa, aproximadamente metade foi abandonada ou destruída. Era necessário sair dos *kleine profitjen* para os *groot profitjen* (grandes lucros). O projeto de reativação da economia açucareira constava de duas grandes ações. A primeira consistia na apropriação pela WIC dos engenhos largados pelos antigos donos, os quais seriam vendidos para interessados holandeses e portugueses através de financiamento da Companhia com seis meses de carência e até seis anos para pagamento. De 64 engenhos confiscados 44 foram vendidos, sendo 21 para holandeses, 27 para portugueses e 6 para sefardistas²² portugueses de Amsterdã. Assim, ao final do primeiro ano da gestão de Nassau 62% da produção do açúcar já estava restabelecida com 99 engenhos moendo. E, ao final de quatro anos desde a sua chegada, segundo Silva (2011, p.116) as exportações de açúcar cresceram 579%, saindo de 65 mil para 445 mil arrobas exportadas em 1637 e 1641, respectivamente.

A segunda ação seria restabelecer o fornecimento de mão-de-obra escrava reduzida em função da guerra com a debandada dos proprietários de engenhos e de seus escravos para a Bahia, com a fuga de muitos negros para os quilombos, com o apresamento de escravos pela soldadesca neerlandesa e pela incorporação voluntária de muitos deles ao exército batavo, como forma de se livrarem da condição escravista ao qual eram submetidos pelos portugueses. A utilização de homens negros como força-de-trabalho escrava não desvirtuava apenas dos preceitos de Unsselinx, que a considerava desumana e antieconômica, mas, principalmente, do espírito de liberdade que grassava na sociedade holandesa, o que se configurava num constrangedor contrassenso. Tal incômodo inquietou a consciência de

²² Sefarditas é o termo usado para referir aos descendentes de Judeus originários de Portugal e Espanha. A palavra tem origem na denominação hebraica para designar a Península Ibérica.

Nassau ao lamentar que “também os holandeses voltamos ao costume de comprar e vender um homem apesar de ele ser a imagem de Deus, resgatado pelo sangue de Cristo[...], escravo apenas por vício da natureza e engenho [...] que mísera sorte” (BARLÉU, 1974, p. 193). Contudo, o pragmatismo da ação administrativa de restaurar a economia açucareira pelo lucro da Companhia falou mais alto ao remorso de Nassau, quando resolveu a questão justificando da seguinte forma:

Sem tais escravos não é possível fazer alguma coisa no Brasil: sem eles os engenhos não podem moer, nem as terras ser cultivadas, pelo que necessariamente devem de haver escravos no Brasil, e por nenhum modo devem ser dispensados; se alguém sentir-se nisso agravado, será um escrúpulo inútil.²³

Quanto aos negros que serviam às tropas holandesas, estes foram alforriados logo após a posse de Nassau. Quanto aos apresados pelos soldados neerlandeses houve a determinação de que todos fossem devolvidos ao Alto Conselho ou a seus representantes, se pagando uma indenização de vinte reais de oito para cada escravo e de seis reais de oito para cada escrava, e quem sonegasse seria multado em trezentos florins por cabeça. Mas, o equacionamento definitivo do fornecimento de escravos só pode se concretizar com as conquistas de São Jorge da Mina (1637) e de Luanda em 1641, na costa ocidental africana. Inclusive o tráfico negreiro favoreceu grandes lucros à WIC. Entre 1636 e 1651 foram importados da África 26.286 escravos (PUNTONI, 1998, p. 152).

Outro assunto econômico de suma importância a ser resolvido envolvia a quebra do monopólio do comércio do açúcar outorgado à WIC. Em 1634 o comércio da colônia foi aberto a todos os holandeses, inquietando os diretores da Companhia. Inquietava também os comerciantes locais e os estrangeiros que aqui afluíram, principalmente de Amsterdã, que se estabeleceram nesse negócio. Era uma situação bastante delicada cuja solução não dependia só de Nassau, envolvia também a WIC e o parlamento dos Estados Gerais. E contraditória também, já que o comércio livre constituía um dogma nos Países Baixos.

A crise agrava-se em 1637 e a Câmara dos Escabinos do Recife envia à WIC uma alegação de motivos para a oficialização do comércio livre, enfatizando que:

[...] A primeira e mais eficaz razão que temos contra essa proibição de livre comércio é o prometimento feito a este povo, em todo o tempo desta

²³ J. M. de Nassau, Adrian van der Dussen & M. van Ceulen. Breve Discurso sobre o Estado das quatro capitánias conquistadas..., 1638. Extraído da obra de Puntoni (1999, p. 71)

conquista, e oferecimentos de liberdade e larguezas em todo o decurso dela [...] Descendo a razões mais particulares, devem vv.ss. considerar que, da estreiteza do comércio, nasce a pobreza dos povos.²⁴

Além do mais, salientava que a riqueza da Holanda foi construída graças ao comércio livre e que a WIC lucraria muito com os dízimos das transações comerciais, que segundo estimativas realizadas chegariam a 545 mil florins anuais. A suspensão do monopólio supriria a queda do contingente de mão-de-obra luso-brasileira que fugira da guerra. O comércio livre atrairia estrangeiros, principalmente da Holanda para habitar o Brasil e aqui prosperarem. Em janeiro de 1638, Nassau encaminha correspondência aos Estados Gerais ratificando as alegações da Câmara do Recife ao alertar que:

Faz-se necessário convencer a muitos habitantes de meios da Neerlândia e dos países vizinhos a transportarem-se para aqui, a fim de que estas terras sejam povoadas e de novo cultivadas, ou se fosse possível (como é) melhorada a sua cultura [...] Mas como poder-se-á atrair para aqui alguns colonos, movidos da esperança de fazer fortuna, como é meu parecer, senão com a liberdade de comércio?²⁵

Finalmente a Holanda aprova a quebra do monopólio do comércio do açúcar da WIC, mantendo a exclusividade para o pau-brasil (navegação e exportação) e da importação de escravos e material bélico.

A preocupação de Nassau com o povoamento da colônia com estrangeiros, principalmente camponeses se baseava na crença de que a conquista se daria em bases muito mais sustentáveis do que com exércitos, convergindo nesse ponto com o pensamento de Unsselinx. Porém a Companhia como já se viu anteriormente, não estava preocupada com isso.

Nassau teve que lidar também com dois problemas seríssimos: a escassez de alimentos e de moeda. Quanto ao primeiro tentou impor a obrigatoriedade de cultivo de mandioca nos engenhos, em que não foi exitoso, devido a resistência dos proprietários de terras que preferiam utilizar seus escravos no cultivo da cana e na produção do açúcar em detrimento de realocá-los na produção de farinha-de-mandioca, que economicamente era menos rentável.

Quanto ao segundo, a situação se agravou a partir de 1640 com as notícias sobre o ataque da armada espanhola que, por um lado, fez com que mercadores holandeses perdessem o ânimo

²⁴ “F. A. de Varnhagen, *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*” Viena, 1871, p. 317. Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 181).

²⁵ “Cartas Nassovianas”, p. 35-40. Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 186).

de fazer negócios com o Brasil, tendo em vista o medo de sofrerem prejuízos com uma provável guerra e vitória da Espanha, e, por outro, em função disso, os luso-brasileiros guardavam o máximo de dinheiro possível como precaução, fazendo com que a circulação monetária descresse a níveis críticos. Em função disso, por diversas vezes fez reiteradas solicitações à WIC que remetesse ativos monetários para a colônia, no que não lhe atendeu. Em consequência a carestia imperava na região havendo um surto inflacionário sem precedentes, se tornando um estorvo para o desenvolvimento da economia colonial. Essa situação até 1642 ainda não estava resolvida, ocasião em que Nassau queixou-se diretamente aos Estados Gerais, mormente seu desgaste com a WIC em razão de várias divergências com os *Herens XIX*, que o acusavam de uma gestão perdulária:

Soube de muito boa fonte que, na pátria, não cessam de bradar contra minhas despesas extraordinárias e de dizer que eu esgotava os recursos da Companhia. É penoso saber que se é difamado dessa maneira quando todo mundo sabe que durante esses cinco anos me tenho alimentado de ervilhas, favas, toucinho e carne estragada, vivendo tão miseravelmente que, entre os portugueses, minha pessoa e meu título têm sido expostos ao ridículo e ao desprezo [...] é verdade que minhas despesas com alimentação, comparativamente ao que poderiam custar nos países baixos, podem parecer elevadas, mas não devo ser responsabilizado por tal. É preciso considerar que tudo aqui é seis vezes mais caro e que uma mesa, como a que mantenho aqui, na pátria custaria apenas 15 mil florins.²⁶

Outro tema que se constituiu num grande problema a ser administrado durante a presença holandesa no Brasil se referia às relações com a Igreja Católica Romana, cujo credo era dominante na população. Quando da ocupação das terras brasileiras, os neerlandeses, que eram calvinistas, proibiram o culto religioso católico e templos foram saqueados, outros destruídos como os de Olinda quando esta foi incendiada estrategicamente por questões de segurança, outros transferidos aos predicantes da Igreja Cristã Reformada, os protestantes, e até um templo foi transformado em fortaleza, como foi o caso do Convento de Santo Antônio em Recife, que após ser cercado por muralhas e receber 19 canhões passou a se chamar Forte Ernestus. E, ainda, foi erigido um templo calvinista em Recife, o único construído pelos holandeses. Frei Manuel Calado narrou com muita força a ação herética dos invasores:

Outros entravam por as igrejas, depois de lhes roubarem os ricos e custosos ornamentos, e fazerem em tiras muitos deles, quebravam em pedaços as imagens de Cristo, e da Virgem Maria, e dos outros santos, e as pisavam

²⁶ João Maurício de Nassau aos Estados Gerais, 24.ix.1642, *Documentos Holandeses*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 311).

com os pés com tanta coragem e desaforo, como que se com isso lhe parecesse que extinguiriam a fé católica Romana. (CALADO, 2004, p. 44).

Houve expulsão de muitos religiosos, principalmente os jesuítas que por determinação dos *Herens XIX*, em 1635, todos fossem aliçados da colônia. Essa perseguição tinha origem na guerra contra a Espanha, quando os católicos castelhanos perseguiram os “hereges” calvinistas, fazendo com que agora se apresentasse o reverso da medalha, ou seja, quem professasse a fé católica era considerado inimigo. A vinda de muitos judeus para o Brasil agravou ainda mais a situação.

Quando em 1492, a rainha Isabel começou a expulsar os judeus sefardistas da Espanha, a maioria se transferiu para Portugal, mas cinco anos depois o rei português D. Manuel obrigava-os a se converterem ao catolicismo, surgindo daí a figura do “cristão novo”, e os que se recusavam foram perseguidos. Muitos fugiram para a Alemanha, com medo da fogueira da Inquisição. Com a consolidação da conquista brasileira, muitos emigraram para a colônia holandesa. Aqui se estabeleceram como financistas, emprestando dinheiro a juros, corretores e exportadores de açúcar. Muitos se transformaram em senhores de engenho.

Como eram fluentes nas duas línguas passaram a dominar os negócios, auferindo grandes lucros nas corretagens de vendas de propriedades e na cobrança de impostos. Nesta atividade detinham, segundo Lopez (1999, p. 182), “63% dos contratos de arrecadação de impostos arrematados pela Companhia, [...] motivo pelo qual se tornaram extremamente impopulares entre os moradores”. O mercado de escravos africanos era outra atividade em que obtinham lucros fabulosos, que de acordo com Wiznitzer (1966, p. 62) “havia lucros para mais de 300% do valor da compra”. Por esses motivos – religião e negócios - provocavam queixas tanto de católicos quanto de protestantes. Dessa forma, a relação entre a igreja católica e a administração colonial holandesa sempre foi muito tensa. Tanto que quando estourou a Insurreição Pernambucana, foi-lhe dado o nome de “Guerra da Divina Liberdade”.

Este, sem dúvida, era um problema de delicada gravidade a ser administrado por Nassau. Durante a sua gestão ele tentou amenizar esta questão procurando ter com os católicos uma relação mais distendida. Em seu governo alguma tolerância foi concedida aos católicos, como a permissão de realizarem suas missas em portas fechadas. Porém, as manifestações públicas permaneciam proibidas, como as procissões. No interior havia um relaxamento maior devido ao poder dos senhores de engenho, em cujas propriedades havia capelas nas quais eram

difíceis a fiscalização da proibição dos ritos religiosos. Mas, também havia uma deliberada “vista-grossa” por parte do Governador. Interessante que segundo Mello (2010) um dos três grandes amigos de Nassau foi Frei Manuel Calado, de quem privava de grande simpatia. Trouxe-o de Porto Calvo e lhe ofereceu moradia em sua residência oficial, que diante da recusa do sacerdote, o convenceu a morar numa casa erguida no terreno do palácio, cuja construção o conde pagou do próprio bolso. No bojo da estratégia de tolerância adotada por Nassau na questão religiosa a tática da “vista grossa” era comumente usada por ele, como confessou quando da transmissão do seu cargo aos sucessores:

Cumpre que Vossas Altezas não admitam queixas particulares em matéria de religião; e as que chegarem aos seus ouvidos, respondam que providenciarão. Mas o verdadeiro remédio deve ser o esquecimento, como qual fiz muito a bem da tranquilidade deste Estado.²⁷

Em 1642, Maurício foi favorável a um requerimento encaminhado pelos católicos de Recife solicitando autorização para a construção de uma igreja, tendo em vista que todas as que sobraram da época da invasão estavam na posse dos luteranos e calvinistas, porém Amsterdã vetou. Nassau entendia que era estratégico fazer as devidas acomodações com os “papistas” para a segurança da colônia e o lucro da WIC, ao alertar para seus sucessores em 1644 que:

Mesmo desejando que todos fossem da mesma fé que os Senhores, é muito melhor tolerar benignamente as de outras religiões, pois, seria um grande desrespeito do poder secular intervir nas questões religiosas, misturar o divino com o profano/mundano.²⁸

Em 1642, os judeus formavam em Pernambuco a maior colônia judaica das Américas, eram cosmopolitas e habitavam o Recife que acolheu também franceses, ingleses, poloneses, turcos, africanos, espanhóis, portugueses e imigrantes de outras nacionalidades que aqui aportavam, ou para servir nas tropas mercenárias holandesas, o que era comum na época já que não era costume haver forças militares regulares, ou tentar a vida na colônia na perspectiva de fazerem fortuna; afinal de contas Pernambuco era o centro da produção mundial de açúcar. Nesse fluxo migratório aportavam também muitas prostitutas que se instalavam nos “sobrados-cortiços” ou “sobrados-bordéis”.

²⁷ Extraído de Mello (2004, p. 407).

²⁸ Extraído de Mello (2004, p. 74).

Recife inchava de gente e a crise habitacional se tornava insustentável. A cidade não tinha esgotos e a água era salobra e contaminada. A insalubridade da cidade era terrivelmente preocupante. Gilberto Freire (1966) descreveu essa situação precária da seguinte forma:

O bairro do comércio e dos judeus, dos pequenos funcionários e dos empregados da Companhia, dos artífices, dos operários, dos soldados, dos marinheiros, das prostitutas. Alguns destes vivendo em verdadeiros chiqueiros, entre tavernas sujas da beira do cais e no meio dos bordéis mais imundos do mundo. (FREIRE, 1966, p. 157)

Segundo Watjen (1938, p. 386) “algumas dessas moradias eram verdadeiras pocilgas”, destinadas a gente de pouca renda que se alojavam em quartos com lotação entre três a oito pessoas, sob forte calor tropical e em promiscuidade. Como consequência, surtos de doenças grassavam na cidade, tais como, hemeralopia (cegueira diurna), disenterias sanguíneas, moléstias do fígado, surtos de gripes, entre outras. Dentre tantas, a mais preocupante era a sífilis, se tornando, de acordo com Silva (2011, p. 165), “uma verdadeira epidemia no Brasil holandês, [...] cuja propagação deveu-se ao grande e imenso bordel em que fora transformado o Recife, que nos primeiros anos da colônia recebeu verdadeiros *carregamentos de mulheres perdidas*.” Tal estado das coisas se coadunava com a observação de Caspar van Baerle²⁹ de que não existia pecado ao sul do equador.

Situação calamitosa desse porte requeria uma intervenção urgente e radical. Nassau realizou então uma verdadeira revolução na paisagem urbana da cidade. Desde que desembarcou no Brasil, o conde habitava a Ilha de Antônio Vaz³⁰ e resolveu expandir seu traçado urbano através de uma espécie de “plano diretor” que norteasse a ocupação do uso do solo. Para tanto, encomendou ao arquiteto holandês Pieter Post o projeto da nova *urbe*, que sem dúvida foi a sua ação administrativa de maior impacto, literalmente falando, aos “olhos” da população, e talvez a âncora em que se amarrou na posteridade a transformação do homem Nassau no mito Nassau. A nova urbanização seguiu um traçado totalmente diferente do

²⁹ Mais conhecido entre nós como Gaspar Barléu. Foi um teólogo, humanista, poeta, historiador e polímata holandês (1584-1648), que cunhou esse termo para explicar as consequências dos desmandos do período colonial praticados abaixo da linha do equador. Foi contratado por Maurício de Nassau para escrever um relatório sobre sua gestão no Brasil: *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. Esta frase foi usada por Chico Buarque de Holanda em uma de suas músicas, inclusive dando-lhe o título.

³⁰ Segunda ilha vista do mar, local da sede do governo estadual (Palácio do Campo das Princesas) e o Teatro Santa Isabel. Atualmente, se chama “Ilha de Santo Antônio”. A primeira ilha, a do Recife, é onde se localiza o cais do porto, e onde os holandeses se instalaram no início da ocupação flamenga.

português, não funcional e caótico, baseado no plano urbanístico de Amsterdã³¹, funcional e organizado. De acordo com Menezes (2000, p. 3) essa reorganização urbana foi de tamanho impacto arquitetônico para a época que pode ser considerado uma “grande contribuição para a História do Urbanismo nas Américas”.

Ele construiu dois palácios, o de Friburgo (*Vrijburg*) também conhecido como o Palácio das Torres e o da Boa Vista. Foi o responsável pela instalação do primeiro observatório das Américas, no qual Marcgrave estudou o eclipse solar de 1640. Construiu duas pontes ligando as ilhas do Recife e de Antônio Vaz entre si, e esta ao continente.

Construiu um grande horto com plantas ornamentais e pomar, com cacimbas e dois grandes açudes para a criação de peixes em cativeiro. Nesse jardim botânico Nassau fez plantar 700 coqueiros, 252 laranjeiras e 600 limoeiros, entre tantas outras frutas da terra. Instalou também um zoológico com animais vindos das mais diferentes partes. Calçou várias ruas e implementou o saneamento da cidade, com a proibição da livre circulação de animais e a limpeza das vias públicas. Para a população de menor poder aquisitivo projetou um bairro com habitações mais adequadas em termos de salubridade. Criou um serviço de corpo de bombeiros e tinha pretensões de criar uma tipografia e uma universidade em Recife. De acordo com Silva (2011) a abnegação do conde na empreitada de urbanização da cidade era tamanha que segundo testemunho de Frei Manuel Calado:

A construção de palácios e hortos botânicos, para onde eram transportadas árvores adultas, ocupava todo o tempo do Conde de Nassau que andava pela ilha com um cordão, traçando ruas e praças, demarcando limites, construindo parques arborizados, tudo à moda da Holanda. (SILVA, 2001, p. 118)

A esta nova cidade o governador dá-lhe o nome de *Mauritstadt*, ou seja, Cidade Maurícia, ou cidade do Maurício, e à colônia o nome de Nova Holanda.

Outro traço marcante da administração nassoviana foi a contribuição dada as artes e as ciências no nordeste brasileiro, através da prática do mecenato. Nassau trouxe consigo, pagando do próprio bolso, uma comitiva de 46 sábios, entre artistas, cientistas e artesãos, se configurando numa verdadeira missão científico-cultural. Destes, destacam-se alguns como Guilherme Piso, seu médico particular, que aqui estudou terapias indígenas e fez um dos mais completos tratados de medicina tropical da época. Outro sábio importante foi o alemão

³¹ Intervenção urbanística de Amsterdã iniciada em 1590 e consolidada em 1612 com ampliações de canais antigos, acrescentando outros e fortificando todo recinto da cidade com inúmeros baluartes.

George Marcgrave, cartógrafo, astrônomo, naturalista e aquarelista, que nas terras nordestinas se dedicou à classificação de plantas e animais, estudou o clima e observou as estrelas do hemisfério sul. Por incumbência de Nassau, foi o responsável pela construção do primeiro observatório das Américas. , foi junto com Piso co-autor da *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) e escreveu sozinho o *Theatrum Rerum Naturalium*. A cartografia colonial deve muito a este cientista, cujos mapas são verdadeiras obras de arte.

Outro destaque foi o pintor e paisagista Franz Post, encarregado de registrar a topografia, a arquitetura militar e civil e a paisagem tropical. Suas telas pintadas no Brasil não fazem concessão ao exotismo, sua paisagem é serena e subordinada à realidade (SILVA, 2011). Foi o primeiro a registrar em cores as imagens paisagísticas do Brasil. O legado artístico desse pintor é de extremada relevância ao ponto de Bia & Pedro Corrêa do Lago (2003) afirmarem que:

Frans Post é não somente o primeiro pintor da paisagem brasileira, como também o primeiro paisagista das Américas, tendo, para a arte brasileira, uma posição de importância fundamental. [...] Ao descobrir nossa paisagem, em 1637, não é difícil imaginar a surpresa e o fascínio de um jovem de 25 anos, formado na escola de Haarlem, habituado aos céus baixos e à topografia plana da Holanda, diante da natureza exuberante, da nova luz, flora, fauna e raças que o desembarque em Pernambuco lhe revelou. (LAGO, 2003, p. 13)

Outro a sobressair-se foi Albert Eckhout, pintor e desenhista responsável pela documentação iconográfica da fauna, flora e tipos humanos brasileiros. Os seus personagens, solitários, ocupam exatamente o centro do espaço pictórico e parecem fitar, face a face, o espectador. A técnica e o estilo aplicados nas suas naturezas-mortas eram inovadoras para o século XVII³². Segundo a historiadora norte-americana e crítica de arte Svetlana Alpers Leontief “um retrato de Eckhout constitui uma etnografia ou mapa humano”³³.

Da educação esmerada que Nassau teve o privilégio de desfrutar na Europa, as terras brasileiras se beneficiaram de sua formação humanística através de uma intensa produção arquitetônica, de uma riquíssima iconografia urbana e rural documentada através de um profícuo e exuberante conjunto de pinturas e desenhos sobre nossos animais, nossos vegetais e nossa gente, de importante produção científica em ciências naturais e medicina tropical, de

³² Extraído de http://eckhout2c.blogspot.com.br/2009_11_01_archive.html

³³ Trecho extraído da revista “Continentes Documento”, 2002, ano I, nº I, p. 9.

estudos astronômicos e de um detalhado levantamento cartográfico da região. Com certeza um governador colonial diferenciado.

Administrar o Brasil holandês não era tarefa fácil pelas questões religiosas, de raças, de imigrantes e de culturas diferentes. O idioma era outro embaraço, porque tanto holandeses quanto luso-brasileiros tinham dificuldades recíprocas de aprenderem as línguas uns dos outros, ou, talvez, resistências deliberadas de se entenderem linguisticamente. Daí, os judeus sefardistas se beneficiaram da situação. As diferenças de costumes eram outro óbice ao um melhor entendimento entre eles. Enquanto os portugueses não eram adeptos da ingestão excessiva de bebidas, os holandeses tinham a fama de beberrões e possuíam o hábito de tratarem as mulheres com uma igualdade etílica, procedimento “acintoso” aos costumes católicos e sociais luso-brasileiros, que encaravam as mulheres que assim se comportavam na mesma categoria de adúlteras.

Mais uma vez frei Manuel Calado, o grande cronista dessa época, relatou com perplexidade tal comportamento estapafúrdio:

E se o banquete era jantar durava a bebedeira até à noite, e se era ceia até a madrugada; e nestes convites se acharam as mais lindas damas e as mais graves mulheres, holandesas, francesas e inglesas, que em Pernambuco as havia, e bebiam alegremente melhor que os homens, e arrimavam-se ao bordão de que aquele era o costume de suas terras. (CALADO, 2004, p. 170)

Mas, as diferenças linguísticas, de crença e de costumes não eram maiores do que a diferença de cultura econômica, que na política colonial holandesa baseava-se nas cidades, diferentemente da política agrária portuguesa que se estabelecia no campo. Os holandeses sempre tiveram uma dificuldade tremenda em se adaptar aos trópicos, mesmo porque toda uma cultura portuguesa já estava consolidada cento e trinta anos antes da conquista neerlandesa. Os portugueses quando aqui aportaram encontraram uma cultura ameríndia e dela souberam tirar proveito para se estabelecerem. Os flamengos, por serem eminentemente urbanos, não tiveram essa mesma adaptação em relação à cultura portuguesa rural aqui encontrada e, conseqüentemente, tiveram grandes dificuldades de sobrevivência e manutenção da colônia.

Silva (2011, p. 122) afirma que “nesse ponto, a Companhia falhou redondamente, ao reduzir o seu papel a simples intermediária do comércio do açúcar e do monopólio do tráfico de

escravos”, não se preocupando em dominar o processo produtivo do açúcar. Nassau de imediato anteviu que grave equívoco poria em risco a posse da colônia ao alertar que:

Sendo o principal negócio ali o fabrico do açúcar, faz-se necessário para isso muitos esforços e singular conhecimento, porque a um engenho são indispensáveis um mestre de açúcar, cuja função é o de verificar quando a substância que for espremida das canas está suficientemente aquecida, sem espuma e purificada e no seu devido ponto para ser levada às formas. Ele tem um banqueiro ou ajudante; além disso, são necessários purgadores que fazem o açúcar branco, os escumadores, carreiros, feitores que dirigem os negros. Todos esses serviços exigem conhecimentos próprios que foram adquiridos após longo aprendizado. [...] Se esta informação não estiver certa, mostre-me um holandês que em Pernambuco até hoje seja oficial de fazer açúcar ou queira aprender, ou de qualquer outro ofício em engenho.³⁴

Por nunca dominarem com perícia as principais funções do fabrico do açúcar e só se preocuparem com seu comércio, era como se os flamengos dominassem apenas o território e não os seus haveres, nisso os luso-brasileiros o faziam de fato. Daí as concessões que Nassau fazia aos senhores de engenho no tocante, por exemplo, às “vistas-grossas” em relação às missas rezadas nas capelas dos engenhos.

Por serem de natureza urbana, despontou no Brasil holandês uma espécie de classe média burguesa, comercial e financeira, em contraponto a uma pré-existente classe ruralista, latifundiária e escravocrata. Assim, nessa sociedade de burgueses o poder político veio a ser substituído pelas Câmaras dos Escabinos, cuja composição era dominada por ricos comerciantes, onzerários (agiotas), negociantes de escravos, proprietários urbanos (donos de sobrados), judeus endinheirados em confronto a uma minoria de proprietários de terras que pouco compareciam às sessões, em função de seus afazeres nos engenhos.

O escabinato, longe de ser uma instância de representação popular, era a materialização política do novo modelo econômico que se tentava consolidar, em detrimento do anterior, esvaziando assim o poder político dos senhores de engenho.

Da mesma forma que Nassau entendia que sem Angola, em relação aos escravos, não existiria o negócio Brasil, o mesmo era válido para os luso-brasileiros no tocante ao domínio da produção do açúcar. Era necessário fazer uma política de acomodação de tantos interesses conflitantes. Nesse sentido foi realizada em 1640, uma assembleia geral, convocada pelo

³⁴ Trecho extraído da obra de Silva (2011, p. 122).

conde, para auscultar e deliberar sobre as necessidades da população, e cujas deliberações seriam transformadas em leis.

Tal assembleia tinha por estratégia tentar alcançar uma política de boa vizinhança com a comunidade luso-brasileira, pois “haveria uma grande possibilidade de atraí-los a uma resolução comum conosco, pois não se via à sua frente outro caminho para alcançar a posse pacífica de seus bens e haveres”³⁵, segundo justificativa do Alto e Secreto Conselho. Na verdade, visava uma possível aliança com os produtores rurais e angariar a simpatia da população do campo. De uma forma ou de outra se constituiu na primeira convocação de uma representação popular no Brasil; na primeira assembleia legislativa em nossas terras.

Assim, durante oito dias estiveram reunidos na casa do conde Nassau 56 membros luso-brasileiros, a saber, 19 senhores de engenho, 24 comerciantes e 13 lavradores de todas as vilas e freguesias do Brasil holandês, cujas proposições aprovadas seriam transformadas em leis. Dentre vários assuntos discutidos, destacaram-se a defesa contra ladrões e salteadores de propriedades rurais, concessão de armas de fogo e brancas para a população do campo, indisciplina e deserção de soldados, abusos e transgressões dos escoltetos (que eram um tormento não apenas para a população, mas também para a Companhia, pois geravam revolta na população), flexibilização na utilização de escravos nas roças compulsórias de mandioca, proibição de matanças de bois mansos e vacas em idade de procriação tendo em vista a quase extinção dos rebanhos, autorização para rapazes poderem estudar ciências e religião em Roma, licença para sacerdotes poderem ministrar sacramentos nos distritos mais distantes, entre outras mais.

No encerramento Nassau exortou a necessidade de se instituir a policultura no Brasil, tendo em vista a fertilidade da terra, que bem poderia ser pródiga na cultura do algodão, anil, gengibre, pimenta, etc. Mais uma vez estava preocupado com a questão do abastecimento alimentar da colônia, estratégico para a manutenção da mesma.

De todos os desafios administrativos que Nassau enfrentou na colônia, apenas em um ele capitulou, ou seja, a dissonância permanente de perspectivas coloniais com a Companhia. As diferenças de pensamentos entre ele e os *Herens XIX* foram inconciliáveis, ao ponto de minarem a sua capacidade de tolerância nessa questão. Divergências acerca da colonização com camponeses, da defesa do território, principalmente após a assinatura do tratado de paz

³⁵ *Generalle Missive* de 13 de setembro de 1640. Trecho extraído da obra de Silva (2011, p. 122).

com Portugal em 1641, quando a WIC reduziu o efetivo militar no Brasil, da forma como estavam sendo feitas as cobranças de empréstimos aos senhores de engenho, na questão do equacionamento da crônica crise de abastecimento, quando sugeriu, sem sucesso, que parte do território de Alagoas fosse destinada ao cultivo de alimentos, entre outras.

Nassau tinha uma perspectiva de colonização sustentável, enquanto a Companhia, imediatista. Ainda, a WIC o considerava um governador caro demais, que gastava em demasia com sua corte colonial, que era um despropósito investir tanto na construção de uma cidade, um perdulário. Além do mais, o conde já sentia que a nau do Brasil holandês já começava a fazer água, pois os mares em que navegava, após a independência de Portugal da Espanha, começavam a ser atiçados por latentes preocupantes ventos insurretos e a carga que essa nau transportava já apresentava debilidades comerciais. De acordo com Mello (1975):

Nada mais precário do que a Idade de Ouro do Brasil Holandês, isto é, o governo de João Maurício de Nassau, pois, quando inicia ele o seu programa colonial, já começavam a faltar na metrópole aquelas condições, sobretudo econômicas, indispensáveis ao sucesso da tarefa a que se propunha, entre as quais um período de preços ascendentes ou estáveis para o açúcar. (MELLO, 1975, p. 271).

A cotação internacional do açúcar atingiu em 1643 seus preços mais baixos na Europa, fazendo com que, em 1644, a cotação das ações da WIC na bolsa de Amsterdã caísse para 37% do seu valor inicial, coincidindo com o retorno de Nassau à Holanda (LOPEZ, 1999, p. 273).

Nassau então renuncia. Em setembro de 1643 recebeu da WIC a confirmação de sua volta aos Países Baixos, mas protelou o retorno até receber correspondente determinação dos Estados Gerais, de quem era igualmente delegado, por ser primo do príncipe da Holanda.

Antes de deixar o Brasil, redigiu e entregou a seus sucessores um relatório³⁶ de recomendações de “como poderiam melhor administrar aquela terra tão difícil de defender, de base tão insegura e de população tão fortemente mesclada” (WÄTJEN, 2004, p. 219). Era preciso que sua filosofia administrativa tivesse continuidade, que suas premissas não fossem relegadas, pois, caso contrário, tinha plena convicção que o domínio flamengo não teria sucesso. Recomendou pragmaticamente ao triunvirato que o sucedeu que:

³⁶ “Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca de seu governo do Brasil”

- ✓ Houvesse tolerância e moderação quanto ao exercício dos cultos religiosos professados pelos que ocupavam a colônia;
- ✓ Se efetuasse a cobrança dos valores devidos pelos agricultores à WIC, mas sem aplicar medidas rígidas;
- ✓ Houvesse zelo e vigilância com as fortificações, construindo-se um reduto junto ao Palácio da Boa Vista e a ponte Recife-Antônio Vaz, para evitar perigo de invasões à cidade Maurícia;
- ✓ Não fosse esquecida a disciplina militar;
- ✓ Não se atrasasse o pagamento dos soldos, porque os militares, defensores da pátria, não deviam viver descontentes;
- ✓ Não se descuidasse do rigor contra o sacrilégio e a imoralidade;
- ✓ Esforços fossem envidados no sentido de atrair a simpatia dos comerciantes portugueses, a Nova Holanda muito precisava deles. O comércio seria fundamental para o progresso;
- ✓ A tortura não fosse a primeira etapa da punição. Se possível, evitá-la;
- ✓ Não se permitisse o uso de armas de fogo indiscriminadamente, porque dessa liberdade sempre advém o pior, ou seja, a violência;
- ✓ Fossem duramente punidos os ladrões e saqueadores de fazendas, eles não deviam comprometer a paz da terra;
- ✓ Que o clero de Salvador fosse esquecido, porque lá fervia o maior perigo para o Brasil holandês. (VERAS, 1989, p. 68)

Sua partida, segundo Boxer (1961, p. 219), “não passou despercebida, nem foi pouco lamentada, causando impressão as aclamações por ele recebidas quando partiu de Recife para a Paraíba a fim de tomar o navio”.

Herman Wätjen (2004) descreveu a partida de Nassau da seguinte maneira:

No dia 11 de maio de 1644, João Maurício, acompanhado de grande séquito, deixou a capital e dirigiu-se a cavalo para Olinda. [...] Daí a viagem prosseguiu ao longo da costa em demanda da Paraíba. Foi no verdadeiro sentido da palavra uma marcha triunfal. De toda parte acorriam os moradores para contemplar mais uma vez o Príncipe amado. Muitos beijavam a orla de seu manto, derramavam lágrimas e queixavam-se de que o bom pai e fiel protetor dos oprimidos quisesse abandonar os seus filhos. Até o Chefe Tapuia Jandubi enviou uma embaixada para pedir a João Maurício que ficasse. Sob a salva da artilharia e ao som do cântico “Wilhelmus von Nassauen”, foi o embarque realizado. (WÄTJEN, 2004, p. 219)

Definitivamente havia conquistado o povo. E a Companhia começava a perder o território.

1.5 BRASIL HOLANDÊS: A PERDA DO POVO E DA TERRA (1644-1654)

Nassau foi substituído por uma junta governativa composta de três membros, ou seja, os mesmos que integravam o Alto e Secreto Conselho, que era o órgão de assessoramento ao seu governo. Na terceira fase do domínio holandês no Brasil mudou mais uma vez a estrutura dos poderes civil e militar. Na primeira fase essas atribuições eram divididas entre o Conselho Político (civil) e o Conselho Militar (assuntos da guerra), este subordinado ao primeiro. No período nassoviano, o governador aglutinava essas duas prerrogativas. A partir de então, sai de cena a figura do governador e o Alto e Secreto Conselho assume o comando geral.

Os três conselheiros se sentiam incomodados em relação aos poderes de Nassau e pela sua origem nobiliárquica receavam em se contrapor a ele, por isso se achavam numa condição acessória dentro da estrutura de poder, achando-se relegados a segundo plano. Não concordavam com as práticas tolerantes do conde e achavam desmedidos os gastos com a criação da cidade Maurícia. Braudel (2009, p. 214) julgou “os sucessores do príncipe admiráveis para o comércio, mas muito maus políticos, só pensavam em enriquecer, em fazer florescer o comércio”.

A própria saída do governador já criou um clima de insegurança quanto ao futuro da colônia, pois este gozava de grande simpatia e isso fazia com que os ânimos locais fossem contidos. Por exemplo, quando do seu retorno, vários comerciantes holandeses seguiram viagem com ele temerosos pelo porvir. Segundo Watjen (2004, p. 219) “onze índios seguiram para bordo com o príncipe; assim como muitos comerciantes holandeses abastados que, receando o mal da mudança da situação, queriam por a salvo os seus capitais”. Diferenças confessionais à parte, diferenças raciais também foram refreadas como o antagonismo entre os implacáveis índios tapuias e os portugueses, os quais eles odiavam. Portanto, o equilíbrio político e social da colônia estava em risco. A política da “boa vizinhança” não foi seguida. A tolerância e a acomodação deixaram de existir.

Outro fator também aumentava esse risco. Com a restauração do reino de Portugal em 1640 e a assinatura da trégua dos dez anos assinada com a Holanda, a WIC já com problemas de caixa, viu suas finanças, a partir de então, se comprometerem ainda mais com o fim do corso contra os navios portugueses. Ainda, a queda do preço internacional do açúcar piorava a

situação. A Companhia resolveu então cortar efetivos das guarnições holandesas no Brasil, sob protestos de Nassau, fragilizando assim as defesas da colônia.

Ademais, uma razão que deixou os holandeses mais relaxados em relação ao Brasil foi acreditarem que não haveria a possibilidade de um levante luso-brasileiro eficaz sem a ajuda de Portugal, tendo em vista seus cofres estarem quebradiços, seu poder militar fragilizado e a sua prioridade seria a de se precaver da Espanha, de quem estivera subordinado durante sessenta anos. Capital erro de avaliação estratégica. Nassau entendia que a trégua com Portugal, longe de ser uma segurança efetiva para a manutenção da colônia, se constituía num potencial despertar do espírito libertário dos dominados. Por isso não concordava com a diminuição das tropas do Brasil.

O estopim para a revolta dos nativos foi a opressão realizada pelos credores das dívidas dos produtores de açúcar. Os senhores de engenho deviam, em 1642, 7,5 milhões de florins. Dois anos mais tarde esta dívida pulava para 13 milhões de florins. É que os juros cobrados eram exorbitantes, podendo chegar entre 30% a 40% ao ano (LOPEZ, 1999, p.179). Taxas de juros girando nesses patamares tornavam praticamente impossível honrar os empréstimos contraídos. A sanha dos cobradores, principalmente de escabinos e escultetos, era implacável, fazendo com que muitos devedores, na iminência de terem suas propriedades confiscadas e serem presos, se escondessem nas matas ou debandassem para a Bahia, para fugir do constrangimento.

Situação constrangedora passou certo Jorge Pinto, proprietário de nove engenhos, ao ser pressionado por prepostos da Companhia, segundo narrativa de Frei Manuel Calado:

Que por um desses negócios deu aos do governo; e todos os mais de 20 mil cruzados; e todos os mais que o celebraram, que foram muitos, peitavam na forma que o negócio era, levando ainda deste a 42%, por lhe alargar o débito a tempos, chegando por estas razões a tão miserável aperto que nos mais dos engenhos estavam atualmente olheiros da dita Companhia, levando todo quanto açúcar faziam com os mais tirânicos embelecocos que jamais juízo algum formou. (CALADO, 2004, p. 206).

Durante seu governo, Nassau tentou sem sucesso refrear esta sanha tentando tabelar os emolumentos cobrados pelos funcionários da justiça. Em 1644 se queixou aos Estados Gerais sobre esse absurdo ao alegar que os juros “elevam-se a tanto que duvido que haja lugar no

mundo onde tanto lhes pague, além das multas, percentagens, extorsões, comissões dos escultetos e seus subordinados, que não se contentam com pouco” (MELLO, 1978, p. 236).

Associada a esta insatisfação do povo, outro acontecimento favoreceu o surgimento do levante. A trégua assinada com Portugal permitiu a livre circulação dos luso-brasileiros que estavam exilados na Bahia nas terras dominadas pelos flamengos. Isso fez com que muitos revoltosos retornassem e passassem a incentivar as populações rurais a se rebelarem e, assim, durante um bom tempo foram se ajuntando e escondendo armas e munições nas terras pernambucanas.

Em junho de 1645 iniciou-se a revolta dos moradores da povoação de Ipojuca. Um mês após, um ataque escarnecedor contra moradores luso-brasileiros de Cunhaú, no Rio Grande do Norte, é praticado pelos índios tapuias. Aumentam as hostilidades entre os oponentes. A guerra começa a tomar corpo se alastrando de tal forma que deixam sitiados novamente os holandeses em Recife. Seguem-se batalhas memoráveis como as duas dos Guararapes, ocasiões em que o exército batavo foi duplamente derrotado. Na metrópole uma briga política entre a Neerlândia e Amsterdã, as maiores acionistas da WIC, dificultavam as decisões quanto ao socorro à colônia. A ajuda demorou a chegar. A fome e as doenças eram outros inimigos terríveis no *front* invasor. O Brasil holandês já estava ferido de morte. Finalmente, a 28 de janeiro de 1654 os holandeses capitularam. A Guerra da Liberdade Divina chegava ao fim quase sem a ajuda de Portugal. A senha para o estopim, por ironia do destino, era “açúcar”. E o líder da insurreição, João Fernandes Vieira, o maior devedor da Companhia.

Assim, a Holanda perdia a conquista da terra.³⁷

³⁷ Na verdade, em 1654 com a expulsão dos holandeses, termina a guerra em território brasileiro. Contudo a disputa continua no campo diplomático se arrastando até 1669, quando foi assinado um segundo tratado de paz (o primeiro, em 1661, não foi cumprido) entre os Países Baixos e Portugal, com interveniência da Inglaterra, em que os neerlandeses reconheciam a soberania portuguesa no nordeste do Brasil em troca de substanciais concessões financeiras e comerciais. De acordo com Mello (2001) as “negociações diplomáticas entre Portugal e a Holanda em torno do nordeste brasileiro foram a primeira crise da diplomacia brasileira”.

2. NASSAU: O HUMANISTA PRAGMÁTICO

Maurício de Nassau pertence à categoria daquelas figuras históricas que nos cativam não por causa da sua genialidade ou espírito inovador, mas por suas qualidades altamente humanas. [...] Conquistou coisa muito melhor do que cidades e fortalezas: a simpatia de inúmeras pessoas. O poeta Vondel, referindo-se ao caráter amável de Maurício, diz com muita razão: “Quem ganha os corações vence o herói que ganha praças”.

*José van den Besselaar*³⁸

2.1 A FORMAÇÃO DE NASSAU NA HOLANDA

Maurício de Nassau, oriundo de nobre família europeia teve esmerada formação militar e acadêmica. De acordo com Veras (1989, p. 53) “sua formação era sobretudo militar, para ela fora orientado desde a infância. Tinha no sangue o vírus da luta, do combate, tanto ao nível físico quanto mental. Quanto à sua intelectualidade o mesmo autor afirma que “era um homem culto, versado em diversas áreas do conhecimento humano [...] eloquente, escrevia com elegância, seu estilo fluía, conciso e preciso. Redigia corretamente em alemão, francês, latim e holandês.”.

Essa amplitude intelectual é corroborada por Gouveia ao afirmar que “recebera uma educação tão esmerada quanto permitiam aqueles tempos tumultuosos da Guerra dos Trinta Anos, cedo iniciara uma vitoriosa carreira militar, atividade que, entretanto, não diminuiria em Nassau pendor maior para os estudos humanísticos” (1998, p.37).

Dessa forma foi forjado o homem Nassau naqueles tempos de efervescência cultural e científica. Como consequência, desenvolveu-se, no entendimento de Veras (1989):

uma inteligência acima do normal. Ao ouvir o depoimento de um subalterno sobre qualquer assunto, ligeiro percebia o panorama geral. Concluía o processo com rara facilidade, antevia as soluções que ainda brilhavam longe, distantes. Raciocinava rápido e desdobrava os argumentos numa velocidade impressionante. Achava as respostas imediatas para os problemas administrativos que se lhe deparavam (VERAS,1989, p. 45).

³⁸ Intelectual e professor holandês que no século passado morou no Brasil *José van den Besselaar* ensinando em algumas universidades.

Evaldo Cabral de Mello em preciosa obra biográfica sobre Nassau alerta, logo no prefácio, que é corriqueiro alguns equívocos serem cometidos em relação a essa figura histórica. Em primeiro lugar ele não tinha o título de príncipe quando esteve governando o Brasil holandês; oficialmente era conde. Tal grau nobiliárquico só veio a fazer jus em 1653. Esse tratamento dispensado no Brasil se devia ao fato de ter angariado a simpatia dos lusos brasileiros que faziam questão de afagar sua vaidade, que, por sinal, não era menor do que a dos nativos, cuja “satisfação de se verem governados por alguém de tão alta linhagem aristocrática” (MELLO, 2006, p.12).

Um segundo engano é o confundirem com seu homônimo padrinho, grande general e filho de Guilherme, príncipe de Orange, um dos fundadores dos países Baixos e irmão do avô paterno de Nassau. Para diferenciá-los, passou-se então a ser chamado de Nassau “o Brasileiro”. E, finalmente, o terceiro equívoco se refere ao seu gentílico. Ele não era holandês. Descendia de uma linhagem alemã que combateu os exércitos espanhóis, juntamente com seus familiares neerlandeses em território flamengo. Sua família habitava a margem germânica do rio Reno, fronteira aos Países Baixos.

Nassau foi o primogênito do segundo casamento de seu pai, João do Meio, com Margaretha van Holstein, filha do duque de Scheswig-Holstein. Nasceu em 17 de junho de 1604 e teve 22 irmãos no total. Seu pai tinha um abnegado interesse pela doutrina militar e, juntamente com seu primo o *stathouder* Maurício de Nassau, ofereciam cursos de fortificação e estratégia na universidade de Breda. Com a morte de seu avô, João “o Velho”, edificou um castelo em Siegen, distrito rural que lhe coube na partilha da herança e passou a se dedicar, então, integralmente ao que gostava de fazer, estudar guerras, inclusive redigiu um manual sobre doutrina militar e uma compilação de textos gregos sobre o assunto, que legaria a Nassau mais tarde.

Aos dez anos seu pai o enviou à universidade da Basileia, famosa instituição de ensino que tinha uma vertente filosófica diferente da calvinista. Tal escolha reflete o espírito tolerante de João do Meio, que era calvinista convicto. Dois anos mais tarde, em 1616, ele passa a viver na corte do seu cunhado Moritz von Hessel-Kassel. Nesse período ele foi matriculado no *Collegium Mauritianum*, onde aprendeu o francês, com o qual desenvolveu grande proficiência, além do italiano e espanhol, que o ajudou muito em sua estada no Brasil, além de retórica, história, filosofia, teologia, astrologia e matemática. Ensinava-se também a montar, tocar, dançar e esgrimir. Em 1619, seu pai o traz de volta a Siegen porque queria que ele se

aprofundasse nas artes e doutrina militares. Em 1620, por intermédio do seu padrinho homônimo, consegue um posto de alferes de cavalaria no exército holandês, no ocaso da Trégua dos Doze Anos. No desempenho de sua vida militar atuou com esmerado desempenho e distinção e, em 1628, aos vinte e quatro anos, já alcançava o posto de coronel. Destacou-se nas campanhas de Naastricht e Schesnskenschans, esta última lhe dando notoriedade internacional.

Ao assumir as funções militares, Nassau deixa a área rural de Siegen e vai se deparar com uma realidade totalmente diferente nos Países Baixos, que era uma verdadeira “aberração” para os padrões econômicos, sociais, religiosos e políticos vigentes na Europa seiscentista. De acordo com Mello (2006) a Holanda:

Tornou-se altamente urbanizada para os padrões europeus, estimando-se que, em meados do século XVII, metade da população vivia em cidades. Amsterdã com seus 120 mil habitantes, seus juros baixos, seu banco e sua bolsa, era o centro eminentemente cosmopolita de uma verdadeira “economia-mundo”. O grau de alfabetização era certamente o mais elevado da Europa, graças a um sistema que incluía as instituições de ensino primário, as escolas latinas, correspondentes à educação secundária, as escolas superiores, e finalmente as universidades de Leiden, Utrecht, Franeker e Groningen. A Idade de Ouro também caracterizou-se pelo intenso progresso científico e tecnológico. Como recorda Paul Zumthor, que sintetizou a vida cotidiana no período, “telescópio, microscópio, termômetro, barômetro, relógio de pêndulo, cálculo logarítmico, integral e diferencial invenções capitais na história da civilização europeia foram todas devidas a neerlandeses do Século de Ouro”. Outro indício da precoce modernidade neerlandesa: o grau de liberdade da mulher, que provocava a reação escandalizada de viajantes estrangeiros. (MELLO, 2006, p. 37)

Nesse novo mundo Nassau vivia entre a guerra e a corte em Haia. Como a atividade dos chefes militares era sazonal, dado que elas eram realizadas entre a primavera e o verão e com a chegada do outono os militares retornavam para se proteger do inverno. E a corte que ele frequentava era a do príncipe de Orange, Frederico Henrique, na qual teve a oportunidade de conhecer seu poderoso secretário, Constantijn Huygens, cuja amizade marcou irreversivelmente sua vida. Huygens foi uma raríssima celebridade intelectual, com um senso pragmático incomum, o que fica bem atestado na análise de Svetha Alpers, citada por Mello (2006):

Com sua rara combinação de serviço público, grande saber e talentos variados, Constantijn Huygens, pode ser descrito como uma figura do renascimento transportada para a Holanda do século XVII. Mas em aspectos importantes, ele estava à vontade no seu tempo e no seu país. Ele descartou o

conhecimento estabelecido e os textos do passado em favor das mais novas descobertas que se faziam no progresso do conhecimento. Sua confiança ilimitada nas tecnologias que melhoravam a visão humana levou-o a valorizar imagens e vistas de todos os tipos como base para o novo conhecimento. Seu entusiasmo adquiriu formas eminentemente práticas. A ligação entre a representação pictórica e o conhecimento natural nos escritos de Huygens não se baseia na matemática ou na teoria científica, mas na observação, nos procedimentos experimentais e seus resultados práticos. Era a medicina, a drenagem de pântanos, a cartografia e os pequenos animais nas lentes de Leeuwenhoek que o interessavam. Portanto, era natural para Huygens associar a arte e suas imagens às tarefas práticas. (MELLO, 2006, p.43)

Huygens costumava ainda, periodicamente, promover reuniões com intelectuais e eruditos da época, como o poeta Joost van den Vodel e o humanista Casper van Baerle, que foi contratado por Nassau para escrever seus feitos quando governou o Brasil holandês. Era, portanto a corte, uma efervescência intensa de intelectualidade e humanismo, e disso parece que Nassau tirou bom proveito.

Outro aspecto que talvez tenha influenciado uma das mais fortes aptidões de Maurício, que já começa a demonstrar nessa época, talvez tenha vindo de Frederico Henrique. O príncipe de Orange tinha uma vibrante fascinação por construções e jardins. Durante seu governo, realizou inúmeras reformas e construções de prédios, bem como a implantação de jardins. Inclusive gostava das opiniões de Nassau acerca desses assuntos, consultando-o sempre.

Nessa época, Nassau teve a oportunidade de adquirir um terreno vizinho da residência do príncipe e inicia a construção de sua suntuosa casa, mesmo não tendo recursos suficientes para arcar com os vultosos custos desse palacete. Nesse período seu pai já havia falecido, e a parte de Siegen que lhe cabia de herança juntamente com seu soldo de coronel não lhe davam o respaldo financeiro necessário para concluir tal empreitada.

Para elaborar o projeto de sua residência, chamada Mauristshuis (Casa de Maurício), ele contratou o renomado e caríssimo arquiteto Jacob van Campen, que já trabalhava no projeto da casa de Huygens, em construção nas proximidades. A casa, por ser um palacete, alcançou a vultosa cifra de meio milhão de florins, valor muito elevado para as rendas de Nassau. A

solução para a conclusão da obra veio com sua indicação para ser o governador do Brasil holandês. As condições financeiras³⁹ foram irrecusáveis e Nassau aceitou a missão.

Mesmo antes de aportar no Brasil já começavam as desavenças entre ele e os *Herens XIX*. Como já foi dito anteriormente, os diretores da Companhia não eram simpáticos à sua indicação. Além de muito caro, sua nomeação ia de encontro à prática vigente de selecionar entre os quadros que prestavam serviço nas colônias, aqueles que mais se destacavam defendendo os interesses da WIC, e, neste quesito, o nome da vez era o do coronel Crestofle Arciszewsky. Foi preterido por pressão da casa de Orange.

Outro desentendimento se referiu à quebra de promessa da frota que o levaria ao Brasil, que, após um razoável atraso, foi cumprida com menos da metade dos barcos e pessoal inicialmente previstos. De uma perspectiva de 32 naus e 7 mil homens, lhe entregaram 12 barcos e 2,7 mil tripulantes.

2.2 A AÇÃO NASSOVIANA NO BRASIL

A cosmopolita e burguesa Amsterdã, a corte de Frederico Henrique e a amizade com Constantijn Huyges influenciaram de forma definitiva o jovem Maurício. Um verdadeiro ponto de inflexão em sua vida. E balizaram suas ações a partir de então, principalmente no Brasil, onde pode demonstrá-las em toda sua amplitude. Em 23 de janeiro de 1637, aos 32 anos, Nassau pisava em terras pernambucanas. A paisagem tropical o deslumbrou, principalmente quando pode apreciá-la melhor na ocasião da sua investida até Alagoas para desalojar Bagnuolo de Porto Calvo e expulsar de vez para a Bahia o último foco da resistência luso brasileira, conforme escreveu a Frederico Henrique:

Seguindo cerca de 35 léguas, encontrei todo um país que, penso eu, dificilmente seria superado em amenidade e moderação do céu. Quando jornadeava, nem me incomodou o calor diurno nem o frio noturno, conquanto às vezes se me arrepiasse o corpo. Rasgam-se planícies numa extensão de dez milhas a fio, regadas por cursos de água temporários e por

³⁹ “Foi-lhe atribuído o salário de 1.500 florins mensais, principesco para a época, além de uma ajuda de custo de 6.000 florins para as primeiras despesas e verba de representação para ele e mais alguns membros de sua comitiva. A Companhia ficava também responsável pelo salário dos capelães, médicos e secretários. Afora tudo isso, continuava no posto que lhe cabia no exército dos Estados Gerais, inclusive o respectivo soldo, assistindo-lhe ainda 2 por cento de todo dinheiro a ser confiscado no Brasil” (BOXER, 1961, p. 97). Também conseguiu um adiantamento de 15.000 florins.

arroyos que fluem tranquilos. Aqui e ali, vagueiam animais, que pastam em manadas de 1.500, 5 mil, 7 mil cabeças. Pasmei e não acreditaria nestas maravilhas se não as contemplasse com estes olhos. Só de habitantes carece a terra e pede colonos para povoar e cultivar os seus desertos. (MELLO, 2006, p. 59).

A última frase do relato demonstra o pragmatismo de possibilidade de uso utilitário que a sua apreciação estética da natureza podia proporcionar. Ele via ao mesmo tempo o sublime e o concreto. Também denota a sua visão de futuro. Ainda se pode inferir o seu aguçado sentido de conjunto, de enxergar o todo, de visão holística. Para ele a ocupação do território com colonos seria muito mais segura do que com exércitos. Essa foi uma questão que ele insistiu com a Companhia até o fim de seu governo, dentre tantas.

Essa capacidade de enxergar ao mesmo tempo o belo e o prático ficou patente nos impressionantes jardins que implantou em Recife, que, além de encantar os olhos e a alma de quem os contemplava, abastecia sua corte e a soldadesca. Em 1638, adquiriu um terreno na ilha de Antônio Vaz “despido de arvoredo e arbustos” (CALADO, 2004, p. 110) e ergueu “o primeiro jardim botânico do Novo Mundo, pré-datando os da América do Norte em um século” segundo afirma o cientista inglês P. J. P. Whitehead. (MELLO, 2006, p. 97). Neste jardim, transplantou com sucesso aproximadamente dois mil coqueiros adultos de até sessenta ou oitenta anos que mandou trazer de locais distantes até quatro milhas, além de laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, jenipapeiros, mangabeiras, mamoeiros, pitangueiras, bananeiras, ervas, legumes, plantas ornamentais e medicinais. Nos fundos do jardim organizou um zoológico com as mais variadas espécies de animais, como descreve Calado:

Ali trazia os papagaios, as araras, os jacis, os canindés, os jabotis, os mutuns, as galinhas-da-guiné, os patos, os cisnes, os pavões, os perus, as galinhas, [...] os tigres, a onça, a suçarana, o tamanduá, o bugio, o quati, o saguim, o apeteá, as cabras do cabo verde, os carneiros de Angola, a cutia, a paca, a anta, o porco, o javali, grande multidão de coelhos. E finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse, por que os moradores lhes mandavam de boa vontade, por a boa inclinação que viam de os favorecer. (MELLO, 2006, p. 98).

É inegável que Nassau tinha fascinação pela natureza, mas não no sentido ecológico que possa transparecer, conforme adverte H. R. Hoeting, ao afirmar que “o que ele desfrutava era a natureza organizada pelo homem e não a natureza crua e indomesticada” (MELLO 2006, p.

17). Encantamento que foi desenvolvido pela sua formação humanista e das experiências vividas com Frederico Henrique.

Um traço muito peculiar nesse fascínio foi observado por W. Diedenhofen, que ao estudar os seus jardins, percebeu, a partir da análise dos monumentos neles colocados, uma sujeição das armas à estética da natureza, hierarquização improvável para quem era militar. Contudo, Mello (2006, p. 17) esclarece que esse aparente paradoxismo se deveu à capacidade impressionante que Nassau possuía de mesclar valores dessemelhantes, reconhecendo, contudo, que para o observador, “requer-se certo esforço de reflexão para conceber a simbiose entre a carreira militar e o humanismo, [...] e para imaginar que um oficial de uma grande potência num século eminentemente belicista como foi o XVII pudesse realizar a síntese de valores para nós tão díspares”.

Talvez essa capacidade tenha lhe dado as condições necessárias para esculpir a pedra fundamental em que se assentou a sua administração: a política de tolerância para com a religião católica. Evidentemente que havia um forte apelo econômico para isso, pelo fato dos holandeses não dominarem o processo produtivo do açúcar, mas também era reflexo da cultura de liberdade de credo praticada nos Países Baixos, que inclusive fazia parte de sua carta constitucional. E, finalmente tinha raízes mais profundas fincadas na história de tolerância de sua família, principalmente na imagem de seu pai.

Não era uma missão fácil em razão de que, se por um lado os católicos aspiravam ampliar as restrições de culto impostas, por outro, os calvinistas desejavam sempre limitá-las. Assim o governador ficava permanentemente numa mediação de forças, visando o equilíbrio entre as partes para o bem da segurança da colônia. Outra variável a ser colocada nessa complicada equação religiosa era a comunidade judaica que tinha tensa relação tanto com calvinistas quanto com católicos. O equacionamento dessas dessemelhanças de credo foi obstinadamente exercido por ele até o fim de seu mandato, pois considerava tão decisivo para o futuro do Brasil holandês, que alertou aos seus sucessores que “a condescendência ou tolerância é mais necessária ao Brasil do que a qualquer outro povo a quem se tenha concedido liberdade de religião.” (MELLO, 2004, p. 132).

Interessante salientar que a Nassau parecia menos difícil obter a obediência dos luso-brasileiros do que dos judeus e calvinistas, pois os tratando com indulgência e simpatia percebia, por experiência própria, “que se trata de um povo que faz mais caso de bom acolhimento e cortesia do que de bens” dando muito mais atenção a “correspondências e

cortesias, mesmo fúteis e de pouca importância”.⁴⁰ Aliás, ser amável para Nassau parece que não era difícil, pois segundo o Conde de Guiche ele era “muito afável e acessível no trato” transparecendo “grande sinceridade exterior”.⁴¹

Em relação à comitiva de artistas e cientistas que trouxe por conta própria ao Brasil, suspeita-se que teve a influência de Huyges Constantijn. A herança deixada por esses notáveis “é ponto pacífico entre os estudiosos que nenhuma das tentativas feitas antes de Nassau visando a explorar e representar a natureza americana pode competir com a obra da sua equipe. [...] O legado científico e estético de Nassau é o produto de uma integração, desconhecida até então, da ciência, da pintura e da cartografia”. (MELLO, 2006, p. 144). Mais uma vez se revela a capacidade nassoviana de mesclar dessemelhantes.

Diferentes que se complementam para formar um todo unificado entre o estético e o pragmático. E assim não poderia deixar de ser em relação à sua obra mais grandiosa no Brasil holandês: a construção da cidade Maurícia. A concepção da nova cidade tinha um sentido pragmático de desafogar a concentração populacional do bairro portuário, mas, ao mesmo tempo, tinha uma concepção estética de um planejamento urbano inovador em que se privilegiasse a circulação funcional e aprazível das pessoas. No entendimento de Menezes (2009, p. 4):

Trata-se de um plano completo e que consolida toda uma teoria do Renascimento voltada a uma concepção de natureza urbana, da qual pouca oportunidade teve a Europa de ver materializada, quando, em termos, conseguiu o Recife, inclusive porque ela não é obra isolada, e sim presa a uma ideia de ocupação territorial que expressa mais que um simples desenho urbano. A cidade Maurícia foi a consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com aquele modelo definido pelos Países Baixos, de raízes sociais, onde a todos os indivíduos se deveria dar o direito do uso do solo, em padrões bem definidos pelo governo. O projeto urbano da Nova Maurícia, como dissemos é a materialização de todo um pensamento que se encontra em torno de João Maurício de Nassau e de sua forma de governar” (MENEZES, 2009, p. 4).

Construiu às suas custas dois palácios, o de Friburgo e o da Boa Vista, o primeiro funcionou como sede do governo e o segundo como residência oficial, cujas razões, além da forte paixão por construções, se ligam também a motivações de *status*, afinal de contas era um nobre e impressionar os luso-brasileiros com a estabilidade do domínio holandês no Brasil era preciso.

⁴⁰ Trecho extraído da obra de Mello (2006, p. 91).

⁴¹ Conde de Guiche foi um oficial francês que serviu com Nassau na guerra de Münster. *Conde de Guichê: Mémoires*. Trecho extraído da obra de Mello (2006, epígrafe).

Por isso, que segundo Boxer (1961, p. 157), o governador do Brasil holandês era “possuidor de um talento de organização e domínio dos detalhes” no entendimento do conde de Guiche, talvez tenham contribuído para fazer de Nassau “um governante à frente de seu tempo, [...] um administrador de primeira categoria”

2.3 A AÇÃO NASSOVIANA: FENÔMENO ADMINISTRATIVO?

Seria pertinente o Brasil holandês, notadamente no seu período nassoviano, ser estudado pela Teoria da Administração? Seria factível alçar seu gestor de mais longo tempo à categoria de administrador de primeira linha como enaltece Charles Boxer? Ou como Nascimento (2004, p. 108), ao salientar “as qualidades de que dispunha Nassau no tocante à arte da guerra e ao humanismo”, afirma que “a sua figura seria própria de quem consegue guerrear e administrar”? Ou como Lopez (1999) afirma que Maurício de Nassau passou para a história como um dos maiores administradores coloniais? Ou como Braudel (2009) que o considera um grande homem que tentou lucidamente criar uma colônia viável, intenção até então nunca vista?

Certamente que sim, desde que tal aceitação seja despida dos vieses prescritivos e funcionalistas que nortearam a construção da ciência da administração de forma organizada e sistematizada a partir da Administração Científica do engenheiro norte-americano Frederick Taylor no início do século passado. Mesmo as que se seguiram, como por exemplo, a Escola de Relações Humanas e a Estruturalista, ao introduzir em suas construções teóricas preocupações psicológicas e sociais, continuavam pretendendo ser universais.

A teoria administrativa não pode se dar à pretensão do universalismo, pois administrar não é uma relação diretamente vinculada a causas e efeitos como regra certa. Evidentemente que planejar, organizar, implementar, monitorar e avaliar são imprescindíveis ao processo administrativo, mas, isso não é tudo, são princípios normativos, não a essência do fato administrativo. Administração é acima de tudo um jogo de relações sociais, antes de técnica é o conflito exercitado de forma dialética. No espaço organizacional em que se verificam tais relações, há permanentemente uma tensão no poder politicamente estruturado entre dirigentes e dirigidos em busca de um objetivo explícito que nem sempre é unânime a esses dois níveis sociais hierarquicamente estabelecidos.

Há de se considerar a singularidade histórica em que o fato administrativo acontece. Como dizia o sábio filósofo, o rio não é sempre igual no mesmo ponto em que se observam suas águas fluírem, da mesma forma uma organização não é a mesma em momentos históricos diferentes. Considerar a historicidade na abordagem organizacional é de fundamental importância para entendê-la em toda sua inteireza, conferindo robustez à teoria administrativa.

A busca de novas alternativas de interação entre administração e história, como caminhos diferentes às abordagens positivistas e universalistas em administração, se tornam factíveis, dentro do entendimento de que a teoria administrativa não deve deixar de considerar a dimensão histórica como parte integrante e indissolúvel da realidade organizacional, tendo em vista que o fato administrativo é, em essência, um fenômeno social, portanto singular e não universalista, como preconiza o tradicionalismo do pensamento administrativo (MARTINS, 2001).

Nesse contexto, vários pesquisadores têm se utilizado de novas abordagens epistemológicas e metodológicas em estudos administrativos, em que a perspectiva histórica se consubstancia como um posicionamento “reorientacionista” para um novo olhar sobre o universo organizacional não funcionalista e prescritivo. Alguns autores como Fábio Vizeu (2007; 2010), Almiralva Gomes (2010), Wesley Santana (2007), Isabela Curado (2001), Denise Barros (2010), Alessandra Costa (2010), Paulo Emílio Martins (2001 e 2010), Sylvia Vergara (2005), Marcelo Milano (2005), André Mascarenhas (2002), Carlos Ribeiro (1990), seguem essa linha de pesquisa com um novo enfoque sobre o espaço organizacional.

Segundo essa possibilidade, no entendimento de Martins (2011, p. 8), “o paradigma positivista que desde o início vem orientando a reflexão sobre Administração, cederia lugar a uma abordagem de cunho institucional, isto é política, cultural e histórica, sem dúvida muito mais adequada à natureza de seu objeto de análise”.

Dentro dessa perspectiva foi criado em 1988, O Programa de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS), que tem como objetivo estudar o jeito brasileiro de administrar, com base no processo de formação da nacionalidade pátria, relevando o caráter institucional e a natureza histórico-cultural do fenômeno. Surgiu como atividade de investigação acadêmica do Departamento de Administração da então Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (UFF) – objetivando a busca “de novas ontologias, epistemologias e metodologias para o estudo das singularidades do fato administrativo no Brasil”, segundo Martins (2011, p. 9). Depois, o programa transferiu-se para a Escola

Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE-FGV/RJ). Em 2012, retornou para a UFF e na FVG os estudos nessa linha passaram a ser assumidos pelo Núcleo de Estudos em Administração Brasileira.

O que se buscou foi procurar entender porque 368 anos após sua partida das terras brasileiras ainda é tão latente o fenômeno nassoviano, que extrapola a simples figura de um personagem histórico distante para se perpetuar num mito para os pernambucanos, ao ponto de ser considerado “o melhor prefeito que o Recife já teve, segundo depoimento de um motorista de taxi recifense, ao ser filmado pela produção do documentário “Doce Brasil Holandês”, lançado em 2010, pela cineasta gaúcha Mônica Schmiedt. O filme abordou de maneira muito inteligente as contradições da invasão holandesa em Pernambuco como, por exemplo, a de que “aquela época (em termos administrativos) é lembrada como melhor que a atual” e “por que um povo teria saudade do invasor?”. Nassau foi talvez, na história mundial, o único colonizador cujos subjugados sentiram saudades quando de sua partida e deixaram esse legado para parte de seus descendentes até os dias de hoje.

Surpreendente é que esse fenômeno foi forjado em tão pouco tempo e marcou de forma definitiva a história deste país, que instiga tantos pesquisadores, principalmente na atualidade. No III Congresso Internacional de História Colonial⁴² realizado em setembro de 2010 no campus da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, foram apresentadas 34 pesquisas envolvendo trabalhos monográficos, de dissertações e de teses sobre o período holandês no Brasil,⁴³ por estudiosos de norte a sul do país, em dois simpósios temáticos, além de um minicurso sobre fontes bibliográficas do período holandês e uma mesa-redonda.

Tendo em vista a importância do tema, o que se pretende, na verdade, é dar um tratamento a esta questão sob a luz da epistemologia administrativa reorientacionista. Nesse contexto, buscar-se-á tentar entender quais os condicionantes estratégicos que tornaram a imagem de

⁴² Documentário, 52 minutos, direção de Mônica Schmiedt. Realização: H Schmiedt Produções. Com Sabrina van der Ley, Kalina Vanderley, Evaldo Cabral de Mello, Marcos Galindo, Daniel Breda e José Luiz Mota Menezes.

⁴³ SIMPÓSIO TEMÁTICO 8: Estudos sobre a América Portuguesa – Século XVII. Novas Abordagens sobre Sociedade, Religiosidade e Cultura no Nordeste durante o Período de Ocupação Holandesa. Coordenadores: Marianne L. Wiesebrrow (Universidade de Leiden/Holanda) e Maria Paula Paes Dias Couto Paes (Universidade Católica de Minas Gerais / Centro de História de Além Mar Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores). SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: Impérios Holandês e Português em Perspectiva Atlântica. Coordenador: Rômulo Luiz Xavier Nascimento (Universidade de Pernambuco - UPE). MINICURSOS: Para Entender o Brasil Holandês: uma discussão entre fontes e metodologias. Prof. Daniel Breda (Mestre pela UFRN / Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco). “Nas redes do (Des) Governo: Aspectos e Marcas da Ocupação Holandesa em Pernambuco” (Ronaldo Vainfas – Universidade Federal Fluminense), Virgínia Almoedo (Universidade Federal de Pernambuco) e Rômulo Xavier (Universidade de Pernambuco).

Maurício de Nassau tão efetiva em Pernambuco até os dias atuais? Por que uma imagem pessoal associada como sinônimo de sucesso administrativa é lembrada até hoje? Ou por que a maioria dos cidadãos pernambucanos simpatiza com a figura mitificada de Nassau? Ou ainda, por que o povo sente saudades do invasor, como foi verificado no filme “Doce Brasil Holandês?”. Enfim, tentar compreender como se deu a ação estratégica da gestão nassoviana e como os signos construídos coletivamente no seu bojo o referenciaram como padrão positivo (meliorativo) de referência administrativa (significado).

A suposição fundamental é que isso foi forjado no bojo de sua estratégia administrativa. O conceito de estratégia deriva das artes militares. É um conceito amplo e ainda não consensual. Conforme o autor ou linha teórica possui um sentido próprio e algumas vezes contraditório com outras conceituações assumidas por outras teorias ou escolas. Em geral, estratégia é a definição dos grandes objetivos e linhas de ação estabelecidas nos planos operacionais e de gestão. Tática, em complemento, definiria a forma operacional mais detalhada de como atingir esses objetivos.

Dentre as várias possibilidades de se conceituar o que é estratégia, pode-se considerá-la como a arte de lidar com as incertezas, no bojo de uma espécie de “jogo social”, no qual são desenvolvidas relações de interesses pessoais e relações causais entre os atores sociais desse jogo. Portanto, segundo Matus (1996, p. 12) “no jogo social cada participante não joga por si mesmo, independente da ação do outro, mas joga em interação com o cooperante ou adversário. Opõem-se ou cooperam-se intencional ou não intencionalmente”. Portanto, a estratégia refere-se ao modo de solucionar um problema de interação cooperativa ou conflitiva.

E esse foi o grande dilema que Nassau se debateu durante a sua gestão, ter que equilibrar permanentemente as diferenças confessionais dos católicos luso-brasileiros com os protestantes calvinistas e os “hereges” judeus. Era necessária muita astúcia e estratégia delicada para tornar eficaz a política de tolerância entre credos dessemelhantes para não comprometer o lucro da Companhia. Segundo Boxer, (1961, p. 173), “reinava no Brasil holandês, nos anos de governo de João Maurício, um grau de liberdade religiosa maior do que em qualquer outra parte do mundo ocidental, inclusive os próprios Países Baixos”.

Administrar o Brasil significava gerir uma gama de problemas estruturais (cultura portuguesa colonial já consolidada, idioma, clima e costumes diferentes, estado permanente de guerra e resistência do credo católico) e conjunturais (abastecimento, inchaço demográfico, inflação,

doenças, intempéries, desvalorização da cotação do preço do açúcar, multiplicidade de raças e de crenças religiosas). Havia um permanente desconforto da administração nassoviana, na conjuntura da época. Um desconforto de governabilidade que em princípio poderia minar os aspectos de eficiência e eficácia da administração de Nassau.

Todas essas determinantes convergem para o que Martins (2011) considera como espaço-dinâmico organizacional o ambiente em que acontece a *práxis* administrativa.

Eficiência e eficácia são conceitos muito utilizados em administração. Aparentemente são iguais, porém possuem significados completamente distintos. É através dessas definições que se pode avaliar se uma determinada organização está desempenhando seu papel com sucesso ou se há algo que deve ser reformulado. A eficiência é a capacidade do administrador de obter bons produtos utilizando a menor quantidade possível de recursos, tais como tempo, equipamentos, mão-de-obra e insumos; ou mais produtos utilizando a mesma quantidade de recursos, obtendo-se assim maior desempenho. Portanto, é um conceito ligado ao processo (meios).

Eficácia é o resultado de um trabalho que atinja totalmente o objetivo esperado. Em outras palavras, é a comparação entre o que se pretendia fazer e o que efetivamente se conseguiu. Por conseguinte, um conceito relacionado aos resultados (fins).

Dessa forma, eficiência se correlaciona com produtividade e eficácia se correlaciona com êxito, conseguir os fins estipulados. A eficácia é primordial, imprescindível ao administrador, e a eficiência é desejável. Um administrador pode atingir uma coisa ou outra; o ideal é que tenha a capacidade de desempenhar com sucesso ambos os procedimentos.

A forma de como enfrentar situações adversas no ambiente organizacional é que vai determinar se uma administração foi exemplar ou não. O *modus operandi* que o administrador implanta após a definição da sua estratégia de gestão é que irá referenciá-lo como exitoso ou não. E quanto mais sucesso (eficácia) obtiver num espaço organizacional em que haja uma exacerbação das relações conflituosas entre seus atores sociais é que torna mais valorizada a sua referência.

Tal afirmativa se consubstancia num juízo de valor que é imanente ao conceito de administração, a efetividade, que diz respeito ao impacto do resultado alcançado, ou seja, como ele atende às demandas do mercado ou aos anseios da sociedade, como ele pode ser sentido pelo cliente ou pelo cidadão. Palavras chaves para um melhor entendimento desse

conceito são: impacto, transformação (mudança da realidade) e sustentabilidade. Constitui-se, essencialmente, num juízo de valor. Para Duarte e outros (2006, p. 102) é a avaliação do “impacto desejado dos produtos sobre seus usuários, ou seja, o grau de satisfação gerado ou, ainda, o valor agregado, a transformação produzida no contexto geral”.

Nassau, de acordo com Gouveia (1998, p. 207) “trazendo o espírito do Renascimento europeu para Pernambuco, não demorou na implantação de reformas e medidas administrativas”. Era preciso reaparelhar e reorganizar a agroindústria açucareira fortemente abalada pela destruição provocada pelas batalhas da conquista holandesa, construir a Cidade Maurícia com base num planejamento urbanístico inovador, combater a corrupção, efetuar uma reforma administrativa e assistir à população. Na opinião de Galindo, citado por Denis Bernardes (2003, p. 23) “o período nassoviano foi marcado pelo desenvolvimento urbanístico, progresso econômico e pela presença de uma elite culta que conferia ao Recife uma áurea metropolitana ainda não vista na colônia do Brasil”.

Gilberto Freire (1979, p. 14), prefaciando o clássico *Tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Mello, atribui a Nassau o fato de ter sido ele “o primeiro que cuidou sistematicamente de libertar a economia brasileira produtora de açúcar, da monocultura, para desenvolver entre nós a policultura”.

Inegavelmente, um dos atos administrativos mais importantes e marcantes dessa administração foi a construção da Cidade Maurícia. Segundo Mello (2006, p. 93), o governo de Nassau “está associado, mais que nenhum outro, ao planejamento urbano do Recife” conferindo-lhe a condição de “primeira cidade digna deste nome na América portuguesa”, de sorte que “comparada ao Recife, Salvador, a capital dos vice-reis do Brasil nos meados do século XVII, parecia mais uma aldeia demasiado desenvolvida do que uma metrópole”.

Gilberto Freyre consegue com muita propriedade descrever as características da nova Recife e do impacto nos habitantes:

Sobrados de quatro andares. Palácios de rei. Pontes. Canais. Jardim botânico. Jardim zoológico. Observatório. Igrejas da religião de Calvino. Sinagoga. Muito judeu. Estrangeiros das procedências mais diversas. Prostitutas. Lojas, armazéns, oficinas. Indústrias urbanas. Todas as condições para uma urbanização intensamente vertical. Fora esta a grande aventura de liberdade, o primeiro grande contato com o mundo, com a Europa nova – burguesa e

industrial -, que tivera a colônia portuguesa da América, até então conservada em virgindade quase absoluta.⁴⁴

Nassau, ao encetar as ações administrativas acima relatadas e consolidar a reestruturação urbana de Recife, promoveu um impacto de gestão nos habitantes locais nunca antes visto no Brasil colônia. De acordo com Robert C. Smith, citado por Mello (2006, p. 93) como “o grande historiador da arte-luso brasileira”, afirma que “em todo o resto do Brasil foi preciso esperar o início do século XIX e a vinda da corte portuguesa para que se fizessem coisas desse gênero”.

Como foi dito acima Nassau buscou ter sucesso na sua empreitada, e para tanto parece tê-la planejado cuidadosamente em busca da efetividade de sua ação administrativa. Portanto é possível afirmar que a sua maneira de administrar, fazendo a simbiose do humanismo com o pragmatismo, se caracterizou como uma forma singular muito expressiva de fazer administração colonial (eficiência), até então não experimentada. Inovadora. Fenômeno surpreendente.

Assim, a efetividade que foi construída a partir da ação nassoviana se traduziu num imagem positiva e duradoura que se transformou, no imaginário popular, em sentimento de saudade.

⁴⁴ Trecho extraído da obra de Mello (2010, p. 5).

3. ADMINISTRAÇÃO E HISTÓRIA, UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

“As organizações foram racionalmente projetadas para resolver conflitos entre as necessidades coletivas e as vontades individuais e seu processo de ação e criação foi realizado necessariamente por indivíduos em um específico contexto histórico.”

Michael Reed⁴⁵

3.1 LÓCUS E PRÁXIS ORGANIZACIONAIS SOB NOVO OLHAR

Para se vislumbrar tal possibilidade, faz-se necessário a adoção de um novo entendimento sobre o *locus* e *práxis* organizacionais, a partir de uma nova epistemologia e metodologia que, segundo Vizeu (2010, p. 37), permitam “visualizar os limites e possibilidades da pesquisa histórica no campo dos estudos organizacionais”. Essa nova abordagem epistemológica busca, assim, tentar suplantar as limitações de uma tradição epistemológica dominante nas diversas teorias do pensamento administrativo de natureza a-histórica para “uma perspectiva analítica centrada na historicidade do fenômeno social” imanente à dinâmica do *locus* organizacional, ainda segundo o pensamento do mesmo autor (VIZEU, 2010, p. 38). Corroborando com tal tendência Gomes e Santanta (2010 p. 17) afirmam que “o diálogo entre História e Administração pode permitir, inclusive, uma observação mais acurada das peculiaridades das organizações”.

Diálogo que não é recente na tentativa de aproximação dessas duas áreas do conhecimento. Porém, há ainda muito que avançar em novas possibilidades ontológicas, epistemológicas e metodológicas derivadas dessa junção. Tal superação só poderá ser atingida a partir da compreensão da colisão paradigmática entre as perspectivas da História Tradicional e da História Nova (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

O paradigma histórico tradicional, cuja gênese emana das concepções positivistas, teve sua hegemonia até fins do século XIX, quando passou a ser questionada por concepções filosóficas marxistas e pelo grupo de *Annales*, movimento iniciado em 1929 por March Bloch e Lucien Fèbrev, com o lançamento da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, marco divisor entre essas duas tendências historiográficas.

O paradigma tradicional tinha a história política como modelo, caracterizando-se pela narrativa dos acontecimentos balizada por documentos escritos, sem os quais os fatos

⁴⁵Reed (1999, p. 63)

históricos não poderiam ser comprovados (CURADO, 2001). Para os positivistas o relato histórico tinha que ser o mais objetivo possível, cujos fatos necessitavam de comprovação empírica. Para tanto, na pesquisa histórica era imprescindível a utilização máxima de documentos, e estes teriam que ser analisados por “mente neutras”, já que qualquer juízo de valor alteraria a “verdade dos fatos”, modificando a história. A exacerbação dessa epistemologia e metodologia foi sintetizada na essência das palavras do historiador francês Coulanges, citado por Rabelo, quando afirmou que “a História não é arte, mas uma ciência pura [...], a busca dos fatos é feita pela observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas”. Dessa forma, os norteadores da escrita da história no século XIX e início do século XX foram ditados pelos positivistas: objetividade, minuciosidades, detalhe e impessoalidade do pesquisador. Segundo Rabelo (2011):

O ato de narrar um acontecimento e registrá-lo por escrito num suporte – ou seja, a produção de um documento escrito – é um exemplo “clássico” da ação de documentar que auxilia, por sua vez, a compreender a dimensão da tradição no âmbito historiográfico. Cabe salientar que o documento/produto originário dessa ação foi tão amplamente aceito e convencionado que a “História Positivista” de Ranke considerou somente os documentos escritos – contidos nos arquivos – como fontes históricas válidas. (RABELO, 2001, p. 134).

Esse dogma positivista colocava à margem da aceitação acadêmico-científica os historiadores que ousavam experimentar outras formas de se estudar a história. Pode-se dizer que esta situação era reflexo do surto desenvolvimentista e científico por que passava a Europa de então, em que essa cientifização transpassou para as ciências humanas, reduzindo assim o historiador a um mero coletor de informações.

A História tradicional tinha por narrativa a apologia dos grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado, em que a documentação oficial era a fonte determinante da pesquisa. Na virada do século XIX e início do século XX, questionamentos começaram a surgir e a tomar corpo, no sentido de que a pesquisa historiográfica poderia dialogar com outros campos das ciências sociais. Consideravam que o modo positivista era superficial ao basear-se apenas em documentos oficiais. A questão não era contra a utilização desses documentos, mas à sua compreensão que eram as únicas fontes válidas para o registro da história, denunciando assim a falha da perspectiva positivista em relação aos documentos, considerando-a ingênua em relação às suas objetividades e neutralidades.

Em contraposição, uma nova perspectiva começava a se descortinar advogando que, o que era imutável para os positivistas, era passível de variação no tempo e no espaço. No novo paradigma não apenas os documentos são considerados, mas também os reflexos de toda atividade humana. Tudo é História, e é social ou culturalmente construída. A perspectiva da visão de cima para baixo, dos grandes feitos e dos personagens célebres, inverte-se para uma visão de baixo para cima, na qual as pessoas comuns e suas vivências no contexto social em que estavam inseridas são também fundamentais. Uma nova maneira de fazer história começava a se consolidar utilizando outras fontes anteriormente proibidas, como as orais e iconográficas.

Em paralelo a assunção da importância do historiador nessa nova visão, aumenta também a sua responsabilidade na escrita da história. Rabelo destaca (2001) que:

o trabalho do historiador tornou-se mais complexo, particularmente quando este profissional passou a ter a difícil incumbência de, em um processo interpretativo, selecionar, identificar e reunir as evidências documentais relevantes para o seu trabalho, considerando a totalidade interpretativa que um objeto, artificial ou natural, pode trazer. (RABELO, 2001, p. 134).

Costa, Barros e Martins (2011) destacam como principais características dessa historiografia renovada: (a) uma narrativa com digressões e remissões; (b) a eventual análise de longos períodos temporais (longa história); (c) maior flexibilização da investigação, voltando-se aos campos social, econômico e cultural; e (d) maior relevância à interpretação de estruturas duradouras. Burke (1992) destaca seis principais diferenças entre as duas historiografias:

QUADRO 1: DIFERENÇAS ENTRE A HISTÓRIA TRADICIONAL E A HISTÓRIA NOVA

Paradigma Tradicional	História Nova
Diz respeito à política.	Toda atividade humana pode ser objeto da história.
Os historiadores pensam na história como narrativa dos acontecimentos.	Está mais preocupada com a análise das estruturas.
Visão de cima para baixo, volta-se para os grandes feitos e personagens.	De baixo para cima, preocupa-se com a opinião das pessoas comuns.
Baseia-se em documentos oficiais escritos.	Menor ênfase às fontes escritas e maior relevância ao uso da história oral, iconografia.
Concentra-se em estudos de indivíduos.	Considera importante tanto os movimentos individuais quanto os coletivos.
A história é objetiva.	É inevitável a falta de isenção ao olhar sobre o passado.

FONTE: Elaboração do autor baseado em Costa, Barros e Martins, (2010).

Costa, Barros e Martins (2010) advogam que as perspectivas da aproximação entre história e administração possibilitam um entendimento mais amplo e melhor do fenômeno administrativo, a formação de pesquisadores mais conscientes acerca dos seus caminhos de pesquisa e o fortalecimento da interdisciplinaridade por meio da criação de vínculos mais entrelaçados.

Üsdiken e Kieser (2004) citado por Costa, Barros e Martins (2011, p. 292) sustentam “que os pontos a favor da perspectiva histórica nos estudos organizacionais têm envolvido teóricos e pesquisadores em três posições distintas: uma posição suplementarista; uma posição integracionista; e uma posição reorientacionista,” e optaram por enquadrar na classificação de Üsdiken e Kieser três distintas abordagens do pensar administrativo, relacionando-as com a discussão do corte paradigmático da história: 1) a história dos negócios ou empresarial (*business history*) com características do paradigma da história tradicional e com a posição suplementarista, e posteriormente, em um momento mais atual, aproximando-se a posição integracionista; 2) a história da gestão (*management history*) com características da posição integracionista; e 3) a história organizacional (*organizational history*) com características do paradigma da história nova e com a posição reorientarista. Uma síntese da filosofia metodológica, tendências, foco e características das posições paradigmáticas dessas três diferentes abordagens encontra-se no quadro da página seguinte.

Contra a rigidez de um passado não alterável se insurgiram os defensores de uma Nova História que “advogam a ideia da história como dominada pelo presente, onde toda história é história contemporânea. [...] A história liga-se às necessidades e às situações de um presente onde tais acontecimentos têm ressonância.” (COSTA, 2010, p. 291). Ou como disse o fundador do grupo dos *Annales* acerca da ideia de “a história não é uma ciência do passado, mas a ciência dos homens no tempo cuja relevância reside na importância atribuída ao presente para a compreensão do passado”. (BLOCH, 2001, 290).

QUADRO 2: DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS ENTRE AS POSIÇÕES PARDIGMÁTICAS DAS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS EM ADMINISTRAÇÃO

	POSIÇÃO PARADIGMÁTICA		
	SUPLEMENTARISTA	INTEGRACIONISTA	REORIENTACIONISTA
ABORDAGEM ADMINISTRATIVA	História dos Negócios ou Empresarial (<i>Business History</i>)	História da Gestão (<i>Management History</i>)	História Organizacional (<i>Organizational History</i>)
FILOSOFIA METODOLÓGICA	A posição suplementarista assume a construção teórica na qual a história pode promover algumas contribuições significativas. Ou seja, a história é vista como potencial de confirmação e refino de teorias gerais, seleção de variáveis e geração de hipóteses em um contexto teórico (Üsdiken e Kieser (2004).	Vai além da posição suplementarista, proveniente dos desdobramentos mais atuais da história empresarial, faz com que os pesquisadores se afastem de uma posição suplementar, direcionando o seu foco tanto nas intercessões e conjunções da análise histórica quanto no estudo de formas particulares de organização e processos, redefinindo o campo de estudo como sendo humanístico e científico ao mesmo tempo.	Com um foco diferente das abordagens anteriores, a história organizacional concentra-se em conceitos e concepções provenientes da teoria organizacional e das ciências sociais e humanidades. Seu foco de pesquisa é mais abrangente, englobando não somente estudos sobre o passado/futuro das organizações, mas estudos acerca do sentido do passado/futuro para as organizações; estudos dos processos organizacionais por trás das histórias corporativas oficiais (TAYLOR e FREER, 2002, BOJE e ROSILE, 2003) e as razões para que essas histórias sejam escolhidas e não outras. Em última análise, a ideia é historicizar as organizações contemplando as dimensões e clivagens de poder.
TENDÊNCIA	Suplementando a História Tradicional em direção à Integracionista	Integração da história tradicional com disciplinas humanísticas	Nova História
FOCO	Estudos individuais de empresas	Práticas de gestão das empresas	Organizações e o seu contexto histórico
CARACTERÍSTICAS	*Desenvolveu-se como ramificação da história econômica *Modo mais antigo de se aproximar administração e história. *Compreende narrativas e relatos descritivos das trajetórias das empresas, sem a preocupação de sua inserção no contexto geral, sem críticas aos seus respectivos modelos de desenvolvimento.	*Ideia de que a análise histórica não substituiria as teorias existentes, mas enriqueceria a compreensão do contexto atual por meio de conexões com as disciplinas humanísticas. *Reconhece que eventos do passado atuam no presente, sendo úteis para a identificação e escolha de oportunidades atuais.	* permite confrontar diferentes alternativas em termos de orientação teórica, metodologias e visões de mundo. * Prioriza um enfoque narrativo alinhado ao interesse mais amplo das orientações interpretativas e discursivas em oposição ao quadro científico tradicional. * desafia o caráter a-histórico das teorias administrativas. *maior aproximação entre historiadores e cientistas sociais na busca da superação do universalismo positivista, por meio de um relativismo histórico-cultural cujo pressuposto básico é que diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, representam diferentes significados e visões de mundo (VIZEU, 2007; 2010).

FONTE: Elaboração do autor baseado em Costa, Barros e Martins (2010).

3.2 REPENSANDO A ABORDAGEM ORGANIZACIONAL

Martins (2001, p. 55) afirma com muita propriedade que todo fenômeno administrativo é “um fato social e, como tal, singular, moral e histórico”. Dessa forma, considera-se a *práxis* administrativa como um fenômeno de ação cooperativa, com ascendência hierárquica de uns sujeitos sobre outros e que se desenvolve num espaço político, potencialmente conflituoso, identificado como organizações (empresariais, governamentais, militares, associativas, familiares etc.) que têm como objetivo o alcance de fins específicos (MARTINS, 2001).

As organizações por se evidenciarem como um ambiente sócio-político de estruturação e exercício de poder se constitui num *lócus* complexo de interação social, cujo estudo não pode ser balizado apenas pelas abordagens de tendências positivistas de cunho prescritivo, funcional e utilitarista. Esse reducionismo limita bastante a visão sobre a *gênesis* da questão administrativa, de onde emanam o eterno conflito entre o sujeito (racionalidade substantiva) e o objeto (racionalidade instrumental), portanto de natureza fenomenológica, dialética.

Por isso que o objeto da Ciência da Administração, que são as organizações, é também estudado por outras áreas do conhecimento. Dessa maneira, a microeconomia estuda as organizações empresariais, a ciência política estuda a estrutura de poder dentro das organizações, a psicologia social estuda os determinantes do estabelecimento das culturas organizacionais, por exemplo. Assim, para se ter uma visão mais totalizante da realidade administrativa se faz necessário considerar a perspectiva de integração com outras disciplinas, tanto num contexto interdisciplinar (interação com outros conhecimentos), quanto transdisciplinar (geração de novos conhecimentos).

As ciências naturais e mecanicistas procuram explicar as relações causais entre os fenômenos, enquanto as ciências sociais necessitam entender a mutabilidade dos processos da experiência humana, que são vivos, latentes e dinâmicos, e que precisam ser interpretados para que deles se extraiam o verdadeiro sentido das coisas, dentro da linha da Sociologia Compreensiva de Max Weber. Por isso, segundo Aron (2002), no pensamento weberiano há profunda ligação entre a história e a sociologia:

Nas ciências da realidade humana devem-se distinguir duas orientações: uma no sentido da história, do relato daquilo que não acontecerá uma segunda vez, a outra no sentido da sociologia, isto é, da reconstrução conceitual das instituições sociais e do seu funcionamento. Estas duas orientações são

complementares. Max Weber nunca diria, como Durkheim, que a curiosidade histórica deve subordinar-se à investigação de generalidades. Quando o objeto do conhecimento é a humanidade, é legítimo o interesse pelas características singulares de um indivíduo, de uma época ou de um grupo, tanto quanto pelas leis que comandam o funcionamento e o desenvolvimento das sociedades [...] A ciência weberiana se define, assim, como um esforço destinado a compreender e a explicar os valores aos quais os homens aderiram, e as obras que construíram. (ARON, 2002, p. 483).

Essa abordagem compreensiva não tem se observado nas diversas escolas do pensamento administrativo, desde o advento da Administração Científica, no início do século passado, até a consolidação do processo toyotista de flexibilização organizacional, nos dias de hoje. É que a lógica de hegemonia do capital, onde o econômico se integra à política com o objetivo de salvaguardar seus interesses de mercado, dita as normas de conduta e de pensamento da sociedade, transformando valores e crenças numa ideologia de naturalização do domínio do capital, sendo instrumentalizadas pelas diversas teorias administrativas, portanto prescritivas. Não mais de forma tão ostensiva como no modelo taylorista-fordista, mas de forma indireta e escamoteada, com ares de democratização participativa no ambiente organizacional, como se configura no modo de produção capitalista flexível contemporâneo.

Até mesmo a contribuição dada aos estudos organizacionais pela Escola de Relações Humanas, ao considerar as necessidades psicossociais dos trabalhadores, e pelos Estruturalistas, ao considerar as organizações como ambientes sistêmicos e contingenciais de interações sociais complexas, não contemplavam em sua plenitude o contexto socioeconômico, político e cultural das relações sociais de produção, o que é corroborado por Tenório (2004):

A “humanização” que se procurou via psicologia social ampliava o enfoque mas não tornava interdisciplinar a questão; na realidade, complementava acriticamente o mito da chamada administração científica. Esse novo enfoque que a conhecida Escola de Relações Humanas tentou a partir de Hawthorne não passou de uma visão paradisíaca das possibilidades de melhorar o processo produtivo (TENÓRIO, 2004, p. 23).

Da mesma forma, é contundente em relação ao estruturalismo, ao afirmar que:

o trabalhador na perspectiva sistêmico-contingencial ‘entra’ como um ‘insumo’ que serve de ‘recurso’ para ser processado a fim de alcançar uma ‘saída’ sob a forma de um ‘produto’ que vai ser mensurado (controlado) pelos critérios/padrões estabelecidos, com o objetivo de verificar se houve ou não ‘retroalimentação’. Ou seja, predomina toda uma linguagem de coisificação do

homem – capital humano, capital intelectual, etc. – que é homogeneizado com os demais recursos: humanos, financeiros, materiais e tecnológicos. (TENÓRIO, 2004, p. 51).

Depreende-se, então, que em todas as teorias das organizações a questão central é como criar novas condições necessárias para evitar ou minimizar o conflito de interesses entre sujeito e objeto, já que ele é bastante custoso; e, assim, vão se desenvolvendo novos artifícios de cooptação dos agentes contestadores num processo de neutralização de conflitos. Convergindo com este entendimento, Mattos (2010) afirma de maneira muito esclarecedora que “a administração trabalha muito mais relações humanas do que técnicas e métodos. Contudo, às vezes a teoria é técnica, é estratégia. Consequentemente, a teoria mal posta ou confundida com técnica, esclerosa a ação administrativa”. Evidencia-se então que a justificativa do discurso (teoria) não é ontológica, mas ideológica. Portanto é imprescindível desmistificar o discurso teórico dominante.

Assim, se faz necessário repensar a forma de estudar os fenômenos administrativos, tendo em vista que as teorias organizacionais têm um forte viés mecanicista, funcionalista, preditivo e prescritivo. Como as organizações são sistemas sociais vivos e dinâmicos, a abordagem meramente positivista, além de não explicar claramente as contradições dialógicas inerentes ao *locus* administrativo, podem escamoteá-las, como se viu acima.

O universalismo positivista é incompatível com a singularidade dialética observada no cerne das organizações. Diante desta questão, é preciso introduzir no método de análise das organizações a variável tempo, objetivando resgatar a essência do fato administrativo, ou seja, suas características cultural e histórica, e, portanto, dialeticamente singulares.

3.3 A DIMENSÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO ORGANIZACIONAL

Martins (2001) ao buscar um modelo histórico para a análise organizacional considera que as três dimensões básicas tradicionais utilizadas pelas teorias administrativas limitam o estudo do fato administrativo, não permitindo que ele seja vislumbrado como um fenômeno socialmente construído. Daí o caráter intencionalmente funcionalista e prescritivo das teorias

da administração. Pode-se agrupar as dimensões do espaço organizacional abordadas por Martins (2001) nas três categorizações abaixo explicitadas:

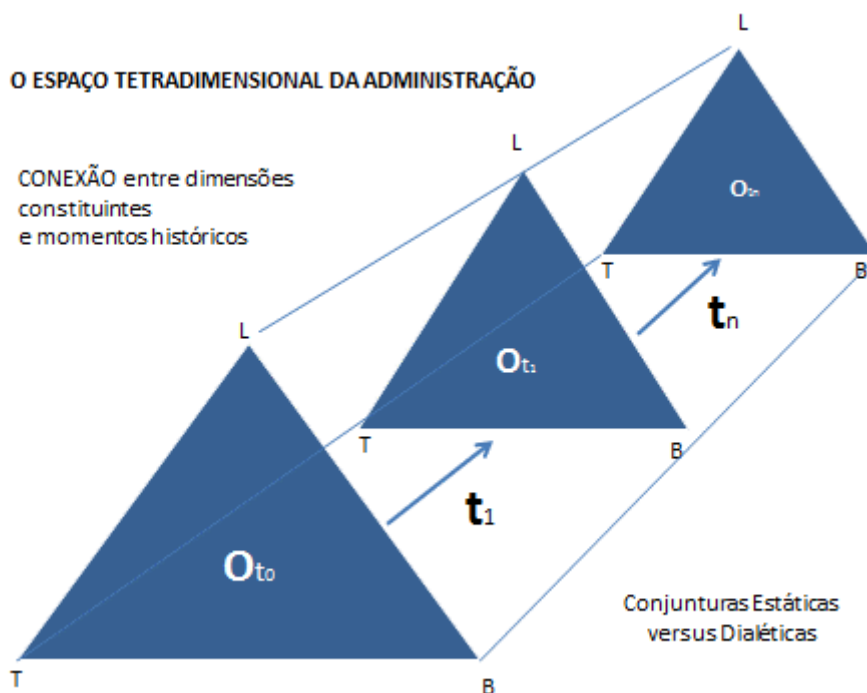
- *Dimensão Tecnológica [T]*: edifícios, máquinas, estoques, processos, técnicas, sistemas operacionais, etc. (material e tecnologia – hardware);
- *Dimensão Biológica [B]*: formada por seres vivos motivados ou não por compensações pecuniárias (peopleware); e
- *Dimensão Racional-Lógica [L]*: a dimensão política do *locus* organizacional, envolvendo a lógica de repartição do poder na organização, sua departamentalização, a tomada de decisão etc. (software).

Ao contemplar as organizações como conjunturas estáticas, a abordagem positivista reduz as dimensões [B] e [L] ao nível do ideário, vinculando-as com a premissa de aplicação universal, cujo intento é o de perpetuar as condições de ordenação do domínio do trabalho coletivo, engendrado pelos arranjos políticos gerados no *locus* administrativo. Busca, acima de tudo, a prescrição do comportamento humano ideal na organização. Consequentemente, torna muito limitada e superficial a abordagem do fenômeno administrativo. Portanto, faz-se necessário a introdução da *Dimensão Tempo [t]* para se ampliar e aprofundar o enfoque acerca do dinamismo social inerente às organizações, procurando-se entender os processos culturais de geração dos diversos arranjos políticos de estruturação de poder e domínio, e, assim, resgatar a abordagem compreensiva e singular do fato administrativo socialmente construído, ou seja, as organizações como conjunturas dialéticas.

A inclusão da variável tempo, além de resgatar a singularidade organizacional, pode propor uma provável conexão de suas dimensões constituintes entre os diversos momentos históricos de suas ocorrências ou existências. Com muita propriedade Martins (2001) afirma que tal vinculação:

Na física se descreve com uma lei positiva, reguladora da passagem de um estado a outro, nas ciências sociais se denomina história. Por outro lado, se as leis das ciências da natureza têm o poder de predição dos estados futuros e descrição precisa do passado dos entes estudados, a história pode apenas iluminar o porvir, explicar melhor o que ficou para trás e revelar a dinâmica dessa “vinculação” entre os momentos de um sistema social, enriquecendo assim a compreensão do fenômeno estudado. (MARTINS, 2001, p. 63).

Dessa forma, revela-se a qualidade distintiva do fato administrativo: sua historicidade intrínseca assumida em determinado tempo com uma singularidade peculiar e significado único, conforme se pode observar na imagem abaixo que representa diversos momentos de uma organização ao longo de sua história. E Martins (2001, p.66) ratifica tal assertiva ao dar por certo que “a não-universalidade de comportamento das variáveis organizacionais torna sem sentido qualquer análise desfocada de sua contextualização”. Portanto, estudar o fato administrativo é reconhecer que ele é forjado no âmbito de um fenômeno cultural exercitado pelos seus atores participantes em determinado período de tempo, o qual assume um significado histórico exclusivo e simbólico.



Na complexidade que rege a ação administrativa, as análises históricas e semiológicas se tornam inseparáveis de qualquer abordagem que se proponha avançar além das limitações impostas pela lógica convencional do funcionalismo prescritivo das teorias de Organização, Sistemas e Métodos (OSM) iniciadas a partir da Escola de Administração Científica. É coerente avançar no sentido de se considerar outra lógica imanente na *práxis* do fenômeno organizacional, uma nova lógica não funcional e singular dos valores culturais construídos coletivamente pelos atores (administrados e administradores) envolvidos no processo laborioso.

Assim, inevitavelmente, se penetra no simbolismo do mundo organizacional, tendo em vista que todo processo cultural resulta em produção de signos, fazendo-se necessário, portanto,

recorrer à semiótica para se tentar compreender a significação das alegorias de determinada realidade organizacional. Martins (2001) sintetiza tal necessidade salientando que:

A contribuição recente dos etnólogos das organizações, vendo a administração como fenômeno cultural e as organizações como subculturas do universo social maior no qual se inserem, e a teoria semiológica, buscando a decifração dos signos gerados por aquela subcultura, parecem ser de grande valia para a lapidação final do modelo que buscamos. (MARTINS, 2001, p. 63).

Reduzir o espaço organizacional às três dimensões tratadas acima e não considerar a dimensão histórica como fundamental para a plena compreensão do fato administrativo é o mesmo que reconhecer que os valores culturais representados pelos signos emanados do *locus* organizacional não são transcendentalmente significativos. Contrapondo-se a esta negativa, Martins (2001, p. 68) salienta que a historicidade embutida no fato administrativo guarda uma gama considerável de conteúdos semióticos que se explicitam nos “traços ideológicos que inevitavelmente carrega num dado sistema social; nos ‘corredores semânticos’ ou isotópicos (meliorativos ou pejorativos) e os estereótipos (‘óculos sociais’) de sua percepção”. Ou seja, a transcendência do fenômeno administrativo é indubitável do seu momento histórico e de toda a semiologia nele embutida. Cumpre-se salientar que este trabalho não pesquisou como se consolidaram os traços ideológicos do fenômeno nassoviano na gestão do Brasil holandês, mas a sua singular estratégia de administração de uma colônia multifacetária de credos, raças e costumes.

2.4 ESTRATÉGIA

O conceito de estratégia deriva das artes militares. É um conceito amplo e ainda não consensual. Conforme o autor ou linha teórica possui um sentido próprio e algumas vezes contraditório com outras conceituações assumidas por outras teorias ou escolas. Em geral, estratégia é a definição dos grandes objetivos e linhas de ação estabelecidas nos planos militares governamentais ou empresariais. Tática, em complemento, definiria a forma mais detalhada de como atingir esses objetivos.

No entanto, uma coisa é certa: como o ambiente em que as organizações estão inseridas não é estático e sujeito a modificações, cujo rebatimento influencia seus desempenho e eficácia, faz

com que a grande questão das organizações seja a de como lidar com esta situação problema e encontrar a saída (MORGAN, 1996). A existência e evolução das organizações dependem das capacidades que elas desenvolvem para interagir e se adequar permanentemente ao meio em que operam. A partir daí é que se originam os conceitos de estratégia e de sua formulação.

Da inter-relação entre organização e ambiente surgiram duas correntes de pensamento estratégico que, enquanto uma delas advoga que o ambiente influencia e limita as ações organizacionais, a outra enfatiza que a organização pode influenciar o ambiente. O primeiro pensamento é caracterizado pela corrente determinística, cujos teóricos defendem que as estratégias são limitadas em lidar com o ambiente, porque o próprio se encarrega de “naturalmente” selecionar as organizações mais fortes e a preterir as menos adequadas. Para o segundo pensamento, a corrente voluntarista diz que as organizações têm as competências mútuas de se adequarem de forma reativa às nuances do ambiente, bem como também de influenciá-lo de forma proativa. Para os deterministas a estratégia é minimizada. Para os voluntaristas ela tem o papel preponderante no resultado organizacional, na medida em que sua adoção se caracteriza como um processo político de seus agentes organizacionais com o ambiente, sendo então de natureza de exercício de poder.

Nesse processo político de elaboração de estratégia é preciso se ter claro a importância do conceito de coalizão dominante que são os grupos de relação que, coletivamente, possuem mais poder nas decisões organizacionais, durante um período determinado de tempo (CYERT; MARCH, apud CHILD, 1972). Este conceito não se restringe apenas ao estabelecimento formal dos líderes da organização, podendo existir num mesmo contexto várias coalizões permanentes que podem resultar em conflitos entre si, se fazendo necessário então um processo político para assegurar a cooperação entre divergentes. Este exercício de poder, em última análise, estabelece quem tem o poder de impor decisões, dos que estão na posição de se sujeitar.

Para que isto ocorra é imprescindível que a organização analise o ambiente e o compreenda. Isto remete a outro importante conceito, o da arena cognitiva, na qual são realizadas as construções mentais da coalizão dominante acerca das condições objetivas do setor que representam orientadas por suas crenças, ideologias e experiências (CHILD; SMITH, 1987).

Quanto maior a relação de poder e de percepção do estrategista no contexto ambiental, mais efetiva pode se tornar a estratégia. Segundo Presser (1999):

A escolha estratégica é o reflexo da interpretação da coalizão dominante sobre o ambiente organizacional. Partindo desse raciocínio, o ambiente geral refere-se aos fatores, tendências e condições gerais que podem afetar todas as organizações, tais como os fatores tecnológicos, sociais, políticos, econômicos, demográficos, legais, ecológicos, mercadológicos e culturais. O ambiente geral constitui os elementos que afetam o clima onde são realizadas as atividades da organização, ao qual ela precisa, em última instância, reagir. Esses elementos também podem constituir-se de forças que impulsionem a formação de um grupo que eventualmente venha a se tornar um *stakeholder*⁴⁶ da organização. (PRESSER, 1999, p. 21).

Com base em Mintzberg (2007), estratégia pode ser entendida como um plano, um padrão, uma posição, uma perspectiva ou, ainda, um truque.

Definida como um plano corresponde a “uma direção, um guia ou curso de ação para o futuro, um caminho para ir daqui até ali, trajetória para ir de um ponto a outro” (MINTZBERG, 2007, p. 17). Esta é a definição mais corriqueira onde o delineamento do plano é antecedente às ações, havendo uma dicotomia entre o processo de elaboração e implementação. Nesse caso o processo é formal e concentrado, não dando margem a flexibilizações. A estratégia está muito vinculada com a direção que os líderes estabelecem para a organização.

Entende-se como padrão a estratégia que mantém ao longo do tempo um comportamento consistente, se traduzindo numa coerência de ações que denota esta referência. Pode não fazer parte explícita de um plano e sim estar relacionado ao padrão de comportamento de quem lidera o processo, pressupondo que planos e padrões podem ser independentes. Em termos de olhares, o plano vislumbra o futuro e o padrão o comportamento passado. O plano é a estratégia pretendida e o padrão a estratégia realizada que tem que ser sempre ratificada.

Ainda segundo Mintzberg (2007) ambas as definições parecem ser válidas:

as organizações desenvolvem planos para seu futuro e também atraem padrões do seu passado, [...] os estrategistas eficazes as misturam de maneira que reflitam as condições existentes, especialmente capacidade para prever e também a necessidade de reagir a eventos inesperados (MINTZBERG, 2007, p. 18).

⁴⁶ *Stakeholder*: são aqueles grupos ou indivíduos que podem afetar ou serem afetados, direta ou indiretamente, pelo desempenho da organização na busca de seus objetivos, em termos de seus produtos, políticas e processos operacionais, em Presser (1999, p. 11).

Continuando, o autor, sob o enfoque microeconômico, afirma que “estratégia pode ser posição, a localização de determinados produtos em determinados mercados, ou perspectiva, a maneira fundamental da organização fazer as coisas” (MINTZBERG, 2007, p. 19).

A estratégia de posição focaliza para baixo, visualizando a posição em que o produto se localiza e para fora, vislumbrando o mercado, ou seja, um meio de localizar a organização no ambiente. Nesta concepção de estratégia o contexto organizacional se volta para a competitividade do mercado e de como se precaver da concorrência, desenvolvendo produtos específicos para determinados nichos mercantis. A definição da estratégia de posição envolve um processo analítico, sistemático e deliberado.

A estratégia de perspectiva concebe uma imagem para dentro da organização, dentro das mentes idealizadoras de seus estrategistas e para cima, para a grande visão da empresa e é influenciada pela cultura da organização e de como ela enxerga o mundo, compartilhada pelo pensamento coletivo interno. Mintzberg e Quin (2001) consideram que o conceito de perspectiva envolve os campos da antropologia quando se refere à ideia de cultura e da sociologia quando alude à noção de ideologia, que ao se mesclarem denotam um “caráter” diferenciado de determinada organização. É como se, neste caso, a estratégia fosse para a organização, o que a personalidade é para o indivíduo; por isso que “mudar de posição dentro da perspectiva pode ser fácil; mudar a perspectiva, mesmo procurando manter a posição, não é” (MINTZBERG, 2007, p.19).

Finalmente, a quinta definição é a de que a estratégia é um truque, “uma manobra específica para enganar um oponente ou um concorrente” (MINTZBERG 2007, p. 20), isto é, uma forma inteligente de escamotear as verdadeiras intenções, uma maneira de desviar a atenção do opositor, de orientá-lo de uma forma camuflada para um ponto em que não atrapalhe o atingimento de seus objetivos. De acordo com Presser (1999, p. 27) “estratégia, como uma manobra, refere-se a uma armadilha específica, destinada a abalar um concorrente ou impedir sua ação. Focaliza sua atenção em seus aspectos mais dinâmicos e competitivos”.

Dentre as várias possibilidades de se conceituar o que é estratégia, pode-se considerá-la como a arte de lidar com as incertezas, no bojo de uma espécie de “jogo social”, no qual são desenvolvidas relações de interesses pessoais e relações causais entre os atores sociais desse jogo. Portanto, segundo Matus (1996, p. 12) “no jogo social cada participante não joga por si mesmo, independente da ação do outro, mas joga em interação com o cooperante ou adversário. Opõem-se ou cooperam-se intencional ou não intencionalmente”. Portanto, a

estratégia refere-se ao modo de solucionar um problema de interação cooperativa ou conflitiva.

No processo de elaboração de estratégias se destacam quatro formas clássicas de concebê-las. A primeira refere-se ao Planejamento Racional e seus idealizadores principais são Ansoff e Porter. Caracteriza-se por uma forte ligação com os objetivos a serem alcançados e se baliza pelas análises dos pontos fortes e fracos do ambiente interno e das oportunidades e ameaças do ambiente externo. Por ser um processo racional não valoriza variáveis qualitativas em termos comportamentais e organizacionais e se adequa melhor em situação ambiental de relativa estabilidade ou de mudanças bastante previsíveis. Há uma nítida separação entre planejadores e executores e prioriza mais os objetivos do que o processo.

No Incrementalismo Lógico, o processo de criação valoriza igualmente os processos e os objetivos e o teórico de referência nesta concepção é James B. Quinn. Constitui-se num processo contínuo de elaboração de estratégias não formal que não segue modelos pré-definidos. Formulação e implementação não estão separadas e se desenvolvem permanentemente nas várias etapas do processo estratégico de modo informal e não deliberadas em função do dinamismo e imprevisibilidades do ambiente em relação à organização. A responsabilidade pela condução do incrementalismo lógico cabe ao alto-executivo da organização juntamente com sua equipe de executivos do topo sempre considerando a cultura organizacional. Para efetivar o processo informal de mudança os executivos têm que unir as análises sistemáticas racionais, conceitos de comportamento organizacional e teorias de política e de poder. É um processo que modifica constantemente os conceitos e preocupações dos administradores (QUINN, 1980).

É o que Mintzberg caracterizou como modo adaptativo de elaboração de estratégias que se verifica em organizações inseridas em ambientes de elevada complexidade e dinamismo. Nessas condições, segundo Presser (1999):

Sendo o poder decorrente de uma coalizão de interesses divergentes, as estratégias são estabelecidas de modo a reduzir os conflitos internos e, simultaneamente, adaptar-se às condições do ambiente externo. Porém, face às condições conflituosas no ambiente interno, o objetivo maior é subsistir para, depois, agir em torno do seu futuro. (PRESSER, 1999, p. 35).

A atitude adaptativa na elaboração da estratégia é primordialmente remediadora e a tendência do estrategista é resolver questões urgentes em detrimento de estabelecer estratégias de longo

prazo. A situação vigente é mais importante do que a de longo prazo. Como a relação entre a organização e o ambiente é de cautela, prevalece a negociação com os concorrentes para minimizar os malefícios da competição, portanto se caracterizando como um posicionamento reativo às questões prementes do momento, em vez de uma postura proativa em busca de oportunidades promissoras à organização identificadas no ambiente externo. Isso faz com que haja uma redução da visão de futuro da organização.

Além do mais, no incrementalismo lógico há uma preocupação com as coalizões de poder certificadas no ambiente interno das grandes corporações. Como há conflitos permanentes a alta administração tenta resolver os conflitos específicos visando à manutenção do equilíbrio interno. Tendo em vista as permanentes tensões advindas dos ambientes interno e externo, o processo estratégico incremental se delinea como flexível e de permanente aprendizado.

No processo de elaboração e implantação de estratégias emergentes é preciso considerar que as estratégias podem ser deliberadas ou não. Nem sempre as estratégias pretendidas (deliberadas) são realizadas, pois o ambiente pode mostrar aspectos que antes não existiam ou não foram percebidos. Nesse dinamismo se faz necessário realizar adaptações ao longo do tempo e novas estratégias vão emergindo para se adequar ao contexto, se configurando como um padrão de comportamento estratégico. É também um comportamento reativo às imprevisibilidades do ambiente e se caracteriza por uma fraca orientação para os processos e para os objetivos, diferentemente do incrementalismo lógico que privilegia este último. Assim, o surgimento de estratégias emergentes independe do plano delineado *a priori*, e, portanto ambas, deliberadas e emergentes, podem manter-se independentes. O teórico autor desse conceito de estratégia é Mintzberg (2007, p. 18), o qual enfatiza que: “os estrategistas eficazes as misturam de maneira que reflitam as condições existentes, especialmente da capacidade para prever e também da necessidade de reagir a eventos inesperados”.

Enquanto a estratégia como plano é elaborada visando o futuro, a estratégia emergente é elaborada calcada nas referências do passado. O conhecimento do passado permite uma maior capacidade de análise, e, conseqüentemente, uma melhor condição para a tomada de decisão emergente. Nesse processo não há a separação entre formuladores e implementadores, ambos se complementam, caracterizando o processo de formação da estratégia como um permanente aprendizado onde há um *feedback* contínuo entre implementação e (re)formulação.

Nesse contexto é que se caracteriza a elaboração de estratégias como um processo de aprendizagem. Nesse enfoque há uma forte orientação para o processo e fraca orientação para

os objetivos e fundamenta-se mais na descrição do que na prescrição (IDENBUG, 1993). Como no processo de formulação de estratégias emergentes, busca-se também um contínuo processo adaptativo e requerem-se estruturas organizacionais flexíveis que favoreçam a construção de estratégias de modo informal, que surgem em resposta a ambientes complexos e imprevisíveis, se desenvolvendo em pequenas etapas à medida que a organização se adapta.

Contudo, segundo Mintzberg e outros (2007), não se pode associar totalmente estratégia emergente com aprendizagem. A característica primordial da emergente é que ela é concebida para fazer face ao enfrentamento de uma situação de desequilíbrio entre as coalizões dominantes do ambiente interno e externo, antes de serem uma consequência do pensamento consciente de algum ator do contexto organizacional. Presser (1999), enfatiza com muita propriedade essa sutil diferenciação ao afirmar que:

Mas a real aprendizagem, conforme os autores, toma lugar na interface do pensamento e ação, ou seja, como os atores refletem sobre o que eles têm feito. Em outras palavras, aprendizagem estratégica deve combinar reflexão com resultado. Nesta leitura, é o processo de aprendizagem que é emergente. (PRESSER, 1999, p. 40).

Com essa perspectiva, cabe à liderança a função de administrar o processo de aprendizagem estratégica que requer sensibilidade para lidar com conexões sutis entre pensamento e aprendizagem, ação e controle e estabilidade e mudança.

O processo de criação de estratégias centrado na figura do líder da organização é denominado de modo empreendedor. O ator-chave delinea a estratégia intuitivamente numa postura proativa em relação ao ambiente externo, no qual enxerga, além de suas complexidades e incertezas, oportunidades em que a organização pode tirar proveito. A estratégia assim definida é predominantemente pessoal e concentra o poder na figura do dirigente máximo, que faz valer sua autoridade através de ordens indubitáveis ou através do seu carisma. Suas ações são norteadas para obterem o máximo de proveito em meio às ameaças do ambiente externo.

A necessidade de conquista é o que move o espírito empreendedor e os objetivos organizacionais são a extensão dos seus individuais. A manifestação da conquista se dá no bojo da formulação das estratégias a serem empreendidas e que objetivam o crescimento e consolidação da organização.

Mintzberg e outros (2007) realizaram um estudo que foi considerado como uma revisão de campo de mais de duas mil referências em estratégia. Mergulharam também em literaturas de outras áreas do conhecimento que influenciam a administração estratégica, como por exemplo, a biologia, que ao tratar da adaptação das espécies pode ter relevância pra se entender a estratégia como posição (nicho). Ou, a história quando trata dos períodos do desenvolvimento da sociedade (revolução), que pode ter rebatimento no entendimento de diferentes estágios de estratégias organizacionais. Ou, a psicologia da cognição humana e sua influência no carisma de liderança. Outros campos foram igualmente revisados como a antropologia de culturas na sociedade, economia, planejamento urbano, ciência política, estratégias militares, entre outras.

Eles procuraram não fazer uma revisão das literaturas acima referenciadas, mas uma revisão do campo em que elas estão inseridas, no sentido de se entender sua evolução e o estado atual dos específicos campos, a fim de expor seus diferentes ângulos, orientações e tendências, em termos teóricos e práticos.

Dessa forma eles ampliaram enormemente o entendimento sobre o processo de formulação de estratégias diferenciando dez linhas de pensamento estratégico ou escolas. Porém Mintzberg e outros (2007) advertem que todas são limitadas se encaradas como única no processo de formulação de estratégias no ambiente organizacional. É que cada uma dessas abordagens têm vantagens e desvantagens comparativas. É preciso ter uma visão abrangente sobre essas linhas de pensamento e combiná-las para entender melhor o processo estratégico. Para os autores os processos de elaboração e implementação devem combinar aspectos das diferentes escolas do pensamento, sob pena do resultado não ser eficaz. O bom estrategista deve ter em mente essa perspectiva.

A seguir, apresenta-se um quadro-síntese das dez escolas do pensamento estratégico de Mintzberg e outros (2007) em seus aspectos essenciais, que estão divididas em três agrupamentos. No primeiro, constam as três escolas de natureza prescritiva, mais preocupadas com o processo de implantação do que com o de formulação. No segundo encontram-se seis escolas cujas tendências convergem mais no sentido de como as estratégias são formuladas do que como são implementadas. No terceiro, encontra-se apenas uma escola, a da configuração, que integra os principais aspectos das anteriores, combinando-as, no que os autores chamam, em um processo de transformação.

QUADRO 3: RESUMO DAS ESCOLAS DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO, SEGUNDO MINTZBERG (2000):

ESCOLAS		NOME	FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA	PROCESSO	ESTRATEGISTA	AMBIENTE EXTERNO
NATUREZA	NORMATIVA: interessam-se mais pelo modo como as estratégias deveriam ser formuladas e menos pela maneira como foram concebidas.	do <i>DESIGN</i>	A estratégia é única e planejada e a sua formação corresponde a um processo de concepção.	Concepção formal, deliberado, prescritivo	Gestor máximo	Considerado estável, e, portanto, pode ser definido.
		do <i>PLANEJAMENTO</i>	É dividida em subestratégias.	Formal, deliberado, prescritivo	Os planejadores e a liderança é atenta para os procedimentos	É simples e estável, e, portanto e previsível.
		do <i>POSICIONAMENTO</i>	São genéricas e planejadas, concentrando-se em análise da concorrência, estratégias e curva de experiência.	Análítico, deliberado, sistemático e, portanto, também prescritivo.	Os analistas e a liderança é atenta para análises	É simples, estável e quantificável.
	PENSAMENTO: Preocupam-se na maneira pela qual as estratégias são concebidas.	do <i>EMPREENDEDORISMO</i>	é pessoal, única e concentra-se na visão e perspicácia do estrategista.	Visionário, intuitivo, deliberado.	Gestor máximo e a liderança são intuitivos e dominadores	O contexto externo é avaliado como dinâmico e simples, portanto, compreensível para o chefe, manobrável e cheio de nichos.
		<i>COGNITIVA</i>	Esta linha do conhecimento se desenvolveu, vinculada à ideia do empreendedorismo, que busca nas ferramentas da psicologia cognitiva os seus fundamentos teóricos. A estratégia é uma perspectiva intelectual, portanto resultado da percepção, interpretação e da capacidade de raciocínio.	Mental	A liderança é fonte de conscientização passiva ou criativa	O ambiente externo é considerado incompreensível e complexo.
		da <i>APRENDIZAGEM</i>	A estratégia é única e as palavras-chave do processo são incrementalismo, estratégia emergente, criação de sentido, espírito empreendedor e competência básica.	Emergente, informal e desordenado.	São todos aqueles que aprendem e a liderança é eclética e flexível.	Imprevisível, dinâmico e complexo demais para que seja possível construir um plano ou uma ideia clara. Isso só é feito à medida que a empresa se adapta e “aprende”.

FONTE: Elaboração do autor baseado em Mintzberg (2007) e em Presser (1999).

ESCOLAS		NOME	FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA	PROCESSO	ESTRATEGISTA	AMBIENTE EXTERNO
NATUREZA	PENSAMENTO: Preocupam-se na maneira pela qual as estratégias são concebidas	do PODER	Enfatiza a questão política e o processo de negociação que rege os conflitos entre grupos internos ou entre a organização e o seu ambiente.	As estratégias são posições ou esquemas políticos e cooperativos, concentrando-se em conflitos, coalizões, jogo político e alianças. A elaboração de estratégias se desenvolve num processo de negociação, e o ator chave é qualquer pessoa que detenha o poder. A contestação e a conciliação são as principais características consideradas no ambiente organizacional.	Gestor máximo.	Complexo e instável.
		da CULTURA	Julga que a estratégia está enraizada na cultura da organização.	Coletivo e cooperativo.	O ator-chave do processo é a coletividade e a estratégia que deriva é única. A liderança é simbólica.	Ambiente externo é idealmente passiva, mas pode se tornar exigente.
		do AMBIENTE	Seus adeptos propõem um processo de criação de estratégia baseado na reação da organização às pressões do ambiente externo, enfatizando a adaptação, contingência e seleção.	Genérica e visa nichos e posições específicas.	O ator-chave do processo é o ambiente, ao qual a organização deve responder.	O ambiente é exigente e a liderança tem pouco poder.
	CONFIGURATIVA: procura integrar vários elementos de outras escolas – o processo de elaboração de estratégias, o conteúdo da estratégia, estrutura organizacional e seus contextos - dentro de distintos estágios, como por exemplo o do crescimento e maturidade, para demonstrar os ciclos de vida das organizações.	da CONFIGURAÇÃO	A disciplina base de sua fundamentação teórica é a história, e as palavras-chave do processo são configuração, ciclo de vida, transformação, revolução. Nesse sentido, esta escola enfoca o salto de um estágio para o outro, e, por isso, entende a formação da estratégia como um processo de transformação.	As estratégias podem ser uma das anteriores, pois dependem do contexto.	O ator-chave do processo pode ser qualquer uma das outras escolas, pois também vai depender do contexto.	O ambiente poderá ter as características de outras escolas.

Depreende-se então que a formação da estratégia não é uma coisa simples, muito pelo contrário, é um processo de múltiplas possibilidades, portanto complexo. Uma administração estratégica eficaz requer que sejam combinados os diferentes aspectos das correntes de pensamento vistas acima. E o estrategista tem que ter a sagacidade necessária para perceber, no entendimento de Presser (1999), que a estratégia pode ser:

Uma avaliação de intenções, uma visão intuitiva e uma aprendizagem emergente; ela é transformação, bem como perpetuação; ela pode envolver cognição individual e interação social; cooperação, bem como conflito; ela tem que incluir análise anterior e programação posterior, bem como negociação durante; e tudo isto deve ser em resposta a uma exigência do ambiente. (PRESSER, 1999, p. 62).

Além da visão específica desses referenciais divergentes, é imprescindível que se eleve também a visão acima das limitações dessas correntes de pensamento, no sentido da percepção panorâmica de todo o processo de formulação de estratégias. Mais do que combinar visões opostas, o exercício da administração estratégica exige que não se perca a atenção para o processo inteiro de sua formação. Tal capacidade não é comum na maioria dos estrategistas e dos altos dirigentes, e quem a tem se torna mais eficiente.

Na prática de formulação de estratégias. F. Scott Fitzgerald considera como “o teste de uma inteligência de primeira classe é a capacidade para ter em mente duas visões opostas e ainda manter a capacidade para funcionar”⁴⁷. E, evidentemente, sintetizá-las.

Independentemente de como acontece a formação da estratégia, se personalística, como na formulação empreendedora, ou coletiva, como na formulação cultural, ela é, em última análise, sempre um processo individual que se realiza no bojo de um jogo social, no qual se verifica o embate de diferentes coalizões de poder.

Matus (1996) ao estudar como se processa o complexo delineamento da formulação de estratégias no intelecto dos estrategistas (jogadores na concepção do autor) envolvidos no jogo social (organização versus ambiente), destaca quatro princípios norteadores da construção estratégica em perspectiva individual.

Inicialmente, a firma que a estratégia “fala” na primeira pessoa. A leitura situacional é própria para cada jogador, às vezes convergentes ou distintas de seus pares, mas seguramente contraditória à leitura dos oponentes. Cada pessoa traz consigo uma lente particular que

⁴⁷ Citado por Mintzberg e outros (2007).

permite enxergar e analisar a realidade, que se lhe apresenta conflituosa, de modo singular, influenciada por conceitos e valores acumulados ao longo de sua história de vida.

Essa capacidade diferenciada que cada participante do jogo social tem, faz com que alguns se libertem da cegueira situacional que obscurece a decodificação da realidade. A cegueira situacional é a incapacidade que um jogador tem de compreender inteiramente a leitura que o outro faz da realidade que compartilham como participantes do mesmo jogo, oponentes ou não.

Como decorrência, um segundo princípio sinaliza que a estratégia “pensa” de modo especial, por que os atores são únicos, têm explicações diferentes sobre a realidade e imaginam planos distintos. Para Matus (1996), o fato dos atores serem únicos faz com que as explicações sobre a realidade sejam múltiplas, e, conseqüentemente, a análise situacional não baseia seu cálculo na existência de leis determinísticas, desconfia da predição e, inevitavelmente, valoriza o conceito de aposta, pois é da incerteza ambiental que decorre o risco da estratégia. Aposta-se no sucesso do plano estratégico, e o desenrolar do jogo social irá confirmar ou não seu êxito.

Caso a análise da realidade situacional fosse positivista, e não dialética como de fato o é, o problema estratégico deixaria de existir e cederia lugar a um problema eminentemente científico-pedagógico. Nessa circunstância, afirma o autor, existiriam cientistas-juizes em lugar de governos e líderes para decidir entre o verdadeiro e o falso. Nesse sentido, confirma-se o significado de que estratégia é, em essência, a arte de lidar com as incertezas, com a imprecisão.

A partir daí surge um terceiro princípio que estabelece que a estratégia “idealiza” a construção do futuro, baseada na diferença entre a situação atual e na construção de uma situação ideal futura. A situação atual é entendida como posição ou situação estratégica e é afetada por decisões tomadas no passado. Portanto, o presente retrata o comportamento do passado até o momento em que está sendo observado e, conseqüentemente, as decisões tomadas no presente irão afetar o futuro da organização. Tais decisões se materializam nas ações estratégicas que irão influenciar o comportamento organizacional daí em diante.

Finalmente, como quarto princípio, Matus (1996) enfatiza que a estratégia “age” na interatividade do jogo social, no qual cada participante não joga por si mesmo, mas joga numa relação de interdependência com o cooperante ou adversário. Essa convivência com o outro cria uma incerteza que se procura administrar desenvolvendo-se relações de interesses e

causais. Relações de interesse porque o jogo divide os atores em facções alinhadas segundo seus objetivos de cooperação ou conflito; e de relações causais porque a eficácia da ação estratégica de um jogador, além da sua competência individual, é função também da ação do outro jogador e vice-versa. A estratégia refere-se então ao modo de solucionar um problema de interação cooperativa ou conflitiva.

A estratégia de cooperação é um jogo de coordenação de informações e ações em que prevalece a negociação e o poder de persuasão. Esta atitude estratégica se torna mais complexa de ser efetivada quando os diferentes atores do ambiente organizacional têm interesses reais distintos e nenhum deles, em separado, pode alcançar seus objetivos específicos. Apesar de distintos, tais interesses podem ser conciliáveis quando se avalia e se conscientiza que a conquista parcial dos objetivos tem maior probabilidade de êxito do que o contrário. É um processo permanente de negociação em que se compara o ônus de ceder alguma coisa em benefício do ganho de outra. Em vez de vencer o adversário é preciso ganhá-lo através do convencimento.

Em lado contrário se situa a estratégia de confronto direto, dentro de um processo de medição de forças opostas, no qual uma delas deve sobrepujar a outra. O sentido é de anular totalmente o opositor. Entre esses extremos situa-se a estratégia indireta de oposição, que se dá através da relação tensa da dissuasão, do desgaste do opositor, privando-o da possibilidade de reação sem anulá-lo totalmente. No jogo da política estratégica as três situações podem coexistir, mas sempre uma prevalece sobre as outras a depender do contexto situacional.

Dessa maneira, no entendimento de Matus (1996, p. 12), a formulação e implementação estratégicas eficientes referem-se “a um jogo de poucos, no qual a personalidade e a criatividade de cada jogador desnuda-se com perfis particulares. Cada jogada é única, pessoal, o oposto da média anônima nos grandes agregados humanos”.

4. O REI SOU EU

Os Estados bem organizados e os príncipes hábeis têm com toda a diligência procurado não desesperar os grandes e satisfazer o povo, e conservando-o contente, mesmo porque este é um dos mais importantes assuntos que um príncipe deve tratar. Novamente concluo que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiado pelo povo.

*Nicolau Maquiavel*⁴⁸

4.1 COOPERAÇÃO VERSUS CONFRONTO

O governador Nassau, ao ser indicado pela WIC para tomar conta do “negócio do Brasil”⁴⁹, tinha consciência que iria gerir um território invadido, em permanente tensão beligerante e complexo nos seus aspectos sócio-políticos. O soldado Nassau entendia que, em assim sendo, a conquista e o domínio militar de um território eram o seu objetivo imediato, nunca o objetivo final. Por isso, o político Nassau privilegiou a cooperação em detrimento do confronto, e primava pela recomendação de combinar moderação (cooperação) com rigor (conflito) em necessário equilíbrio, como advertiu a seus sucessores, quando do seu retorno à Holanda, ao enfatizar que “a mistura dessas duas qualidades é tão necessária em quem governa que não durará muito tempo o governo demasiado propenso a uma ou a outra.” (MELLO, 2004, p. 162). Nesse sentido, o pensamento político nassoviano parecia convergir com o pensamento maquiavélico, que preconizava o uso, por parte dos governantes, de uma estratégia de não desesperar os poderosos ao mesmo tempo de satisfazer o povo, tema que Maquiavel (2009, p. 141) considerou “um dos mais importantes assuntos que um príncipe deve tratar”. Cem anos antes de Nassau aportar em terras brasileiras, o grande pensador renascentista florentino preconizava⁵⁰ que:

Por isso, a melhor fortaleza que possa existir é o não ser odiado pelo povo: mesmo que tenham fortificações elas de nada valem se o povo te odeia, por que a este, quando tome das armas, nunca faltam estrangeiros que o socorram [...] Consideradas assim todas essas questões, louvarei tanto os que fizerem como os que não fizerem as fortalezas; e censurarei aquele que fiando-se nas fortificações, venha a subestimar o fato de ser odiado pelo povo. (MAQUIAVEL, 2009, p. 180).

⁴⁸ *O Príncipe* (2009).

⁴⁹ Termo cunhado por Evaldo Cabral de Mello ao se referir à colônia holandesa do Brasil e que faz parte do título de uma de suas obras (2001).

⁵⁰ *O Príncipe* foi escrito em 1513, mas publicado postumamente em 1532.

O governo batavo que antecedeu Nassau promoveu certa acomodação administrativa baseada nos pequenos comércios e nos pequenos lucros, incentivando uma tolerância de convívio entre os holandeses e os comerciantes luso-brasileiros. Foi a primeira expressão de moderação da política administrativa colonial dos batavos, em tempos de guerra; porém muito limitada e localizada a esta abrangência específica.

No período nassoviano essa política se expandiu para os grandes lucros e na prática conciliatória com os grandes produtores rurais, num jogo complicadíssimo, principalmente a partir da instituição do escabinato, em que os senhores de engenhos, detentores ainda do domínio da produção do açúcar, passaram a perder importância relativa na dinâmica político-administrativo da colônia. O escabinato, longe de ser uma instância de representação popular, era a materialização do novo modelo de gestão do território e de esvaziamento do poder político dos senhores de engenhos. Na verdade, era a maneira de se ter “os olhos e as mãos” sobre as posses territoriais distantes.

A questão da governabilidade era crucial para Nassau. Teria que torná-la o menos desconfortável possível. Seria preciso encetar práticas de tolerância para com os poderosos e não se descuidar do respeito do povo. Seriam necessárias, então, acomodações e concessões. Mesmo porque, no período de paz observado na segunda fase da conquista, que em muito se deve à sua ação conciliatória, havia uma espécie de “guerra fria”, pelo latente desejo de insurreição. Por isso a paz era relativa, e a fronteira que a separava da guerra, muito tênue. Era preciso promover entendimentos, acordos, alianças, negócios em comum, e, porque não, negociações, para o bem da Companhia e dos grandes lucros.

A política é a arte de conquistar e manter o poder, e sua lógica nem sempre deriva de princípios éticos, mas de princípios pragmáticos, como também na *práxis* administrativa. Na administração e na política não existem caminhos inteiramente seguros; a prudência consiste em escolher os menos perigosos para a eficácia dos objetivos pretendidos. É preciso ter uma visão para além da análise situacional aparente e enxergar o ambiente organizacional como um todo, na perspectiva de suas ameaças indesejáveis e oportunidades favoráveis. Se a política é a perícia de conquistar e manter o poder, a administração é a habilidade de lidar com as incertezas. É fundamental o dirigente máximo ter sensibilidade holística para definir a melhor estratégia de neutralização do imprevisível, dado que o imponderável é comum a estas duas naturezas. Por isso que ambas – política e administração – são indissociáveis na *práxis*

organizacional. Por isso a estratégia é uma arte de poucos, corroborando com o pensamento de Matus.

Nassau, de imediato, percebeu que a questão central da administração da colônia se traduzia no equacionamento da tensa relação com a Igreja Católica. Além das insuperáveis divergências confessionais religiosas entre calvinistas e católicos, estes últimos se sentiram bastante ressentidos com a prática invasora de fechamento de templos, saque de outros, destruições de alguns, proibições de realização de missas em ambientes com portas abertas, proibições de procissões e expulsões de religiosos. Autênticos sacrilégios na ótica católica. A religião naquela época se confundia com os interesses de Estado, estando ambos totalmente amalgamados. Mexer com a primeira seria o mesmo que mexer com o segundo. Portanto, além de uma questão de fé, era uma questão política de exercício de poder.

Os luso-brasileiros da Capitania de Pernambuco que dominaram o Nordeste do Brasil por mais de um século, estavam agora na condição de dominados e não de conquistadores, mesmo ainda num contexto social e cultural fortemente arraigado nas suas crenças e valores. Essa condição subalterna não era nada favorável nem aos locais, nem aos novos invasores. Para os nativos, situação constrangedora, pois perderam o comando do território e a importância política; para os holandeses, situação desconfortável, porque seria impossível transformar essa cultura estabelecida e consolidada e também por não dominarem o processo de produção do açúcar. Assim, os primeiros perderam importância política e militar, mas não a econômica, enquanto que aos segundos, a circunstância era inversa.

A solução para a retomada da produção do açúcar em escala necessária para o atingimento do objetivo de grandes lucros da WIC extrapolava as preocupações de regularização do tráfico escravo africano e o do financiamento da reestruturação dos engenhos. A questão era, acima de tudo, religiosa e também, política. Saber conciliá-la de forma que os ânimos acirrados entre divergentes de fé fossem acomodados num nível que não desestabilizasse o projeto colonial holandês, se fazia imprescindível. Essa era a questão pendular do “negócio do Brasil”. Seu sucesso ou fracasso dependeria da estratégia a ser implementada.

Pela via da força, estava provado que não era a alternativa a ser mantida. A guerra tinha custado muito caro, além dos enormes prejuízos comerciais advindos da destruição de grande parte dos engenhos e incêndios de canaviais. A mesma relação de importância que os escravos tinham para com a produção do açúcar, os senhores de engenho também a tinham, ou seja, sem os dois não se produzia açúcar. A diferença é que com os primeiros não havia

necessidade de negociação, com os segundos sim. Promover a conciliação dos produtores de açúcar com os propósitos da WIC era a alternativa. E Nassau tinha isso como uma certeza.

A política de tolerância religiosa se constituiu na pedra fundamental em que se assentou sua estratégia administrativa. O que não deixa nenhuma margem de dúvidas ao se ater às palavras que ele dirigiu aos sucessores, quando da passagem do cargo, ao instruir que “no eclesiástico ou nas coisas da Igreja, a condescendência ou tolerância é mais necessária no Brasil do que a qualquer outro povo a quem se tenha consentido liberdade de religião” (SILVA, 2011, p. 236).

Como foi visto anteriormente, a conciliação fazia parte da história de vida de Nassau, fortemente influenciada pelo seu pai. Ademais, na Holanda se respirava, como em nenhum outro lugar do mundo, o ar da tolerância, o que reforçou esse traço de sua personalidade. Mas, a prática da tolerância exigiria que valores divergentes fossem acomodados, o que para Nassau não se constituía em dificuldade. Administrar dessemelhanças era outra qualidade sua, pois ao longo de sua existência sempre conseguiu realizar estratégicas simbioses entre valores opostos. Se não podia, então, vencer o adversário pela força, teria que saber lidar com ele pela persuasão.

O ambiente colonial em que estava inserida a WIC era por demais instável e perigoso, onde diferentes grupos de poder interagiam, como os senhores de engenho, os cleros católico, calvinista e judeu, imigrantes os mais diversos, numa relação de latente tensão. Para minimizar a instabilidade do contexto ambiental era necessário encetar uma atitude voluntarista de ação política para assegurar a cooperação entre as diversas coalizões de poder dominantes.

Esse processo político a ser engendrado, além de garantir a cooperação, tinha o propósito de estabelecer quem detinha o poder de impor decisões, dos que estavam na posição de se sujeitar, mesmo que fosse através do convencimento, da persuasão. Para influenciar o ambiente dessa forma proativa se fazia necessário que a Companhia o analisasse e o compreendesse. A análise situacional do ambiente feita por Nassau foi muito específica e abrangente, diferentemente das realizadas pela administração da colônia nos períodos que o antecederam e o sucederam. Estas pela necessidade de reagirem a um território em guerra declarada tinham visões imediatistas, tanto militares quanto comerciais. Já Nassau soube arrefecer os ânimos da guerra e tirar o melhor proveito de se administrar uma terra invadida, de língua, costumes e leis diferentes.

Mas, a análise situacional não é fácil de ser realizada em ambientes de elevada complexidade, pois todos seus fatores constituintes como políticos, sociais, econômicos, culturais, demográficos e geográficos, que tendem a interferir no desempenho da organização, quando isoladamente são de fácil entendimento, podem não o ser quando a análise requer que seja feita sua simbiose. Todas essas variáveis tinham rebatimento no desempenho do “negócio do Brasil” e sua fina leitura dependia de uma elevada capacidade de percepção do líder que a estava analisando e cuja construção mental da estratégia a ser implementada sofria orientações de suas crenças, ideologias e experiências pessoais, tornando-a singular. Daí é que se diferenciavam as estratégias administrativas holandesas nassoviana das não nassovianas; a primeira pretendia uma colonização sustentável, as outras imediatistas.

Maquiavel (2009), considerava:

Não haver coisa mais difícil para cuidar, nem mais duvidosa a conseguir, nem mais perigosa de manejar, que assumir a liderança e introduzir novas ordens. Isso porque o inovador tem por inimigos todos aqueles que obtinham vantagens com as velhas instituições, [...] e, esses, em verdade não creem nas inovações se não as veem resultar de uma firme experiência. (MAQUIAVEL, 2009, p. 63).

O que Maquiavel quis dizer é que a inovação estratégica necessita de um tempo para consolidar-se, sujeita a uma credulidade que vai sendo construída na mentalidade da coalizão de poder a que se destina. Mesmo que os objetivos verdadeiros não sejam explícitos, no jogo social a estratégia, às vezes, é truque, e a persuasão, neste caso, se faz necessária para camuflá-los. O consolidar-se da estratégia significa que ela tem que se tornar efetiva. E, para tanto, Maquiavel (2009, p. 62) considerava, mais uma vez, que, para se administrar novos territórios conquistados, o novo governante teria maior ou menor “dificuldade para mantê-lo, segundo seja mais ou menos virtuoso quem o conquiste”.

O virtuosismo a que ele se referia é a faculdade que o estrategista tem de realizar a análise situacional com excelência e o residir nas terras dominadas caracteriza a ratificação de quem detém o poder, de quem comanda o processo político, de quem é o líder. Conseqüentemente, quanto maior a relação de poder e de percepção do estrategista no contexto ambiental, mais efetiva pode se tornar a estratégia. E essas duas condições eram próprias de Nassau; possuidor de sensibilidade humanista e pragmatismo militar, além de ter sangue nobre, o que era um diferencial importantíssimo naqueles tempos, em que monarquias absolutistas imperavam no mundo ocidental, e pretendiam se impor pela honra do monarca na defesa de seus vassalos.

A efetividade da estratégia é função de uma coerência de ações que vão se cristalizando no desenrolar de sua execução, denotando um padrão de comportamento ao longo do tempo. O *modus operandi* administrativo de Nassau divergiu o tempo todo do pretendido pela WIC, e sua estratégia de ação emergiu independente do plano traçado pelos *Herens XIX*, se constituindo, portanto, num cabo-de-força até o fim da gestão nassoviana. Mudar de perspectiva dentro da posição assumida pela WIC foi o grande desafio do estrategista Nassau. Em terras brasileiras ele fez valer um novo comportamento administrativo centrado da figura de um líder, apesar dele ser vinculado e subordinado às ordens emanadas de Amsterdã. Porém, sua condição de chefe político, lhe dava alguma flexibilidade para tal ousadia.

É como se Nassau tivesse dado outra “personalidade” à gestão da colônia. Esse novo padrão de referência que foi emergindo é típico de uma estratégia empreendedora pessoal, cujas características marcantes foram o seu delineamento intuitivo, uma postura proativa de influenciar o ambiente no qual a organização WIC estava inserida, de ser realizada numa condição de concentração de poder no ator-chave do processo (governador) e orientada por uma necessidade de conquista objetivando o crescimento e a consolidação do “negócio do Brasil”.

Maquiavel (2009, p. 69) ao tratar dos “principados novos que se conquistam ou com as forças dos outros ou por fortuna”, considerava extremamente arriscado os dirigentes manterem suas posições dentro do Estado, confiando apenas na sorte da condição estabelecida, dado que os ambientes em que os governos se realizam apresenta contextos “volubilíssimos e instáveis”. Para o pensador florentino, além da fortuna, era imprescindível “homens de grande engenho e virtude”, que tivessem sensibilidade para saber lidar com as delgadas conexões entre análise da situação e sua aprendizagem, entre a ação a se implementar e a dosagem de ser mais moderada ou mais rigorosa, dependendo da circunstância, e a perspectiva paradoxal de mudança num quadro de estabilidade desejável.

Os dirigentes virtuosos, para Maquiavel (2009, p.74), seriam aqueles que “conheciam tão bem como se conquistam ou se perdem os homens”, daí que esse autor julgou necessário, para torná-los pacíficos e obedientes, dar-lhes um bom governo. Tal iniciativa deveria ser pautada em algumas premissas que o governante, de acordo com as orientações de Maquiavel (2009), deveria estar atento em:

Assegurar-se contra os inimigos, adquirir amigos, vencer ou pela força ou pela fraude, fazer-se amar e temer pelo povo, seguir e reverenciar pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou têm razões para ofender, ordenar

por novos modos as instituições antigas, ser severo e grato, extinguir a milícia infiel, criar uma nova, manter a amizade dos reis e dos príncipes, de modo que beneficiem de boa vontade ou ofendam com temor. (MAQUIAVEL, 2009, p. 77).

O exercício do poder para Maquiavel teria que ser inteligente e flexível. Nassau também entendia dessa forma. A questão religiosa do Brasil holandês requeria que uma nova estratégia de gestão – diferente da praticada nos setes anos anteriores à sua vinda - emergisse de forma inequívoca e se tornasse consistente ao longo do tempo, de maneira que se estabelecesse como um padrão melhor do que a anterior. A formulação da estratégia nassoviana foi balizada num processo de negociação de acomodação com a coalizão de poder católica e econômica dos senhores de engenho luso-brasileiros, dos quais a colônia neerlandesa era dependente para a produção do açúcar.

Tal ação estratégica envolvia esquemas políticos de negociação cooperativa no bojo de um jogo complexo de formação de novas alianças e coalizões, para o bem da Companhia. O administrador Nassau priorizou o discurso do consenso como possibilidade de alcançar um ponto compensatório entre as forças políticas antagônicas, no qual se equilibrassem o movimento de contra hegemonia dos dominados e o movimento de hegemonia dos invasores conquistadores, postos permanentemente como o dilema central da ocupação holandesa. Dessa forma, a paz nassoviana implementada se fazia estrategicamente imprescindível para o êxito da empreitada colonial neerlandesa e o conseqüente lucro da WIC; uma opção muito clara pela conciliação na medida certa.

4.2 PREENCHENDO O VAZIO DE AUTORIDADE

Até então a administração colonial portuguesa tinha dificuldade em se fazer efetiva no Brasil. A grande extensão territorial do país e os vultosos recursos necessários para sua colonização fizeram com que a coroa portuguesa optasse inicialmente pelo sistema de capitãncias hereditárias como forma de administrar a colônia brasileira, espécie de administração privada de parte do território colonial concedida a particulares, pelo governo real de Portugal. Contudo, com o fracasso dessa alternativa na maioria das capitãncias, a exceção das de

Pernambuco e de São Vicente, o governo português a partir de 1549, instituiu, na Bahia, uma espécie de Administração Central, com poderes de Vice-Reino.

Nesse modelo, o chefe supremo da capitania era o Governador ou Capitão-General ou ainda Capitão-Mor. Sua função era oficialmente militar, mas sua autoridade de fato superintendia toda a administração da capitania. A centralização das decisões da coroa na figura do Governador-Geral aparentemente esvaziava o poder dos governadores donatários, pois tudo estava prescrito em regulamentos, normas e leis, aos quais os chefes das capitanias teriam que se subordinar. Porém, segundo Costa (2008, p. 3) “a autoridade dos governadores era real, pois encarnava a figura do próprio rei. Sob suas supervisões encontravam-se os setores da administração militar, geral e fazendária”. Dessa forma, apesar da existência do Vice-Rei, sua autoridade era relativa, pois ele pouco mandava acima da Bahia e abaixo de São Paulo. O enorme espaço territorial da colônia, as grandes distâncias entre as comarcas e a sede do poder e a lentidão das trocas de comunicações favoreciam o sentimento concreto de “vazio de autoridade legal” dos governadores-gerais.

Portanto, a organização administrativa do Brasil colonial português, caracterizada como autoritária, complexa, inefetiva, ineficiente e ineficaz, num território imenso e com vazio de autoridade, não se tornava reconhecidamente efetiva pela população. Além do mais, na época da ocupação batava, o Brasil era luso-brasileiro e espanhol e estava sob o domínio holandês. Era preciso por ordem nas coisas e mostrar quem realmente governava. Como a segunda fase da administração holandesa era centrada na figura de um líder, Nassau fez questão de ratificar tal condição, imprescindível para empreender e consolidar sua ação estratégica.

Tinha plena consciência de que a sua origem aristocrática conferia-lhe uma condição peculiar de gestor das terras dominadas, tornando sua autoridade mais efetiva, pois, pela primeira vez no Brasil⁵¹, um nobre, com real autoridade, aqui morava.

Maquiavel (2009) já recomendava, um século antes, tal procedimento, ao receitar que:

Mas quando se conquistam territórios numa província com língua, costumes e leis diferentes é que surgem as dificuldades e é necessário haver grande fortuna e grande habilidade para mantê-los; e um dos maiores e mais eficientes remédios seria aquele do conquistador ir habitá-los. Isso tornaria mais segura e duradoura a sua posse. (MAQUIAVEL, 2009, p. 39).

⁵¹ O segundo nobre a residir no Brasil foi o Marquês de Montalvão entre 1640 e 1641, nomeado por Filipe IV de Espanha como primeiro vice-rei do Brasil (1640). Por diversas vezes negociou com Nassau um tratado de paz entre Portugal e os Países Baixos. Contudo não teve a importância nobiliárquica do conde Maurício de Nassau.

O conde Nassau foi, assim, o primeiro nobre a residir nas terras coloniais brasileiras, o que auferia de certo modo, um orgulho nos habitantes, ao inculcar no imaginário popular o sentido de que, mesmo não sendo católico, era preferível ter por governo o de um príncipe do que ser governado por um grupo de comerciantes interesseiros. Em outras palavras, de acordo com Mello (1997), “uma coisa era servir à realeza, outra bem diferente era servir a um governo de comerciantes”. Nascimento (2008, p. 78) ratifica, por sua vez, que o nobre Nassau “fazia lembrar aos luso-brasileiros instituições e costumes que lhes eram muito caros. Entre elas, a Monarquia”. Waetjen (2004, p. 135), ao analisar a administração anterior à nassoviana, concluiu que “faltava na colônia uma mão firme para manter a coesão do todo”.

Evidentemente que Nassau percebeu esse vácuo de autoridade, e ocupar esse espaço era de vital importância para a estratégia administrativa que estava disposto a empreender. Ser reconhecido como líder supremo era inegociável. Fazer valer sua autoridade era coisa indiscutível. E isto ficou insofismavelmente emblematizado na contenda acontecida entre ele e o coronel Arciszewski, nos idos de maio de 1639.

Como foi dito anteriormente, o coronel Arciszewski gozava de prestígio junto à WIC pelos serviços militares prestados na conquista do Brasil e era o nome preferido dos *Herens XIX* para governar a colônia brasileira, em lugar de Nassau, o que não aconteceu por pressão da corte de Orange. A política conciliatória do conde e suas realizações na cidade Maurícia ensejaram o surgimento de maledicências acerca de sua pessoa junto aos diretores da Companhia, levantando suspeitas de má administração. A diretoria, então, decidiu esvaziar o poder do governador transferindo suas prerrogativas militares para o coronel.

Ao tomar conhecimento do fato, através da carta oficial que o coronel trazia da Holanda, convocou o Alto e Secreto Conselho para escolher entre ele e Arciszewski. Em sua veemente defesa, segundo Barléu (1974, p. 110), o próprio Nassau argumentou categoricamente que:

É um só o corpo desta república e há de ser regido pelo espírito de um só; a gestão geral e suprema me pertence; a dos outros é delegada e repartida. Acolho Arciszewski como auxiliar de meus trabalhos e encargos, mas repudio como ditador; esta partezinha do Brasil não comporta dois governadores. (BARLÉU, 1974, p. 110).

Os conselheiros ainda tentaram contemporizar, propondo uma reconciliação entre ambos, após a obtenção de um pedido formal de desculpas do coronel. O governador, porém, manteve-se inflexível, conforme relato de Barléu (1974, p. 111), Nassau: “aprendera que os

ressentimentos envelhecem por último; que os mortais se esquecem dos benefícios, mas lembram-se das ofensas”. Como seria mais imprudente despedir o Conde do que o coronel, os altos conselheiros acordaram unânimes em despachar este último de volta à Holanda. Não tardou muito para Nassau escrever aos Estados Gerais, ao príncipe de Orange e aos diretores da Companhia justificando a razão de seu posicionamento, argumentando, de acordo com narrativa de Barléu (1974), que:

Não porque não pudesse desprezar agravos e ofensas pessoais, mas porque convinha gozar de boa reputação o governador de um império novo e não se menosprezasse a fidelidade refreadora da obediência de todos. [...] A não ser assim, ficaria o conde com títulos em vãos, enfraquecendo a sua autoridade e repartindo com outrem o seu poder. (BARLÉU, 1974, p. 112 e p. 124).

Na personalística estratégia empreendedora nassoviana não cabiam dois líderes.

4.3 A NEGAÇÃO DO IMEDIATISMO

Nassau tinha uma perspectiva estratégica da gestão do território ocupado dissonante da visão da WIC. Enquanto o Conde vislumbrava uma colonização sustentável, com base em exploração da terra com colonos, a Companhia tinha, segundo Mello (2006, p. 18), “uma política colonial de subordinação estrita à racionalidade dos balancetes”. A visão de futuro de Nassau acerca dessa questão é que, além de solucionar o problema crônico do abastecimento alimentar, daria mais segurança à posse do território, pois conseqüentemente haveria uma miscigenação entre os estrangeiros e os luso-brasileiros, fazendo com que as tensões com os luso-brasileiros fossem distendidas.

Maquiavel um século antes, já dava lições nesse sentido, quando ao tratar da posse dos principados mistos, no capítulo III de sua famosa obra *O Príncipe*, ensinava que, além da necessidade do governante ir morar nas terras conquistadas:

Uma outra excelente medida é enviar colonos, assentando-os em uma ou duas zonas do principado. Os colonos servirão como verdadeiros grilhões deste Estado, porquanto, se tal não for feito, será necessário manter no local um grande número de milicianos (MAQUIAVEL, 2009, p. 10).

Não parece arriscado afirmar que Nassau tinha intenção em aplicar os preceitos de Maquiavel, supostamente do seu conhecimento. Tal confirmação pode ser vista na argumentação transcrita por Barléu (1974) no relatório dos feitos do conde no Brasil:

Muito importaria à grandeza do Brasil que os diretores da Companhia examinassem seriamente com que artes se poderiam atrair colonos para lá, espalhando-se pelos desertos e terras ainda não cultivadas. Assim se proveria a cultura dos campos, aos proventos do tesouro, ao tráfico, às despesas da milícia e, além disso, à segurança, poder e glória da nascente república. (BARLÉU, 1974, p. 129).

Tal posicionamento pode ser ratificado também, quando do encerramento da assembleia de 1640, ocasião em que Nassau exortou os agricultores a diversificarem a cultura agrícola do país, dominada pela monocultura da cana-de-açúcar.

Guardados os devidos cuidados em relação ao anacronismo histórico se faz importante observar como a questão da gestão territorial é de suma importância e um dos maiores desafios para a implementação de políticas públicas de integração. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA a conceituação de território é a seguinte:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.⁵²

Cátia Lubambo e Débora Costa, no artigo Territórios: Conceitos e Algumas Práticas Recentes de Gestão, publicado no livro Gestão Pública – Práticas e Desafios, organizado por Sylvana Aguiar, fazem uma abordagem interessante da administração territorial baseada numa visão de eficiência. Elas percebem o território como:

Uma forma de otimização da alocação de recursos em seus mais variados sentidos. Este processo vem sendo defendido, tanto por razões econômicas, de racionalidade na distribuição dos recursos, quanto por razões políticas, [...] sendo a junção dos interesses no território o *locus* específico para realizá-lo. A gestão territorial, então, é compreendida como um processo que envolve um campo interdisciplinar e inter setorial de conhecimentos e práticas, englobando processos decisórios estratégicos, com vistas ao

⁵² Extraído de Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: 2005.
<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>

desenvolvimento local sustentável, independentemente de fronteiras político-administrativas pré-definidas (AGUIAR, 2009, p. 106).

Nassau tinha a noção exata da complexidade e dificuldade em administrar terras estrangeiras conquistadas, porém também sabia não ser impossível tal intento, desde que sua estratégia geopolítica tivesse o devido apoio da Companhia, o que não foi obtido. Realizar uma gestão eficiente e eficaz das terras conquistadas era seu objetivo. Isso se consubstanciou no grande erro estratégico da WIC, que por diversas vezes foi alertado por Nassau. Não interiorizando a conquista e não fundando as bases de uma colonização estruturada na perspectiva de extensão da nação holandesa, comprometeria perigosamente a manutenção das terras americanas.

4.4 A OLHOS VISTOS

Ao assumir a colônia, o governador Nassau tinha muito que fazer, como reestruturar a organização administrativa da colônia, reaparelhar a economia açucareira, cuidar da crise do abastecimento, de promover o equilíbrio político da questão religiosa entre católicos e os “hereges” e, dentre outras, cuidar do planejamento urbano da capital do Brasil holandês.

Ao realizar a reestruturação urbana de Recife, promoveu um impacto de gestão nos habitantes locais nunca antes visto no Brasil colônia. Situação similar só se repetiria com a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, em 1808. E é neste projeto que Nassau exerce, em toda a plenitude, sua capacidade simbiótica de mesclar sensibilidade humanística com pragmatismo utilitário. Mas, acima de tudo, o grande objetivo era confirmar sua pessoa como o único ator-principal de sua emergente estratégia empreendedora. De consolidar a efetividade de sua autoridade. De sua nobiliarquia, tão cara para a cultura portuguesa.

No apologético relatório de seus feitos no Brasil holandês encomendado a Gaspar Barléu ficaram muito transparentes as reais intenções de tamanha empreitada. Justificou a construção dos palácios pelo merecido descanso dos penosos trabalhos da administração e defesa da colônia e pela sua “dignidade e grandeza de estirpe, que se elevam acima da condição vulgar, e principalmente o bem estar que se procura com uma habitação mais faustosa” (BARLÉU, 1974, p. 149).

A imponência de um palácio denota a importância de quem é o dono, vinculada a uma magnificência de poder. O relato de Barléu (1974) enfatizou a consequência do impacto nas mentes dos habitantes que esses edifícios produziam:

E de fato, o esplendor dos edifícios, tanto entre os concidadãos da pátria, como entre os estrangeiros, mormente inimigos, costuma dar aparência de poder. [...] Nada vale engrandecer uma dignidade com um edifício, pois convém que a ele se honre mais com o dono que este com ele. [...] Pompeia, em seu esplendor, [...] e o Palácio de Friburgo, como perene monumento da grandeza nassóvia no outro hemisfério. É certamente admirável quanto estas construções abalaram a confiança que tinham os portugueses, aumentando os dos nossos que têm boa opinião da estabilidade dessas nossas conquistas. (BARLÉU, 1974, p. 148 e p. 152).

Construiu, com seus próprios recursos, dois palácios, o de Friburgo, que servia de residência oficial para o merecido descanso nobiliárquico das lides administrativas, e o da Boa Vista, para o deleite de suas contemplações da natureza.

A construção da nova Recife gerou o mesmo impacto de perplexidade nos moradores. A capital do Brasil holandês era a mais cosmopolita e planejada do Hemisfério Sul. De repente o Brasil experimentava uma condição de cultura urbana nunca antes sentida na vivência eminentemente agrária de seus habitantes.

Além das conotações de ratificação de poder, os palácios e a cidade tinha utilidades práticas e estratégicas. As duas torres do Palácio de Friburgo tinham serventias diversas. Numa delas estava instalado o observatório astronômico no qual Marcgrave observava os céus brasileiros, e na outra um farol para orientação náutica, “visíveis desde o mar, a uma distância de seis a sete milhas, e servem de faróis aos navegantes [...] indicando-lhes a entrada certa e segura do porto”. Comum a ambas, a condição de postos elevados de observação “para se vigiarem de dia os salteadores” (BARLÉU, 1974, p.151).

Quanto ao Palácio da Boa Vista, além da serventia de lazer, tinha função estratégica importante de defesa de ataques vindos do continente. Fora erguido junto à ponte que ligava a ilha de Antônio Vaz, em que estava edificada a cidade Maurícia, à terra firme continental. Nele, estavam instaladas guaritas de observação fortemente armadas com mosquetes, que poderiam rechaçar o inimigo que por ventura se aventurasse pelo outro lado do rio Capibaribe.

Seus jardins, além do prazer e admiração que causavam em quem os contemplava, podiam servir de abastecimento de água potável e alimentos para a população maurícia. Neles mandou perfurar poços de água doce, que ajudavam a diminuir a insalubridade das águas poluídas consumidas pela população e que geravam tantas doenças e também eram de “grandíssima utilidade, porque não se podem buscar fora águas doces em razão de estarem rodeadas de inimigos” (BARLÉU, 1974, p. 152).

Também no jardim construiu três grandes piscinas para a criação de peixes, as quais serviam de “conforto valiosíssimo para a população, quando falta alimento” (BARLÉU, 1974, p. 152). Ainda nos limites do parque, mandou erguer outros viveiros, fechados por cercas que aproveitavam a maré alta para aprisionar os peixes que não conseguiam escapar quando o nível do rio baixava.

As inúmeras árvores que mandou plantar no parque, além dos setecentos coqueiros adultos que transplantou tinham a dupla utilidade de “não só para não ficar exposto às ofensas do inimigo, mas ainda para os cidadãos e soldados, durante as quadras ásperas, delas tirarem o alimentos e o refrigério dos frutos, encontrando também ali os habitantes um abrigo seguro” (BARLÉU, 1974, p. 150).

O impacto da nova *urbe* recifense, além das praticidades discutidas acima, tinha a intenção de instituir um novo padrão urbanístico que pudesse anular a caótica e disfuncional urbanização portuguesa. E, mais do que vaidade, que decerto também lhe era peculiar, Nassau fez questão de deixar sua marca de maneira evidente. Era necessário impor sua “assinatura” nesse novo padrão de administrar a colônia, para tornar efetiva sua autoridade e poder.

Por isso que o suntuoso palácio que lhe servia de residência oficial chamava-se Friburgo, que, segundo Barléu (1974, p. 151), significava “cidadela da liberdade”. Ao emprestar seu nome para designar a nova cidade planejada, inspirou-se em grandes personalidades da história antiga como Alexandre, Constantino e Agripina que impuseram seus nomes às cidades de Alexandria, Constantinopla e Colônia, respectivamente (BARLÉU, 1974).

De acordo com Gesteira (1996, p. 12) o grande impacto urbanístico implementado por Nassau “se traduziu numa maneira de conquistar os homens para o projeto colonizador dos Países Baixos”. Enfoque relevante para se tentar compreender a estratégia nassoviana de fincar bandeira no terreno conquistado e gerar as condições favoráveis de governabilidade para sua ação administrativa. Essa estratégia urbana poderá ser entendida, então, como uma negação

do imediatismo colonizador de usurpação das riquezas locais, tão explícita na colonização portuguesa e também na administração holandesa pré e pós nassoviana, e se configurar como a pretensão de uma administração colonial estruturada e sustentável de transferência dessas riquezas para a metrópole holandesa.

4.5 O MECENATO MERCANTILISTA NASSOVIANO

Outro aspecto interessante e fundamental a ser considerado dentro da estratégia de governo de Nassau é o fato do conde ao ser designado para sua missão na colônia, se cercar, segundo Galindo (2009), de “uma comitiva formada por cientistas, médicos, cartógrafos, geógrafos, pintores e arquitetos para realizar um largo procedimento descritivo, analítico e investigatório dos trópicos no Brasil”. Do seu séquito fizeram parte, dentre outros, o botânico, astrônomo e cartógrafo Georg Marcgrave, os pintores Frans Post e Albert Eckhout, o médico e naturalista Willem Piso, o desenhista e aquarelista Caspar Schalkalden, o desenhista e cartógrafo Zacharias Wagener e os poetas Gaspar van Baerle e Justo van de Vondel”.

Em relação a essa aparente ação humanística de patrocínio das ciências e das artes promovida por Nassau, o entendimento de Galindo é o de que se ela se afasta de uma visão exclusivamente romântica de sensibilidade humanística para também se enquadrar num aspecto estratégico, ao afirmar que quando ele trouxe em sua comitiva artistas e cientistas:

Tinha em mente acumular um capital de informações privilegiadas de povos e países exóticos que tinham grande valor nas cortes europeias [europeias]. A tarefa de registrar em imagens o incógnito e misterioso universo do Novo Mundo era tarefa dos artistas que fizeram parte do seu séquito. A informação produzida pela sua comitiva era altamente valorizada como matéria estratégica no contexto expansionista dos Países Baixos (GALINDO, 2009). [sic].

Defendendo o mesmo argumento, Raul Córdula afirmou no artigo “Luzes da Holanda” que a intenção de Nassau era “o registro gráfico e pictórico do novo mundo que florescia no nordeste brasileiro, de forma estratégica, despertando a burguesia europeia para as possibilidades econômicas e a riqueza territorial que se vislumbravam” (VERRI; BRITTO, 2003, p.165).

Essa perspectiva estratégica parece se inserir perfeitamente na ação administrativa de Nassau em terras brasileiras e se aninha no contexto econômico pré-capitalista de então: o mercantilismo. O mercantilismo vai muito além da simples visão “*bullionista*” (metalista) de acumulação de riquezas entre as nações e que se dava, fundamentalmente, pelas transferências ou usurpações de metais preciosos entre elas.

O mercantilismo se forjou a partir do conjunto de práticas de intervenção econômica que se desenvolveram na Europa a partir da segunda metade do século XV. Segundo Deyron (2009):

Sobre as ruínas dos particularismos urbanos e feudais é necessário se observar como as monarquias nacionais souberam promover novas formas de atividade econômica. Sobre as ruínas dos ideais medievais de universalidade e de pobreza evangélica os homens encontraram no serviço ao Príncipe, a possibilidade do triunfo do individualismo liberal para novas justificações para a sede de riqueza. (DEYRON, 2009, p. 12)

O mercantilismo passa a responder assim aos interesses de alguns grandes mercadores e às necessidades financeiras dos soberanos, conscientes da estreita solidariedade entre o poder monárquico e a prosperidade nacional.

Provavelmente a formação calvinista e liberal de Nassau tenha contribuído para esta postura estratégica. Pela primeira vez o Brasil foi registrado em cores e em paisagens pacíficas e encantadoras, nas telas de Frans Post. Dificilmente viam-se soldados ou fortalezas nesses registros; e quando apareciam eram sempre em segundo plano, denotando a pacificação do território, o que poderia sugerir segurança para prováveis investidores. Os nativos, retratados por Eckhout, além de exóticos, tinham ares de simpatia. Convergingo com esta linha de pensamento, Brienen (2002, p. 57) faz uma interessante análise das mensagens subliminares da iconografia nassoviana, a partir da arte de Eckhout:

As naturezas mortas Eckhout sugerem a “abundância da natureza”, mas aqui esse dom não é dado pela mãe-natureza, mas por Johan Maurits em seu papel como governador-geral, cercado e apoiado por seus aliados Tupinambás. Esse produto é um dom do benevolente líder da colônia, cujo bom governo literalmente produz frutos e legumes. Os homens e mulheres na série etnográfica também oferecem prendas. As pinturas de Eckhout representam os povos do Brasil e da África rendendo homenagem a Johan Maurits como governador colonial da WIC. Todos os homens carregam armas, apoiando o governador e sua colônia com sua força, habilidade na caça e proeza militar. Todas as mulheres carregam cestos e fazem uma oferenda a Johan Maurits – a mulher africana oferece frutas maduras e os prazeres de seu belo corpo – a mameluca, em seu disfarce de flora brasileira, carrega flores e levanta a saia provocadamente [provocativamente]. Apesar

de nenhum especialista ter argumentado recentemente que as naturezas-mortas de Eckhout “incita-nos a colonizar” o Brasil, essas pinturas demonstram que a prometida colonização já teve lugar. (BRIENEN, 2002, p. 57). [sic].

Portanto, a iconografia nassoviana não é apenas pureza artística, mas também é eivada de mensagens subliminares no sentido de se entender melhor essa ação estratégica do governo de Nassau, na hipótese de inseri-la num contexto mercantilista de tornar o Brasil Holandês economicamente viável, muito mais do que mecenato e espírito científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não penses que o castelo do governo consiste de fortalezas, muralhas e trincheiras: ele se encontra no interior das consciências. A grandeza dos Estados não pode ser medida pelas extensões territoriais e latifúndios, mas pela lealdade, benevolência e respeito dos habitantes.”

*Conde Maurício de Nassau*⁵³

A administração do Brasil holandês era extremamente complexa, pois possuía especificidades que o domínio imperial neerlandês ainda não havia experimentado em suas conquistas ultramarinas anteriores. Havia, entre as três principais populações constituintes da colônia brasileira de então, luso-brasileiros, holandeses e judeus, uma “relação triangular, frequentemente tensa, em decorrência de diferenças confessionais, de antagonismos nacionais e de rivalidades econômicas” (MELLO, 2010, p. 217).

Não era missão fácil. Era preciso inovar na forma de administrar tão complexo contexto. Nesse jogo social de interesses tão divergentes era estratégico saber conciliá-los para o bem dos objetivos de grandes lucros da Companhia que patrocinava a invasão. Era mais necessário vencer as mentes dos dominados do que suas armas. Era preciso seduzi-los. Persuadi-los. Sem se descuidar do rigor de autoridade quando fosse imperativo usá-la.

A estratégia que Nassau delineou em terras nordestinas foi balizada na centralidade de sua figura, em que sua autoridade e poder fossem efetivados através de uma coerência de comportamento que se transformasse num novo padrão de referência de gestão. Não apenas diferente do modelo português, mas também diferente do executado até então pela WIC. E, paradoxalmente, o administrador Nassau encontrou mais resistência no seio da Companhia do que na população dominada.

As dissonâncias estratégicas entre o conde e os *Herens XIX* se tornaram inconciliáveis durante todo o período de seu governo, e ele se manteve durante tanto tempo no exercício do cargo em virtude de sua condição nobiliárquica. Havia divergências claras entre as duas perspectivas coloniais. A dele, exploração sustentável. A da WIC, exploração imediatista. Rodrigues e Ribeiro (1940) fazem a seguinte contraposição dessas duas visões:

Nassau quis erguer no Recife uma cidade; a Companhia desejava apenas um entreposto. Nassau quis dar ao habitante de Recife a consciência da

⁵³ “In Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca de seu governo no Brasil (06 de maio de 1644)”. A tradução do texto foi extraída do livro Fontes para a história do Brasil Holandês (MELLO, 2004).

liberdade comunal; à Companhia esse desejo pareceu fruto de ambição. Nassau quis transplantar o Renascimento para a América; à Companhia pareceu esse sonho um luxo dispensável. Nassau quis civilizar a colônia, a Companhia reagiu então, bastava explorar (RODRIGUES; RIBEIRO 1940, p. 404).

Como é sabido, Nassau buscou ter sucesso na sua empreitada, e para tanto a planejou cuidadosamente em busca da efetividade de sua ação administrativa. Sua inusitada estratégia de gestão orbitou em torno de um agir carismático, que fez singulares suas experiências administrativas, típicas das gestões empreendedoras. Construiu sua liderança baseada no imaginário das pessoas. Da mesma forma que um “príncipe encantado” conquista corações, o Príncipe Nassau, astuciosamente, cortejou o sentimento amável de grande parte dos dominados.

Sua ação estratégica de sedução foi tão eficaz que Evaldo Cabral de Mello, na obra biográfica sobre Nassau, afirma que a corte portuguesa, logo após sua emancipação do domínio espanhol, entendia como “ponto pacífico que, dada a popularidade de Nassau na comunidade luso-brasileira, sua presença à frente do Brasil holandês constituía um obstáculo por excelência ao êxito do movimento insurrecional” (MELLO, 2006, p. 131).

Assim, o Conde Maurício de Nassau conseguiu trazer para dentro do “Palácio do Governo” a lealdade, a benevolência e o respeito dos habitantes, como está explícito na epígrafe acima. Estrategicamente cooptou os habitantes para seu intento colonizador, implementado nas plagas nordestinas na primeira metade do século XVII.

Por isso, que ele foi taxativo ao declarar, em sua despedida do Brasil, que aqui havia sido “respeitado e amado por ambas as nações, que testemunharam com gratidão e de bom coração acerca do meu comportamento.”⁵⁴

A singularidade da ação administrativa nassoviana em terras brasileiras se constituiu como uma inovadora maneira de se gerir uma terra invadida. Portanto, é factível afirmar que Nassau “reinventou” a forma de colonizar. E essa reinvenção trilhou um caminho muito claro na mente do conde, depois príncipe, do “executivo” da WIC, do general da colônia neerlandesa e do governador do Brasil holandês e estrategista Maurício de Nassau: a estratégia da saudade, que atravessa os séculos no imaginário coletivo dos descendentes de seus governados.

⁵⁴ “In Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca de seu governo no Brasil (06 de maio de 1644)”. A tradução do texto foi extraída do livro Fontes para a história do Brasil Holandês (MELLO, 2004).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Sylvana. *Gestão Pública: Práticas e Desafios*. Recife: Edições Bagaço, 2009. v. II.
- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BARLÉU, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1974. (Coleção Reconquista do Brasil: v. 15).
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOXER, Charles. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961.
- BRIENEN, Rebecca Parker. As Naturezas Mortas de Albert Eckout e o Ciclo de Pinturas para o Palácio de “Vrijburg”. Albert Eckout volta ao Brasil: 1644-2002. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS, 2002. Recife. *Anais...* São Paulo: Donigraph, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVII. O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BUVE, Raymond. Mapas Neerlandeses do Brasil Conquistado 1624 -1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2011, Rio de Janeiro, Parati. *Anais...* Parati: UFMG, 2011.
- CALADO, Frei Manuel. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. 5. ed. Recife: CEPE, 2004. Série 350 anos. (Restauração Pernambucana: v. 1).
- CHILD, J. Organizational Structure, Environment and Performance: the Role of Strategic Choice. *Sociology*, v.6, p. 1-22, 1972.
- CHILD, J.; SMITH, C. The Context and Process of Organizational Transformation - Cadbury Limited in its sector. *Journal of Management studies*, v. 24, n. 6, p. 565-593, nov.1987.
- COSTA, Alessandra; BARROS, Denise; MARTINS, Paulo Emílio. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010.
- COSTA, Frederico Lustosa. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de Administração Pública, 200 Anos de Reformas. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro. v. 42, 2008.
- CURADO, Isabela. Pesquisa Historiográfica em Administração: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001, Campinas. *Anais...* Campinas: Anpad, 2001

DEYRON, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1966.

GALINDO, Marcos. *Georg Marcgraf, um cientista ao amanhecer do Brasil*. Recife. 2009. Manuscritos.

GESTEIRA, Heloisa. *Cidade Maurícia: A colonização Neerlandesa no Brasil*. 1996. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

GOMES, Almiralva Ferraz; SANTANA, Weslei Gusmão Piau. A história Oral na Análise Organizacional: a Possível e Promissora Conversa entre História e Administração. Rio de Janeiro. *Cadernos EBAPE*, v. 8. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512010000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 20 jan. 2012.

GOUVEIA, Fernando. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: Correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora da UFPE, 1998.

LAGO, Bia; CORRÊA, Pedro. *Franz Post e O Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand*. Recife: R.R Donnelley América latina., 2002.

LOPEZ, Adriana. *Guerra, Açúcar e Religião no Brasil dos Holandeses*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

MARTINS, Paulo Emílio. O Espaço-Dinâmico Organizacional em Perspectiva Histórica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O BRASIL HOLANDÊS. Recife, 2011. No prelo.

MARTINS, Paulo Emílio. *A Reinvenção do Sertão: A Estratégia Organizacional de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MASCARENHAS, André. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 42, n. 2, p.1-7. jun. 2002.

MATTOS, Pedro Lincon. O Conhecimento sobre Administração Pública: Em Busca do Pensamento Brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE PENSAMENTO BRASILEIRO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 1, Rio de Janeiro, 2010. *Palestra...* proferida na Escola de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas.

MATUS, Carlos. *Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi*. São Paulo: Edições FUNDAP, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Edusp, 1975.

_____. *Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.

_____. *O Negócio do Brasil: Portugal, os países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. Portugal: Gráfica Maiadouro, 2001.

_____. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O Brasil Holandês*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

MELLO, José A. Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 2. ed. Recife: CEPE, 1978.

_____. *Fontes para a História do Brasil Holandês: Administração da Conquista*. 2. ed. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 2004. v. 2 (Série 350 anos. Restauração pernambucana; 9).

MENEZES, José Luiz Mota. O Urbanismo Holandês no Recife: Permanências no Urbanismo brasileiro. 2009. Comunicação apresentada no colóquio “A Construção do Brasil Urbano”, Convento da Arrábida. Lisboa, 2000. *Revista do centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura*, v. 4, jul. 2001. Disponível em: http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_12.ntm Acesso em: 15 maio 2011.

MINTZBERG, H.; QUINN. *O Processo da Estratégia*. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2001.

MINTZBERG, Henry et al. *Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico*. São Paulo, 2007.

MORGAN, G. *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

NASCIMENTO, Rômulo. *Pelo Lucro da Companhia: Aspectos da Administração no Brasil Holandês, 1630-1639*. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. *O Desconforto da Governabilidade: Aspectos da Administração no Brasil Holandês, 1630-1644*. 2008. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PRESSER, Nadi. *O Processo de Elaboração de Estratégias em uma Empresa de Base Tecnológica: O Caso da Intelbrás*. 1999. 135 f. Dissertação (Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: A Escravidão Africana no Brasil holandês e as Guerras do tráfico no Atlântico sul. 1921-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

QUINN, J.B. Managing Strategic Change. *Sloan Management Review*, p. 3-21, Summer, 1980.

RABELLO, Rodrigo. A Dimensão Categórica do Documento na Ciência da Informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 131-156, 2011.

REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEG; STEWART et al. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v.1.

RIBEIRO, Carlos. *Empresa Holística*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1990.

RODRIGUES, José; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SILVA, Leonardo Dantas. *Os Holandeses no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Caleidoscópio, 2011.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem Razão a Administração: Ensaio de Teoria Organizacional*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VERAS, Evaldo Moreira. *Maurício de Nassau: Feitos e Farsas*. São Paulo: Editora do Brasil, 1989.

VERGARA, Sylvia. *Métodos de Pesquisa em Administração*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia; MILANO, Marcelo. Sobre a Dimensão Tempo-Espaço na Análise Organizacional. *Rev. Adm. Contemp.*, v. 9, n. 2, p.103-119, jun. 2005.

VERRY, Gilda; BRITTO Jomard. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Edições Bagaço, 2003.

VIZEU, Fábio. *Em Algum Lugar do Passado: Contribuições da Pesquisa Histórica para os Estudos Organizacionais Brasileiros*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

_____. Potencialidades da Análise Histórica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo. v. 50, 2010.

WACHWICZ, LÍlian. *A Dialética na Pesquisa em Educação*. *Revista Diálogo Educacional*, v. 2 n. 3 Jan./Jun. 2001. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=730&dd99=view> Acesso em: 03 jun. 2011.

WATJEN, Herman. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. Recife: CEPE, 2004.

WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1966.